

# AGÁLIA

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA

NÚM. 1

Primavera 1985

# AGÁLIA

Revista da Associação Galega da Língua.

**DIRECTOR:**

Presidência da AGAL

**COORDENADOR:**

Joám J. Costa Casas

**CONSELHO DE REDACÇOM:**

Ricardo Carvalho Calero

Miguel Anjo Fernám-Velho

José Antónío López Taboada

José Martinho Montero Santalha

José Maria Monterroso Devesa

Joám Carlos Rábade Castinheira

José Luís Rodríguez Fernández

Francisco Salinas Portugal

Imprime:  A Corunha

Dep. Legal: C-250 - 1985

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.
2. A revista nom se responsabiliza da devolución de originais.
3. Os trabalhos publicados passam a ser propiedade da revista.
4. Para envío de originais: Apartado de correios 560. A Corunha.  
(Galiza).

Aassinaturas: Apartado de correios 453. Ourense.  
(Galiza)

# AGÁLIA

Revista da Associação Galega da Língua

Núm. 1

Primavera 1985

## SUMÁRIO

	<u>PÁG.</u>
<i>Saudaçom</i> .....	1
ESTUDOS	
<i>Crecimento, Desenvolvemento Económico e Bem-estar Social</i> , por R. López-Suevos .....	5
<i>Linguagem e Literatura</i> , por Jenaro Marinhas .....	31
<i>Niveis de representaçom fonológica e gráfica: reintegracionismo e isolacionismo</i> , por Domingos Prieto .....	43
NOTAS	
<i>Reflexons sobre a luita feminista</i> , por Neves R. Brisaboa e Glória Soneira .....	53
<i>Sobre a normativa lingüística galega</i> , por R. da C. Coelho Iglésias .....	57
<i>A sexualidade na psicanálise</i> , por C. Jiménez .....	61
<i>Homenagem a Castelao</i> , por M. Rodrigues Lapa .....	65
ANTOLOGIA	
<i>Cantigas de amigo</i> , por R. Carvalho Calero .....	71
<i>Seis poemas de Miguel-Anjo Fernám-Velho</i> .....	81
<i>Três poemas de Albano Martins</i> .....	87-88
DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM	
<i>Estatutos da Associação Galega da Língua</i> .....	91
<i>I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza</i> .....	97
<i>Actividades da AGAL</i> .....	102
RECENSONS	
Recensons de Livros, por M. Dumbria, Aracéli Herrero, M. Mato, C. C. Morám Fraga, H. Rabunhal, F. Salinas, E. Souto .....	109
CORREIO .....	125

## CONSELHO ASSESSOR

Joaquim Acosta Beiras  
José Agrelo Ermo  
Isaac Alonso Estravis  
Maria Luísa Andrade  
Maria das Dores Arribe Dopico  
Leodegário A. de Azevedo Filho  
Lino Brage  
Carlos Campoi  
Denis Conles  
José Feijoo Cid  
José A. Fernandes Camelo  
Manuel Forcadela  
António Gil Hernández  
Luís González Blasco  
Marcial Gondar Portasany  
Mário Gomes dos Santos  
Ernesto Guerra da Cal  
Joám Guisám  
María do Carmo Henriquez Salido  
Aracélli Herrero  
Óscar Lopes  
Ramom López-Suevos

Cláudio López Garrido  
Jenaro Marinhos del Valle  
Higino Martínez Estêvez  
Albano Martins  
Miguel Mato  
Ramom Nogueira Calvo  
José Nogueira Gil  
Pilar Pallarés Garcia  
Maria Sabela Pereira Barros  
José Luís Pires Laranjeira  
José Posada  
Domingos Prieto  
Henrique Rabunhal  
Ramom Reimunde Noreña  
Manuel Rodrigues Lapa  
Antom Santamarinha  
Xavier Seoane  
Cristina Soto Sánchez Guisande  
Joám Trilho Pêrez  
Amália Vilhar Calvo  
Xavier Vilhar Trilho

*Ao saudarmos os leitores que se interessem por esta publicação, dirigida em primeiro termo aos galegos, mas também aos restantes membros da comunidade lingüística galego-portuguesa, queremos fazer constar que a nossa revista é umha revista de cultura, nom especializada, onde todos os problemas que tenha postos o mundo em que Galiza está inserida, mesmo aqueles que nom surjam da sua entranha, mas do seu entorno, podem ser reflectidos. Como o contexto da nossa terra, na realidade actual, é praticamente a totalidade do globo terráqueo —embora haja umha evidente jerarquia de relação polo que di respeito às circunstâncias locais—, isso significa que, em princípio, nada humano nos é alheio, bem que o nosso ponto de vista seja o da nossa situação geográfica e histórica, e a sua expressão, conforme essas coordenadas, tenha de realizar-se dentro do sistema lingüístico que nos é próprio e que entre nós tem as suas raízes, ainda que hoje se manifeste, como de âmbito universal, em pluralidade de normas e falas.*

*Agália é umha manifestação da actividade de Agal, a Associação Galega da Língua, e a direcção desta é a daquela. A sua finalidade é, pois, também a mesma. Em essência, o fomento da língua galega dentro do marco geográfico e histórico que lhe é natural, sem limitações determinadas por divisões políticas ou administrativas, nem servidumes a interesses que nom coincidam com os correspondentes ao normal desenvolvimento daquela forma de comunicação, a segunda em número de usuários dentro da România.*

*Contra o que alguns desinformados equivocadamente pensam, este posicionamento é o tradicional dentro da Romanística e da Galeguística. Para aquela, o hispânico ocidental é galego-português, e se é mester testemunho de autoridade espanhola, sirva a do grande mestre Menéndez Pidal, na sua clássica Gramática histórica. Dentro do galeguismo, a unidade substancial do ibero-românico atlântico foi confessada em palavras memoráveis por Castelao, que propugnava a natural coordenação entre as normas do sistema. Nada queremos inovar. Só o resistir a desnaturação da nossa fala, devolvendo-lhe o seu posto no catálogo das línguas, evitando a desmembração que a debilita e o isolamento que a degrada.*

*Comprende-se assi que a nossa língua seja objecto de constante preocupação nesta revista. Mas, ainda que os estudos, ensaios e*

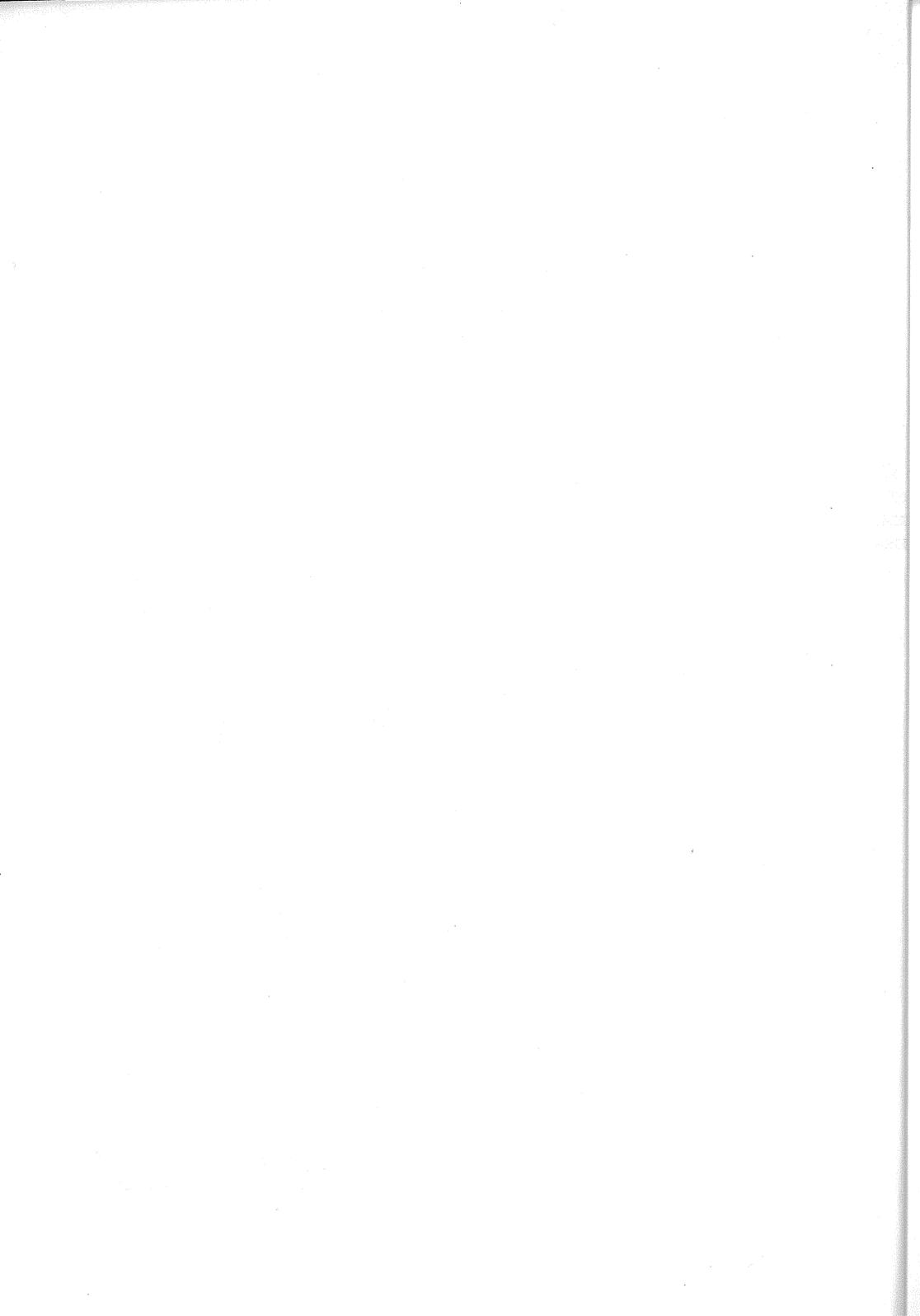
*glossas que lhe digam respeito ham de ser freqüentes em Agália, segundo as nossas previsions, o uso do idioma será a melhor manifestação daquel cuidado. Portanto, a imagem que temos do galego será reflectida, e nom necessariamente descrita, nás páginas desta publicação, testemunho de umha política lingüística suficientemente justificada. E esse uso do idioma há de aplicar-se, como dixemos, à consideraçom e exame de todos os aspectos culturais que connosco, os galegos, se relacionem.*

*Consagraremos as páginas iniciais da revista a estudos e ensaios de apropriada amplitude que foquem questons essenciais que nos afectem. Seguirám notas mais breves onde se esboçem ideias e se comentem feitos que tamém nos atinjam. Publicaremos textos de poesia e prosa de actual criaçom. Notícias e documentaçom relativas à vida da Agal e à história da nossa cultura, assi como opinións sobre o desenvolvimento da nossa vida colectiva, ham de ter um lugar destacado na nossa revista, na qual tamém se dará conta e se fará crítica dos livros que o mereçam. Enfim, oferecerá-se aos leitores a oportunidade de manifestar o seu sentir sobre as matérias que suscitem o interesse público.*

*Livre de todo prejuízo formal e ideológico que nos vincule a um passado caduco, cremo-nos tamém isentos de infantis pruídos de ruptura sistemática com o saber e o pensar dos nossos antepassados. Consideramo-nos herdeiros das grandes empresas e dos grandes mestres que desde o século XVIII se esforçaram por devolver a Galiza a consciência da sua identidade; e assumimos a tradiçom literária que remanece das fontes medievais. Queremos ser modernos, solidamente afincados no presente e, na medida das nossas forças, comprometidos com o futuro. Por isso, nom podemos renunciar à história, porque ela é a base do hoje e do amanhã.*

*Livres de todo outro compromisso, de toda outra obediência, de toda outra disciplina que nom sejam o compromisso com a nossa língua, a obediência à nossa consciência e a disciplina que nos impom a nossa adscriçom ao serviço da terra sem acritude, mas sem claudicaçom, a todos saudamos e a todos convidamos para que nos ajudem no nosso árduo empenho.*

**ESTUDOS**



# Crecimento, Desenvolvimento Económico e Bem-estar Social

Por Ramon L. SUEVOS

A ideia de que o nível (ou a taxa de crescimento) do Produto Interior Bruto (PIB) por habitante constitui um índice fiável do grau (ou do ritmo) de desenvolvimento de um país é questionada por numerosos economistas, mas isso não obsta para que a seqüência crescimento-desenvolvimento-bem-estar se esgrima a toda hora nos debates políticos, nos meios de comunicação social, na vida real. Pouco parece importar que essa correlação esteja em discussão no plano teórico e que, como toda correlação, não forneça uma autêntica explicação da vinculação existente entre PIB/habitante e bem-estar social; afinal, os países ordenaram-se segundo o PIB/habitante e o progresso no tempo estimará-se em função da taxa anual de crescimento do PIB. Apurando essa lógica, haverá um «milagre» económico espanhol e de aí a falar do «milagre» económico galego só há um passo. Ora bem, estamos convencidos de que o desenvolvimento económico de Galiza é um mito. Eis a razão do presente trabalho, introduzir elementos de análise para uma reflexão sobre a temática do desenvolvimento em Galiza, sem entrarmos, porém, no exame amudado do processo de crescimento da economia galega nas últimas décadas, problemática que só aparece esboçada na última parte. Outra focagem seria longa de mais e, por outro lado, julgamos mais interessante, pensando no leitor não especialista, tornar patente o instrumental analítico necessário, na pretensão de que depois cada um estabeleça as conclusões por si próprio.

## *Problemas de medição do produto.*

Entende-se que o conceito de PIB e de Rendimento Nacional (o RN constitui o equivalente do PIB, depois de importantes ajustes, do lado dos ingressos) se aperfeiçoem conforme se desenvolve a chamada Economia do Bem-estar. Da perspectiva do bem-estar resulta claro o sentido de inquirir qual é a parte do produto social global que se pode gastar anualmente para satisfazer as necessidades da comunidade nacional sem pôr em questão o carácter recorrente, repetitivo, do processo económico. Precisamente, o PIB tenta medir a corrente de bens e serviços que se obtêm numa economia por unidade de tempo (é um *fluxo*) e que se podem consumir pela comunidade

de sem merma do seu potencial produtivo, sem menoscabo da fonte de onde emanam esses bens (que é um *fundo* ou *stock*, umha variável sem dimensom temporal). De nom ser assi estaria-se a consumir o capital, pondo em questom a capacidade do sistema para reconstituir a situação de partida, o carácter cíclico do processo económico. Ora bem, as estimativas do PIB apresentam dificuldades e, de facto, sérias limitaçõs. A começar, os recursos primários que fornece a agricultura podem esgotar-se e impossibilitar a reprodução do sistema nos seus próprios termos. Alguns recursos naturais som em princípio auto-renováveis, mas que sejam ou nom renováveis de facto depende da actuaçom do home, outros recursos nom som renováveis em absoluto, como devemos contabilizar essa reduçom do «fundo»? Dado que a noçom de recursos é dinâmica e involucra a dimensom económica, o problema de como evitar que o esgotamento de um recurso rompa a continuidade do processo económico resolve-se em princípio calculando as despesas adicionais necessárias para: a) descobrir novas fontes naturais ou produzi-lo em condiçõs menos vantajosas; b) explorar fontes naturais alternativas, criar produtos sintéticos substitutivos ou introduzir novas tecnologias que economizem o consumo de dito recurso por unidade de PIB. De todas maneiras, qualquer carga anual para cobrir o esgotamento de recursos primários sempre será calculada com um elevado grau de arbitrariedade no que di respeito à sua avaliaçom social correcta, porque nom há taxa de desconto do futuro que se poda considerar objectiva (por certo, quanto durarãm os nossos lignitos ao actual ritmo de extracçom?, qual a lógica que garante a economicidade desse ritmo de extracçom e nom de qualquer outro?). O problema é que, como dixo Schumacher, nom se pode tratar como «rendimento» o que é «capital» e, além do mais, há um limite absoluto, fisico, para a utilizaçom de recursos esgotáveis. A nossa era vive a contradiçom de pretender um crescimento exponencial num mundo finito, onde o encarecimento da energia e a hipótese de umha escasez de matérias primas som questõs que se levantam já.

O problema de conectar o que, na gíria dos economistas, se denominam operaçõs por «conta corrente» e operaçõs por «conta de capital» nom se detém aqui. De facto, nom todo o PIB é susceptível de consumo corrente, umha parte representa a contrapartida da depreciaçom experimentada polos bens de capital que se utilizãrom e desgastãrom durante o ano de referência e que cumpre repor. A expressom contável dessa perda de valor dos activos fixos durante o ano denomina-se amortizaçom e deve subtrair-se ao PIB para obter o PIL (Produto Interior Líquido). É difícil estimar o valor das amortizaçõs, por razõs técnicas mas também por outras causas. Por motivos fiscais, ocultar lucros, as empresas podem ter interesse em inflar as quotas de amortizaçom, o que equivale a subvalorizar o PIL, assi como contabilizar autênticos investimentos como despesas de conservaçom ou jogar com as variaçõs de existências registadas no período contável, nomeadamente se há alteraçõs nos preços das mesmas. O caso é que das contabilidades «fiscais» nom sai nunca a luz, mais ainda, umha empresa pode ter a vontade de mani-

pular os dados reais da sua actividade por outras causas, política de distribuição de dividendos, quotação dos seus títulos em Bolsa, etc., que às vezes provocam efeitos contrários aos considerados anteriormente, isto é, umha sobrevalorização do PIL. E todo isto é possível precisamente porque algumas variáveis nom som tam fáceis de determinar no plano técnico, nomeadamente, o que seja amortizações, a começar pola simples determinação do que constitui a vida útil de umha máquina. Afinal, dificuldades de cálculo quer no plano microeconómico quer no plano macroeconómico explicam por que os economistas tendem a trabalhar com magnitudes expressas em termos brutos, o que pode ser umha solução atinada a condição de nom ignorar a sua incidência na medição do bem-estar potencial.

Nom todo o que se produz no interior de um país pertence aos seus nacionais e, da mesma maneira, as propriedades de nacionais no estrangeiro dam opção a umha participação no PIL desses países. Por via de regra, nas nações subdesenvolvidas a resultante é um PIL superior ao Produto Nacional Líquido (PNL), por mor da presença de capital estrangeiro na nação, de modo que cumpre dar um passo mais renunciando a utilizar o PIL em benefício do PNL. Com efeito, suponhamos umha empresa propriedade de estrangeiros que desenvolve umha técnica de produção que lhe vai permitir entrar no mercado internacional e, com esse propósito, incrementa substancialmente a sua produção com destino às exportações; suponhamos também que todo isso se produz sem incrementar os custos e que os lucros adicionais assi obtidos se remessam na sua integridade ao país de origem dos proprietários da empresa: o PIL aumentará enquanto o PNL nom experimentará, no caso limite, variação alguma, de forma que esta última magnitude recolhe com mais fidelidade a realidade dos factos, isto é, como umha actividade localizada geograficamente num país pode radicar economicamente noutro país, a cujos cidadãos beneficia. No entanto, determinar as exportações e importações de bens e serviços também pom problemas de cômputo. Sobrevalorizações ou subvalorizações da taxa de câmbio da divisa nacional podem incitar os empresários a falsearem as cifras reais das suas transações externas enquanto as filiais das companhias transnacionais jogam com os «preços de transferência» (preços puramente contáveis e portanto manipuláveis que empregam as casas matrizes com as suas filiais nas operações intra-firma), para além de que o contrabando é mui importante nalguns países. Em compensação, muitas transações externas de um país apareceram contabilizadas na Balança de Pagamentos dos seus parceiros comerciais, permitindo confrontar as respectivas contabilidades externas.

O conceito de PNL alude a bens e serviços finais que, na hipótese mais simplificada, som produtos acabados, de consumo —individual ou colectivo— ou de investimento —en forma de instalações e maquinaria aptas para se incorporarem ao processo produtivo ampliando a capacidade do sistema para produzir mais bens finais no futuro— de maneira que só os bens finais som aptos para satisfazerem necessidades humanas, directamente ou indirecta-

mente. Por produçom intermédia entende-se a produçom de bens que se carregam aos custos de produçom de outros bens. A diferença, pois, entre produçom final e intermédia é básica mas dista de ser clara na prática. Ponhamos por caso, umha parte da actividade do sector público deve-se considerar como um custo de funcionamento do sistema e, em opiniom de alguns economistas, a parte do gasto público que se deve incluir nessa hipótese é importante; além disso, o problema agrava-se mal se toma em consideraçom que há custos de funcionamento do sistema capitalista que nom existem nas sociedades socialistas, a título indicativo, a indústria publicitária justifica-se pola pressom para vender que é norma da sociedade burguesa, mas nom satisfaz necessidade social algumha, mais ainda, é socialmente negativa. Há muitos produtos que dificilmente podemos considerar satisfagam necessidades sociais: a remodelaçom de umha avenida, suprimindo todo o que estorva o trânsito de automóveis (árvores e áreas destinadas a trânsito de peatons) é um «produto» que melhora o bem-estar dos automobilistas (por quanto tempo?) a custa do bem-estar dos homes de «a pé».

De outra óptica, o problema radica em que a distinçom entre actividades económicas e actividades recreativas freqüentemente se determina na contabilidade social a partir de umha distinçom que nom é equivalente, a que se estabelece entre actividades que se manifestam num mercado e actividades que nom passam pola esfera do mercado ou que sendo objecto de transaçom mercantil e tendo um preço nom som conhecidas e nom se registam na contabilidade nacional (todas as operaçoms que se englobam na chamada economia paralela ou subterrânea). De esta forma, ir ao trabalho no próprio automóvel considera-se um consumo final enquanto o transporte por conta da empresa regista-se como um custo de esta; o salário de umha empregada doméstica contabiliza-se como a contrapartida monetária de um serviço final enquanto os serviços da ama de casa nom figuram em nengures, de aí a brincadeira de Pigou: quando um home casa com a sua criada diminui o Rendimento Nacional. Por outro lado, a adequaçom de categorias estatísticas pensadas para os países industrializados a situaçoms de subdesenvolvimento económico onde os mercados som imperfeitos ou nom existem, pode ser difícil. Tomemos um exemplo clássico, é difícil fazer umha estimativa da quantidade de alimentos produzidos e consumidos nas granjas familiares assi como atribuir um preço objetivo a esse consumo fisico, prova de isto é a diferença notável que existe entre preços estimados ao produtor e ao consumidor, por mencionar apenas duas formas de atribuir «objectivamente» um preço aos produtos autoconsumidos. A produçom que no meio rural toma a forma de construçoms e é executada familiarmente ou por comunidades agrárias também é de difícil avaliaçom, determinados serviços nom sempre se materializam via preços (cabeleireiro, etc.), por mais que alguns sejam satisfeitos de forma mui refinada: tem-se falado do carácter cerimonioso dos enterramentos nalgum país asiático, os quais, naturalmente, nom aparecem como actividade produtiva e lucrativa de nengumha empresa de pompas fúnebres. E até nos países desenvolvidos umha parte da produçom e

dos rendimentos som «imputados», atribuindo-se um aluguer às vivendas ocupadas polos seus donos para avaliar os serviços que lhes prestam. No que di respeito aos preços dos serviços públicos, estimam-se a partir dos custos de pessoal mais um tanto polos meios materiais utilizados no serviço, critério certamente discutível. Em geral, a contabilizaçom de muitos serviços resulta complicada; nom constituindo cousas tangíveis é problemático remeter umha corrente de serviços a qualquer índice físico de produtividade e, portanto, estimar a variaçom no «volume» de serviços oferecidos. A tentaçom de avaliar um serviço polos custos em que incorre, sobretudo no que toca aos custos do trabalho que emprega, pom o problema de que às vezes o custo do trabalho é mais dependente de todo o entramado social que de qualquer lógica económica pura, eis os ordenados de médicos, advogados, etc. Lembre o leitor que, segundo dados oficiais, a participaçom do sector terciário no PIB galego anda à volta do 50%.

Os bens de consumo duradouro (carros, electrodomésticos, etc.) constituem umha parte crescente do consumo privado total. É prática contável habitual atribuir o valor íntegro desses bens ao ano da sua adquisiçom, em lugar de imputar cada ano, enquanto dure o artigo, um valor consumido equivalente ao fluxo de serviços que se obtém nesse intervalo de tempo. Tal proceder distorce a realidade dos factos e nom é irrelevante a efeitos de bem-estar.

Como o PIB resulta de multiplicar produçoms físicas polo seu preço respectivo, isto é, os preços operam como factores de ponderaçom das produçoms físicas, é um tema fulcral debater até que ponto é fiável o sistema de preços que emana da lógica da economia de livre mercado. Acontece que muitos processos produtivos geram efeitos para terceiras persoas ou para a sociedade considerada no seu conjunto que nom som tomados em conta polos agentes económicos que os induzem. Esses efeitos podem ser perniciosos —custos sociais— ou benéficos —economias externas— e todo fai pensar que nos tempos que correm os primeiros temem muita mais importância que os segundos. O caso é que essas «externalidades» nom temem um preço de mercado, o que equivale a suster que a economia de mercado remete a um sistema de contabilidade incompleta, fonte de múltiples distorçoms por quanto nom todos os bens temem um índice consoante de escassez social. Há muitas modalidades de custos sociais, até em países como Galiza que possuem umha fraca estrutura industrial e urbana a sua açom é manifesta: o deterioramento do meio marítimo é evidente (açom de petroleiros e tráfeço perto das costas, Celulosas de Pontevedra, Alúmina, sobrepresa, utilizaçom de artes proibidas e nom observância de vedas, vertidos industriais e urbanos) e outro tanto acontece com os rios, sinaladamente com o Minho, para além dos importantes custos sociais derivados da construçom de barragens; há custos sociais vinculados ao tipo de repovaçom dos montes com espécies de ciclo curto e ao estilo de crescimento da nossa agricultura, que se reflectem em incêndios, erosom, perda de fertilidade do solo; a poluiçom atmosférica avança (veículos, aquecedores domésticos, empresas industriais); a especulaçom urbana e o turismo alimentam o desenvolvimento de construçoms irra-

cionais, em detrimento das formas de arquitectura tradicional, e a perda de paisagens, que também agrava umha publicidade que penetra por toda a parte; cada vez há mais automóveis, o que é tanto como dizer que cada vez há mais acidentes (os maiores índices dentro do Estado Espanhol), poluição, auto-estradas, polícias de trânsito, estacionamento subterrâneos, engarrafamentos e perdas de tempo... e substituição dos homes polos veículos nas ruas. A lista seria interminável porque há muitas actividades que incorrem em custos sociais que nom se trata de prever nem evitar, inclusive o sistema de concentrações escolares que se implantou na Galiza rural implica importantes custos sociais. O leitor poderia fazer-se umha ideia cabal da envergadura do problema se tentasse cotejar com a realidade galega as diferentes modalidades de custos sociais, tal e como aparecem na já clássica obra de K. William Kapp *Social Cost of Business Enterprise*.

Todo isto afecta ao bem-estar. Na verdade, o crescimento do PNL pode ir a par com umha menor satisfação social, porque a poluição e o deterioramento do meio ambiente agem no sentido de transformar bens relativamente livres (de uso quase gratuito) em bens cada vez mais escassos (que se disfrutam prévio pagamento de um preço no mercado). A água, por exemplo, é um recurso cada vez mais raro e vai-se generalizando nas cidades o consumo de água engarrafada, cuja produção é parte integrante do PNL, a custa da água corrente que nalgumas localidades foi noutrora excelente, Ferrol, sem ir mais longe. Em termos genéricos, se umha actividade industrial segrega um custo social cuja eliminação se vai adiando, na altura em que realmente se acomete a eliminação desse efeito perverso aumentará o produto e o bem-estar da comunidade e, no entanto, se dilatarmos a extensão temporal do período contável, até abrangermos tanto o momento em que se produz o custo social como o momento em que este é eliminado, nom há mudança alguma no bem-estar social porque o que afinal se fai é, no melhor dos casos, reconstituir a situação de partida incorrendo num custo. Note-se que: 1.º) nesse lapso de tempo a situação pode degenerar com carácter irreversível; 2.º) é mais barato prevenir que curar; 3.º) enquanto nom se tomam medidas para eliminar a perturbação daninha a comunidade atura um custo. Incompreensivelmente, alguns autores de nota como Pierre Kenda, parecem nom querer compreender a natureza deste fenómeno enquanto outros, como Paul Samuelson, som mais comedidos, propondo medir o bem-estar económico pola diferença entre o PIB e determinados custos sociais provocados pola obtenção desse mesmo produto. As próprias autoridades económicas japonesas considerárom variantes possíveis no sistema de contabilidade nacional a fim de dar entrada a este tipo de fenómenos. Nom entraremos no fundo destas propostas, mas parece duvidoso que focages deste teor representem autênticas mudanças na análise da problemática dos custos sociais e nom simples correcções nas estimativas do PIB, que seguiria a ser o autêntico barómetro para medir a situação económico-social do país.

### *A questom da distribuïçom.*

A determinaçom dos preços levanta outra importante questom. Os preços de equilíbrio determinam-se polo jogo da oferta e a procura, factores que venhem condicionados pola estrutura da distribuïçom dos rendimentos entre os diversos grupos sociais. Toda a lógica da estrutura dos preços pressupom umha distribuïçom dos rendimentos dada, que nom há por que aceitar como boa. O bem-estar social depende tanto do tamanho do «bolo» como da sua repartiçom entre todos os membros da sociedade. Em sociedades marcadas por umha profunda desigualdade na distribuïçom do ingresso é evidente que umha maior equidade no consumo/habitante acrecentaria o bem-estar geral ou se preferem, acrecentaria o bem-estar da maioria sem questionar a sobrevivência da minoria privilegiada (é da incumbência dos economistas conservadores a demonstraçom de que deixar aos ricos apenas o necessário para subsistir decentemente pode reduzir o bem-estar social). E, como vivemos em sociedades mui pouco equitativas, é lógico defender que qualquer redistribuïçom do ingresso que reduza a pobreza e contribua à satisfaçom das necessidades básicas de toda a populaçom, a expensas do consumo de luxo, acrecenta o bem-estar social. Conseqüentemente, deve-se levantar a questom de que tipo de bens se produzem e para quem vam destinados: a produçom de armas (seja ou nom imprescindível), engenhos para ir à Lua, vivendas sumptuosas, Rolls Royce, serviços de alta costura... nom se pode parangonar com a produçom destinada a satisfazer as necessidades da populaçom trabalhadora, alimentos, vestuário, habitaçom, saúde e ensino, e, porém, na contabilidade social todo se adiciona, segundo os preços registados no mercado.

Vinculado ao problema da distribuïçom, encontra-se o facto de certos serviços públicos, tais como saúde, ensino e limpeza de cidades, acharem-se desfasados a respeito do consumo pessoal de bens que produz a empresa privada nas sociedades capitalistas. É algo que puxo exemplarmente de manifesto Galbraith. Ora bem, isso significa que o bem-estar social pode melhorar se se altera a distribuïçom do consumo total entre consumo privado e consumo público a favor deste último; de resto, uns bons serviços de ensino e saúde para toda a populaçom nom só se justificam por si próprios senom que também ajudam a combater outras causas de desigualdade social, precisamente por constituírem formas socializadas de consumo que acentuam de imediato a mobilidade vertical. E em occasions, concentrar umha capacidade dada de gasto em consumo colectivo, em lugar de dispersar os recursos para atender a modalidades de consumo privado, redunda numha maior eficácia social. Esta superioridade do consumo público frente ao consumo privado para gerar bem-estar pode-se ilustrar com um exemplo tomado de Joaquim Vergés e referido a 1972. Na altura, o sistema de «Ajuda Familiar» da Segurança Social espanhola subsidiava indiscriminadamente todos os assalariados casados com 300 pts. por mulher e mês e 250 pts. por filho e mês. Essa quantidade em pouco podia mudar a situaçom económica familiar mas representava a quarta parte dos recursos da Segurança Social. Conseqüente-

mente, Vergés advogava por umha fórmula alternativa de prestação directa, em espécie e socialmente selectiva (infantários gratuitos, centros especiais para a maternidade, etc.), lembrando que os quase 55.000 milhons de pesetas que se gastárom em Ajuda Familiar em 1972 chegariam para cobrir mais de 1 milhon de postos em infantários a meia pensom (jantar inclusive), estimando um custo por custo e mês de 4.500 pts. Alguns dados já mudárom mas o valor do exemplo permanece.

### *Os sacrifícios requeridos para a obtençom do produto.*

Qualquer que seja o PNL, deveremos tomar em consideraçom para avaliar a situaçom social em termos de bem-estar o esforço exigido para a obtençom desse produto, conhecer as condiçoms materiais que envolvem a actividade dos trabalhadores, a duraçom e intensidade da jornada de trabalho, o clima laboral dentro e fora das fábricas, as técnicas de produçom utilizadas. O tema da duraçom da jornada de trabalho (expressa em número de horas trabalhadas por ano) é fulcral, ao ponto de alguns economistas sustereem que a decisom de nom incluir o tempo de ócio como um elemento de rendimento e consumo é totalmente arbitrária, argumentando para isto que as organizaçoms sindicais negociam com o patronato indistintamente subas salariais e reduçoms da jornada de trabalho, isto é, salários/hora. Este tipo de propostas som impraticáveis se se tomam ao pé da letra mas nom temos que chegar a tanto para concluirmos que a duraçom da jornada de trabalho é um elemento básico para qualquer aproximaçom a umha teoria do bem-estar social. Nesse sentido, a tendência histórica para a reduçom da jornada de trabalho com o desenvolvimento do capitalismo, embora inçada de conflitos, é um facto positivo importante e a evoluçom da produçom por hora-home poder ser um primeiro índice significativo no que di respeito a essa matéria. Contodo, este índice deve ser avaliado num contexto mais geral e com plena consciência das limitaçoms que possui. Em concreto, nom recolhe alteraçoms a respeito da intensidade com que se executa o trabalho nem mudanças nas condiçoms materiais de trabalho, de grande significaçom e às quais aludiremos em breve; é de difícil aplicaçom ao trabalho familiar no agro —limitaçom de relevo para aqueles países em que a agricultura familiar constitui um sector importante da economia—, porque a actividade agrária é umha forma de vida, onde se confundem tempo de trabalho e tempo de lazer, acha-se nela outro ritmo vital, os ciclos biológicos de produçom nom se interrompem em todo o ano e a divisom do trabalho própria da indústria por razom de objecto (cada trabalhador assume umha funçom específica no processo de produçom de um objecto) é substituída aqui por umha divisom subjectiva do trabalho (o mesmo trabalhador realiza tarefas diferentes consoante a fase do ciclo agrícola); o índice tampouco nos revela a importância de outros fenómenos demográficos e económicos relacionados com o bem-estar, antes de mais, qual é o peso relativo da populaçom dependente ou inactiva, quantas pessoas gravitan sobre cada trabalhador. Isso depende da composiçom por idades da populaçom mas nom só. Noutros termos, cumpre

saber nom já se se trabalham anualmente muitas horas mas também se se trabalham muitos anos ao longo da vida, o qual equivale a saber se trabalham velhos e nenos, porque de ser assi o sistema apresenta umha falha grave e o mesmo juízo mereceria a constatação de que existe um sector importante da população feminina rural exercendo umha actividade económica, já que em certas condições o trabalho da mulher é umha sobrecarga e nom um elemento da sua libertação social. Finalmente, é fundamental conhecer como se distribui socialmente o trabalho entre todos os que o procuram, a taxa de desemprego. De existir um desemprego importante ou umha emigração de carácter estrutural, o sistema fica definitivamente em questom.

Todo fai pensar que a Galiza rural se caracteriza polo trabalho de muitos velhos e mulheres —que compaginam como podem a lavoura com o trabalho da casa—, em jornadas que nom som comparáveis com o modelo que é próprio da economia industrial, e que estamos a assistir à constituição da primeira geração de nenos camponeses que acedeu plenamente ao Ensino Geral Básico. O desemprego estrutural é um traço permanente da economia galega que se resolveu historicamente através da emigração enquanto fica por estudar a luta pola redução da jornada de trabalho na indústria galega, embora alguns factos som conhecidos e ultrapassam a pura anedota: o triunfo do franquismo levou imediatamente ao aumento de umha hora diária de trabalho para os operários da factoria Bazan, com a justificação de encarar as necessidades da guerra, umha «necessidade», porém, que persistiu durante décadas; nom sabemos o alcanço geral que pode ter este exemplo mas si sabemos que com o franquismo se generalizou o pluri-emprego (em Galiza também tem importância a combinação de trabalhos por conta própria no agro com trabalhos por conta de outrém na indústria), as horas extras e o trabalho a destalho. A partir dos anos sessenta, coincidindo com a suba dos salários reais, desenvolvem-se formas mais sofisticadas de retribuição segundo rendimento na procura de umha maior intensidade na execução do trabalho: controlo de métodos e tempos reduzindo espaços mortos, novos sistemas de primas, cadeias de montagem, etc. Todo isso em detrimento do trabalhador, da sua saúde, do seu equilíbrio psíquico e até da sua vida, eis outra modalidade de custos sociais em forma de doenças profissionais, acidentes de trabalho, vidas humanas. Segundo dados oficiais do Ministério de Trabalho espanhol, referidos ao período Janeiro-Setembro de 1984, os acidentes laborais registados ultrapassam a cifra de 334.000 e houve 796 mortes. Muitos destes acidentes produzem-se no sector da construção —de tanta importância relativa em Galiza—, nomeadamente entre trabalhadores eventuais.

Poucos trabalhadores individuais podem optar na prática entre consumo (mais trabalho) e ócio (menos trabalho). Umha sociedade que se orgulha de se orientar polo princípio da soberania do consumidor deveria ofertar no mercado umha gama de jornadas de trabalho para cada um escolher segundo os seus gostos, ou seja, reconhecer umha maior «soberania» ao produtor.

E nom só no campo restrito da duraçom da jornada de trabalho, a fábrica nas nossas latitudes é a fábrica capitalista, onde o temor ao despedimento está sempre presente, com a sua disciplina, os seus capatazes e os seus proprietários, um mundo onde a violência sexual sobre as trabalhadoras nom é sempre umha lembrança do passado. Para muitos operarios a fábrica é um autêntico inferno onde transcorre um terço da sua vida útil. Da casa que nom reúne condições mínimas de habitabilidade pode-se fugir para a tasca, da fábrica nom.

As técnicas utilizadas no processo produtivo incidem nas condições materiais de trabalho (trabalho em série, parçelaçom de funções, ritmo do processo, temperatura ambiente, etc.) mas cumpre assinalar outra dimensom da tecnologia, a sua açom sobre a natureza. A partir da segunda Grande Guerra aplica-se por toda a parte um conjunto de inovaçoms tecnológicas à actividade industrial que representam umha autêntica agressom ao meio natural. As implicaçoms de umha ruptura do equilíbrio ecológico para o tema que nos ocupa já fõrom consideradas e para umha análise convincente da gravidade que encerra este fenómeno remetemos aos trabalhos de Barry Commoner.

#### *Estabilidade do processo.*

Há outra faceta determinante do bem-estar social mais subtil mas nom por isso menos significativa. Todo sistema dinámico, capitalismo e socialismo para sermos mais concretos, abrange elementos de instabilidade, nom está isento de «fricçoms». Ora bem, a instabilidade que aqui interessa é mais grave e inerente tam só ao modo de produçom capitalista, um sistema sujeito a crises periódicas. Na realidade, um ingrediente do sistema de competência é a instabilidade, a incerteza, a insegurança. Os operários podem ver-se na rua; os camponeses vem fluctuar os preços dos produtos componentes dos seus custos de produçom sem poderem controlar os preços das mercadorias que vendem, os quais, no melhor dos casos, venhem fixados por algumha agência estatal, tentando precisamente que a lei da competência opere de um jeito limitado, e assi vemos como basta a revalorizaçom do dólar frente à pêseta, encarecendo as importaçoms de alimentos para o gado e subindo os preços dos produtos derivados do petróleo, para reduzir significativamente as margens com que trabalham os nossos camponeses; os pequenos negócios, particularmente sensíveis à mudança nas condições de acesso ao crédito, podem ir à falência por mor da concorrência da grande empresa e, de facto, nalgums sectores é mui elevada a «taxa de mortalidade» dos pequenos estabelecimentos. A ordem social burguesa representa a angústia para muitas pessoas que nem sequer tenhem garantida umha velhez digna na maior parte do mundo capitalista. O socialismo tem problemas e até crises, mas de outra natureza e a sua instauraçom é condiçom necessária, embora poda nom ser suficiente, para eliminar a instabilidade profunda que caracteriza as economias de mercado.

A seqüela mais importante do carácter instável do capitalismo é o desemprego cíclico, estrutural ou, nalguns capitalismo periféricos, manifestando-se sob formas específicas de marginalidade social nos meios urbanos ou através de movimentos migratórios. O problema do emprego tem muito que ver com o bem-estar tanto pola sua incidência directa sobre os desempregados como polos conflitos que acarreta e a insegurança que cria, que alcançam a toda a sociedade. Na Galiza de hoje, temos a convicção de que muitos pais estariam dispostos a renunciar a umha parte do seu consumo em troca de terem garantido um futuro laboral para os seus filhos, mas esse tipo de transacções nom se processam no mercado nem esses som os termos em que se pom o problema. O caso é que nom existe desemprego na URSS e que a superioridade do socialismo sobre o capitalismo neste terreno é de ter mui em conta, tanto, que resulta sintomático o género de argumentação que empregam os apólogos do regime burguês para negar este facto. Vejamos isso.

Três som os aspectos principais do desemprego: o desemprego como frustração pessoal do individuo que nom tem trabalho e se considera à marge da vida social, o desemprego como causa da nom percepção de ingressos, o desemprego como causa de umha menor produção por quanto nom se utiliza toda a força de trabalho disponível. De esta terceira perspectiva vê-se o trabalho como um factor da produção e às vezes generaliza-se essa visom referindo-se à baixa produtividade do trabalho que se deduz de umha ineficiente distribuição dos recursos ao longo do sistema económico, de maneira que umha redistribuição dos factores produtivos junto com mudanças tecnológicas e organizativas poria de relevo que umha parte da força de trabalho actualmente empregada é, no fundo, redundante. Curiosamente, é este último aspecto apenas o que preocupa à maioria dos economistas ocidentais quando estudam o fenómeno do emprego na URSS. Com efeito, há erros no sistema de planeamento que podem ser emendados em beneficio de toda a colectividade e há serviços ineficientes seja por ocuparem demasiada mão-de-obra seja por nom terem a qualidade devida, com prejuízos para os consumidores. Ora bem, sobre a utilização eficiente dos recursos em economias de mercado também haveria muito que falar e, de outra parte, já vimos como as condições de trabalho constituem umha dimensão do bem-estar, de maneira que essa baixa produtividade do trabalho que se atribui a certos sectores da economia soviética também se pode interpretar como o preço que cumpre pagar pola maior comodidade com que se executa o trabalho, nom mediatizado polo temor ao desemprego. Voltamos ao princípio, nom se pode tomar a produção como um fim em si esquecendo outras variáveis importantes. O problema básico do desemprego nom é técnico-económico, é social, é o desemprego em quanto abre as portas à pobreza e à frustração social. Note-se que o Seguro de Desemprego nom elimina de raíz o problema da nom percepção de ingressos por parte do desempregado. Até nos países ocidentais mais progressistas a cobertura do desemprego é sempre parcial, temporal e limitada na sua quantia.

É preciso dissociar PIB e bem-estar, porque às limitações que encerra o próprio conceito de PIB como indicador da capacidade global de consumo de umha sociedade, cumpre acrescentar a dimensão distributiva, examinar o esforço exigido aos trabalhadores na produção e especificar a maior ou menor estabilidade com que se processa o crescimento. Mais ainda, umha visom conjunta destes fenómenos reflectiria um posicionamento em termos de bem-estar económico, umha parte tam só do bem-estar social; ou se se preferir, teríamos umha primeira aproximação ao conhecimento de aquela parte do bem-estar social que é exprimível em termos económicos, tal e como concluiu Pigou na sua obra clássica *Welfare Economics*. Por mais importância que tenham os factores económicos, a sociedade nom é reduzível à sua anatomia económica. Duas sociedades com um nível de desenvolvimento económico análogo, segundo o conjunto de critérios comentados, podem diferir em aspectos cruciais intimamente vinculados com o bem-estar: podem-se estruturar territorialmente de formas mui diferentes, a situação da mulher pode diferir amplamente, o Estado pode ser mais ou menos corrupto, o estamento militar gozar ou nom de situações de privilégio. Voltaremos sobre o tema mais adiante, porque ainda precisamos ampliar toda a linha de raciocínio anterior. Com efeito, avaliar eventuais situações de bem-estar social por apelo a cifras pontuais de produção tem uns riscos certos. Pretender efectuar comparações concretas com esse critério quer no espaço quer no tempo é motivo de novas dificuldades.

#### *Problemas de comparação do produto/habitante no espaço e no tempo.*

Para fazer comparações internacionais de produto/habitante é preciso determinar umha unidade de conta internacional por redução de cada moeda nacional a umha unidade de medida homogénea. Quando a redução se opera por conversom em dólares segundo a Taxa de Câmbio Corrente, acontece que está pode estar sobre-valorizada o sub-valorizada e, além do mais, a taxa de câmbio nom recolhe a influência de bens que nom som objecto de comércio externo e, naturalmente, cumpre neutralizar as flutuações na quotização da moeda. O método das Paridades do Poder de Compra trata de determinar a relação de intercâmbio entre moedas nacionais abrangendo todos os bens representativos que entram no PIB e nom só os que entram no comércio internacional e nessa medida representa um avanço sobre o sistema anterior. Contudo, é um método embaraçoso e nom isento de críticas, o que vem demonstrar que o problema nom é de fácil resolução embora seja relevante. Prova de que é relevante é que há diferenças sensíveis nos resultados segundo se aplique o um ou o outro método de cálculo: nas estatísticas da OCDE, por exemplo, os países que ocupam as posições inferiores na escala vem reduzida a sua distância relativamente ao resto quando a conversom se fai segundo o método das Paridades do Poder de Compra em lugar de operar com as Taxas de Câmbio Corrente.

Existem vários sistemas de Contabilidade Nacional que respondem no fundo a diferentes concepções da ciência económica. Há um sistema de con-

tabilidade que seguem os países capitalistas e há um sistema de contabilidade que seguem os países socialistas. Com certeza, umha e outra filosofias contáveis podem-se tratar de reduzir a um padrom comum e de facto assi acontece, mas os resultados devem ser contemplados com reservas porque as diferenças de partida som mui grandes, a começar polos próprios conceitos básicos, as noçons de produçom, consumo ou investimento, os preços a seleccionar para a reduçom da produçom física a unidades monetárias como problema específico das economias planeadas, etc. Em países subdesenvolvidos que ainda mantemem umha ampla base económica «precapitalista» levanta-se a questom de como integrar essa peculiar morfologia económica dentro de moldes analíticos pensados para a caracterizaçom de economias mais evoluídas. Às vezes acontece simplesmente que o dispositivo estatístico nacional é péssimo.

O facto de comparar países mui díspares entre si da pé a introduzirmos umha nova reflexom a propósito do bem-estar social. Diferenças em usos, costumes ou climas, traduzirám-se nalgumha medida em necessidades sociais diferentes e, pola mesma razom, umha necessidade que é igualmente sentida por duas sociedades poderá ser satisfeita a um nível análogo incorrendo em custos diferentes em cada sociedade. A necessidade de habitaçom e aquecimento pode ser satisfeita a um menor custo num país tropical que num país frio.

A utilizaçom de séries cronológicas de produto/habitante, para julgar a evoluçom do bem-estar no tempo, obriga a novas precisons. Kuznets tem insistido com toda razom em que o processo de crescimento histórico do produto/habitante nos países do capitalismo central caracterizou-se por um notável crescimento da produçom em termos absolutos e por um crescimento positivo, mas inferior ao anterior, da populaçom. Na actualidade, alguns países subdesenvolvidos estám a experimentar incrementos significativos da produçom que, nom obstante, som quase neutralizados pola explosom demográfica e este dado deverá ser tido em conta. Mais ilustrativo para países como Galiza pode ser o exemplo contrário, isto é, um crescimento do produto/habitante que seria mui inferior em ausência do fenómeno emigratório. Quando medra o produto/habitante importa saber se esse crescimento se verifica por aumento do numerador ou por reduçom ou estancamento do denominador, por dizê-lo em palavras simples e sem perdermos a consciência de que numerador e denominador nom som completamente independentes. O caso é que a emigraçom deve ser perspectiva em termos de custos sociais e que quando umha naçom como Galiza sofre um processo emigratório, ao longo das duas décadas de desenvolvimentismo espanhol, que abrange quase um quinto da populaçom do país, essa dinâmica pode-se chamar como se queira mas nom desenvolvimento económico e social. Em segundo lugar, aparece um problema técnico-estatístico que apenas será mencionado, é a necessidade de utilizar correctamente os índices deflactores de preços afim de recolher fielmente a evoluçom da economia em termos reais. Em terceiro lugar, é plausível que as séries cronológicas de produto incorporem um sesgo

altista naqueles países que, partindo de umha situação de grande atraso, experimentam um processo de crescimento rápido. Esse sesgo altista vem motivado por umha provável melhoria das estatísticas e pola difusão do sector empresarial mercantil, factores ambos concomitantes do crescimento, sobretudo o segundo, e responsáveis de que se tenda a contabilizar como produção adicional umha produção que já existia antes, embora nom aparecesse reflexada nos registos contáveis quer por debilidade do aparato estatístico nacional quer por deformação do próprio sistema de cômputo, o qual se limitaria a registrar aquelas operações económicas que se verificam através do mercado. Em quarto lugar, um processo de crescimento rápido do PIB pode nom ser tal em termos de capacidade para satisfazer necessidades sociais e isso polas próprias mudanças económicas que o processo suscita. Para sermos mais claros, umha parte desse *incremento* do PIB será utilizada para manter *constante* o consumo efectivo dessa sociedade. Vejamos algumha amostra relacionada com o processo de urbanização, tam característico das fases de forte crescimento do PIB. Um consumo constante de alimentos, mas adquiridos agora no meio urbano, aparecerá inflado polas maiores despesas em transporte e distribuição que o seu fornecimento exige. No caso das conservas, cujo consumo dificilmente provoca maior satisfação que o do próprio produto em fresco, haverá que acrescentar ainda ao custo da matéria prima o valor incorporado no processo de transformação industrial. A emigração do campo à cidade terá de ir acompanhada da construção de novas vivendas cujo valor íntegro se computará no PIL e essas vivendas deverão ser melhores que as que se deixam no campo, porque se a população imigrante vai dar lugar à formação de bairros de lata seria mais honesto renunciarmos a falar de desenvolvimento. Até aqui todo vai bem e, no entanto, o lógico seria reduzir o valor atribuído às novas vivendas por umha quantia equivalente ao valor perdido polas casas rurais que abandonam os emigrantes, porque essas casas estão em condições de cumprir com a sua função específica mas agora caem em desuso, ficam obsoletas. É legítimo perguntarmo-nos, os custos diferenciais da industrialização rural serão tais quando se tomam em consideração estes fenómenos?

A sabedoria oriental equacionou assi a felicidade: felicidade = consumo material/desejo. Ora bem, seria simples de mais concluir de aí que qualquer incremento do consumo material aumenta a felicidade, porque as necessidades —entendidas como puros desejos— evoluem com o próprio processo de crescimento. Esse processo que cria mais produtos cria também mais necessidades, mantendo talvez a brecha que existia entre aspirações e realizações, a insatisfação que se constatava na situação de partida. Isto pode parecer um tanto rebuscado mas foi defendido por importantes economistas, Veblen criticou o funcionamento de umha maquinaria industrial que é posta ao serviço da criação de «apariências vendíveis», Galbraith sustivo, convincentemente, que o princípio da soberania do consumidor é um mito. Mishan combateu corrosivamente a ideia de que aumentos do rendimento/habitante suponham automaticamente umha ampliação da gama de oportunidades da

gente e, em definitiva, um melhoramento do bem-estar colectivo. Depois de todo, a necessidade de novos produtos nom precede à sua produçom, quem hoje suspira por um ordenador pessoal nom tinha essa «necessidade» há bem pouco tempo. E afinal está todo o aparato publicitário aguilhoando o consumo, planeando quando um produto deve ficar *demodé*, um sistema na procura constante de mercados e que discrimina a favor de bens que comercializa a empresa privada qualquer que seja a sua utilidade real.

Outros economistas de nota venhem defendendo umha teoria do comportamento do consumidor que complementa esta visom. Segundo esta teoria, o consumo pessoal depende da posiçom relativa do sujeito consumidor a respeito de outros consumidores, de maneira que haveria nas demandas de consumo um efeito demonstraçom que exercem as pessoas situadas acima na pirâmide de ingressos sobre as que lhes seguem na escala. Trataria-se de consumir determinados produtos por imitar ao vizinho, por mimetismo e nom em virtude de umha necessidade de outra natureza e, portanto, o consumo pessoal passaria a depender mais do rendimento relativo que do rendimento absoluto. De ser isso certo e algo de verdade parece conter a teoria, um aumento do PIB (desde o lado dos ingressos, um aumento do RN) que mantiver incólume a estrutura da distribuiçom nom mudará a posiçom relativa dos consumidores e o efeito emulaçom para alcançar novos e superiores padrons de consumo persistirá na sua integridade. Observe-se que, em determinadas circunstâncias, umha simples redistribuiçom do RN pode provocar o efeito contrário.

Focages deste teor também possuem pontos vulneráveis, nom se precisa justificar o crescimento económico com o argumento de que tem por objectivo o logro de umha maior felicidade — termo, depois de todo, mais subjectivo e desprendido da realidade material que o termo bem-estar— e até se as gentes dos países ricos fossem menos felizes que as gentes dos países pobres o crescimento económico tem a virtualidade de afiançar o domínio do home sobre as forças naturais (com as salvedades já comentadas). A objecçom é importante e, por otra parte, nom carece de fundamento a ideia de alguns antropólogos sociais de que é precisamente o descontento e a frustraçom perante o facto de sentir um cúmulo de necessidades insatisfeitas o que constitui o acicate básico para encetar um processo de crescimento económico. Nós nom recusamos essa posiçom nem a ideia do crescimento, questionamos apenas estilos concretos de crescimento junto com a opiniom de que o crescimento económico se justifica por si mesmo em todas as circunstâncias e para todos os países. Quanto mais baixo seja o consumo/habitante, mais igualitária a distribuiçom do ingreso que se propugna e mais racional a tecnologia empregada, tanto mais certo será que o crescimento económico constitui um pre-requisito do desenvolvimento social. No mundo contemporâneo som muitos os países que necessitam crescer por imperativo social. Partindo de um PIB/habitante mui baixo e expostos às consequências de umha recente frustraçom social mercê ao efeito demonstraçom que exercem tanto os compatriotas ricos como os países mais desenvolvidos, devem ainda incrementar

o PIB para neutralizarem o forte crescimento vegetativo das suas populações e, afinal, como fixo notar Arthur Lewis, «os homes podem discutir se o progresso económico é ou nom bom, mas para as mulheres discutir a desejabilidade do crescimento económico seria tanto como pôr em dúvida a conveniência de deixarem de ser bestas de carga e se somarem ao género humano». Por conclusom, e parafraseando a José Luis Sampedro, para os países ricos nom se trata de ter «mais» senom «mais melhor», primar a dimensom qualitativa; no que di respeito aos países pobres, trata-se tanto de crescer «mais» como de crescer «mais melhor».

Um corolário que se desprende de todo o anterior é que nom devemos cair no pecado que Myrdal imputa aos economistas, o pecado da «precisom injustificada». No Parlamento espanhol tem-se desculpado a nom consecuçom de determinados objectivos económico-sociais (reduçom da taxa de desemprego ou ritmo de decréscimo da inflaçom) por apelo à taxa de crescimento do PIB e, logrado o consenso, ensarilhar-se os Deputados dos diferentes grupos parlamentares a propósito de qual foi efectivamente essa taxa de crescimento do PIB, amparando-se em resultados oferecidos por fontes estatísticas discrepantes, chegando a afinar até as díximas!!!

Relativamente aos trabalhos que tentam distribuir entre as «Comunidades Autónomas» integrantes do espaço político espanhol o PIB global, um comentário devemos fazer no tocante a Galiza porque este tipo de estatísticas está a servir como critério dilucidativo a efeitos de repartição entre as Comunidades Autónomas de algumas verbas do Orçamento Público. Aparentemente, as estatísticas comparadas beneficiam-se neste caso da presumível unidade estrutural e institucional do quadro global de referência, isto é, o espaço político espanhol. Ora bem, as diferenças quantitativas que se constataem entre Galiza e o resto do Estado Espanhol remetem no fundo a diferenças de estrutura, com todo o que isso significa a efeitos de estabelecer comparaçoms. Além disso, o sistema estatístico espanhol apresenta lacunas importantes e debilidades notórias, e nom está pensado para o nível chamado regional. E quando se tenta distribuir o PIB global no espaço todo se complica, porque há actividades económicas nom regionalizáveis ou só regionalizáveis por apelo a métodos indirectos quase sempre sesgados e um tanto arbitrários. Um exemplo poupará muitas disquições: o número de mulheres que trabalha efectivamente no campo galego é objecto de trabalhos e debate, ora bem, é evidente que as dificuldades se centuplicam quando passamos de um cômputo de pessoas à quificação das actividades que desenvolvem os diversos agentes económicos, agentes que polo demais podem ter a sua «residência» e actividade principal fora de Galiza. Concordarãem com nós em que nom é fácil delimitar, por exemplo, os rendimentos que gera a sucursal corunhesa de umha empresa madrilenha, a parte das amortizaçoms que é imputável às instalaçoms aqui radicadas, os serviços que a casa central fornece à filial, etc.

Quando se compara a evoluçom do PIB/habitante galego com o de outras áreas nom se pode prescindir das respectivas dinâmicas demográficas

e quando se confrontam níveis de consumo/habitante cumpre ter presente que o consumo pessoal está intimamente vinculado com os rendimentos *disponíveis*, que no caso galego incluem um capítulo importante em conceito de transferências (pensões do Estado e remessas de emigrantes) enquanto nas áreas mais desenvolvidas este capítulo possui umha importância mui inferior em beneficio de aqueles rendimentos que se obtêm como umha contrapartida polos serviços prestados no processo produtivo. Produçom e nom ajuda, eis o que se necessita. Naturalmente, nom se trata de suprimir os subsídios enquanto as circunstâncias presentes subsisterem mas si de afirmar que o modo em que se chega a alcançar um determinado nível de consumo *per capita* nom é questom trivial, até porque o mecanismo reequilibrador das transferências tem um teito e pode entrar em crise: a chamada «crise fiscal do Estado» fai improvável que o sistema siga a alimentar no futuro um processo de crescimento das pensons em termos reais, a emigraçom estagnou, está por ver se nom se vai produzir umha ruptura demográfica no campo galego que, pola pura recomposiçom da pirâmide de idades, leve a umha diminiçom das pensons de velhez.

Umha variante de este tipo de análise que estamos a criticar tem levado à conclusom de que a crise económica é menos grave em Galiza do que no resto do Estado Espanhol, partindo do facto de se observar em Galiza umha menor ralentizaçom no crescimento do PIB e taxas de desemprego inferiores à média estatal. A nosso entender, esses fenómenos obedecem a factores de outra natureza que nom avalam qualquer interpretaçom optimista da situaçom real. Na realidade, o segmento propriamente capitalista da economia galega é menos importante que noutras áreas do Estado Espanhol e a crise é umha crise capitalista. De compararmos o volume do desemprego só com a franja capitalista da economia galega as cifras resultantes som escandalosas e, no entanto, digamos também para sermos coerentes com toda a exposiçom anterior que, por razom da peculiar estrutura económica de Galiza, o desemprego nom alcança em tanto que problema social a gravidade com que se fai sentir noutras zonas, mas isso nada tem que ver com umha menor incidência da crise aqui. Por outro lado, trata-se mais de um desfasamento da crise do que de umha crise leve. As causas som conhecidas e vam desde o amadurecimento na segunda metade dos anos setenta de vários projectos económicos de longa gestaçom até as demoras na adopçom de medidas para defrontar a situaçom que veu sendo risco característico da Política Económica de Governos sucessivos; e ainda bem, porque a política de reconversom industrial finalmente decidida apresenta todos os indícios de umha política de desmantelamento industrial. Efectivamente, a crise avança agora dramaticamente demonstrando que a fragilidade é nota característica do sistema produtivo galego e que por essa constataçom deveria começar precisamente a análise, máxime de se consumir a adesom espanhola à CEE e se ampliar com ela a competência da indústria comunitária.

É hora já de aprofundar no conceito de desenvolvimento económico.

### *O conceito de desenvolvimento.*

O conceito de desenvolvimento só pode ser umha noçom normativa, formulada em termos de dever ser. Desenvolvimento é o que nós entendemos por tal. Isso nom significa cair na pura subjectividade, o que o desenvolvimento seja pode ser objectivado através de um critério histórico-social, única «razom objectiva» que é acessível ao género humano. Interroguemonos pois, a propósito das metas que aqui e agora se devem propugnar para contribuir à resoluçom das necessidades sociais das mais amplas camadas populares e se ainda assi a resposta nom fôr óbvia, debatamos todas as alternativas possíveis antes que deixar ao mercado decidir por nós. A economia é umha ciência social, ao cabo umha ciência moral. O fim último de qualquer açom deliberada na esfera sócio-económica nom pode ser mais que afirmar a liberdade do home, como indivíduo e como membro de umha comunidade nacional, aceitando a quota-parte que cada naçom tiver no progresso do mundo como um todo. É desenvolvimento toda medida que contribua à auto-estima individual, à indepêndencia nacional, à afirmaçom dos genuínos valores culturais da comunidade. Dudley Seers colocou a interrogante nos seus justos termos, «quais som as condições necessárias para a realizaçom desse objectivo universalmente aceite que é a realizaçom do potencial da personalidade humana?». Ele próprio responde, para a realizaçom desse ideal precisamos eliminar a pobreza, a desigualdade e o desemprego. Estudemos, pois, a evoluçom no tempo de indicadores de desemprego, de pobreza e da equidade social para emitirmos qualquer juízo sobre o processo económico em curso. Com certeza, os três objectivos som compatíveis até certo limite (difícil de precisar mas sem dúvida amplo) e ponhem problemas de mediçom, nom mais árduos, porém, que os que pom a especificaçom de qualquer otra variável económico-social a efeitos operativos.

Umha evoluçom favorável dos três indicadores é positiva mas nom sempre suficiente, inclusive se promover mudanças progressivas noutros campos da vida social e política. Nom podemos cair no reducionismo da determinaçom automática de toda a estrutura institucional por estas variáveis. As condições de acesso ao sistema educativo, o estado das liberdades políticas e sindicais, o status da mulher, etc., requerem umha análise autónoma. Outro tanto acontece no que di respeito aos indicadores da indepêndencia nacional; com palavras de Seers, «indicadores do grau de indepêndencia nacional incluem a proporçom das entradas de capital no total das receitas das trocas com o exterior, a proporçom da oferta de bens de capital (ou intermédios) que é importada, a proporçom de propriedade (principalmente riqueza do subsolo) que pertence a estrangeiros e a extensom em que um parceiro nas relaçoms externas domina o padrom do comércio externo e de ajuda estrangeira recebida polo país. Mas também existem indicadores qualitativos, tais como a existênciam de bases militares estrangeiras, direitos sobre espaço aéreo e a extensom em que o país apoia nas Naçoms Unidas um dos dous grandes poderes mundiais». Umha sugestom, acrescente o leitor um indicador linguístico-cultural e proceda depois a determinar o lugar que ocupa

Galiza segundo os indicadores do grau de independência nacional, antes ou depois da concessão do Estatuto de Autonomia, tanto tem.

Em resumo, e em expressões de Myrdal, desenvolvimento é um «movimento ascendente do inteiro sistema social», concebemos que tem consequências no plano da análise técnico-económica por quanto impõem restrições nesse plano ao processo de crescimento se quer ser também um processo de desenvolvimento. Insistir nesse ponto de vista é mérito do estruturalismo francês, Perroux e Destanne de Bernis em primeiro termo, e de alguns economistas marxistas heterodoxos como Samir Amin. O ponto fulcral para avaliar o estilo de crescimento que se processa na economia —harmónico ou desequilibrado, auto-centrado ou extravertido— é estudar a evolução do sistema produtivo quer no plano interno quer no plano das transacções externas. No plano interno, é desejável uma dinâmica por ensanchamento do mercado de bens de consumo básicos que se plasme num adensamento da matriz de transacções intersectoriais, na procura de uma maior coerência do sistema industrial, que também será reforçada pela valorização dos recursos naturais próprios. Relativamente a este ponto, lembre-se a desestruturação ou falta de articulação da economia galega: da indústria com a agricultura, dos ramos industriais entre si e até dos serviços a respeito do resto da economia (um sistema de transportes que perpetua a nossa característica invertebração espacial, um sistema financeiro que malbarata o aforro do país, um sector público que não é galego...). E tampouco se tem desenvolvido uma agro-indústria que transforme os nossos recursos agrícolas. Em breve, a dinâmica da economia galega não se ajusta aos requisitos do que deve ser um crescimento coerente do aparato produtivo na sua face interna. Menos satisfatório resulta ainda o diagnóstico no que diz respeito ao plano das relações externas, porque aqui o desenvolvimento passa pela ruptura das diversas modalidades de dependência económica, comercial, tecnológica e financeira.

Não abunda com afirmar que crescimento sem mais não é desenvolvimento e que cumpre harmonizar mudanças quantitativas e qualitativas, arguindo que se o crescimento é anárquico e desordenado se suscitarão tensões e conflitos sempre custosos em termos sociais. E não abunda porque essas contradições podem inclusive dar cabo do próprio processo de crescimento e, em determinadas circunstâncias, a mudança de estruturas constitui não só um pré-requisito do desenvolvimento económico mas também de qualquer processo de crescimento minimamente coerente. Perroux enfatiza este ponto de vista quando sustém que o desenvolvimento implica a «combinação de mudanças mentais e sociais de uma população que a capacitam para crescer, com carácter acumulativo e duradouro, seu produto real global». Dito de outra forma, um modelo de crescimento não se pode confundir com um modelo de desenvolvimento, uma coisa é a mudança quantitativa no quadro de uma estrutura que se considera invariável, que se toma como um dado do modelo, e outra coisa é um modelo que incorpora a hipótese da mudança estrutural em íntima conexão com o próprio processo de creci-

mento. Logo veremos a importância destas questões ao analisar a evolução da agricultura galega.

Esperamos ter esclarecido suficientemente a base conceitual da temática do desenvolvimento como para garantir a sua aplicação às diferentes realidades. É fácil comprovar que em Cuba se verifica um processo de desenvolvimento enquanto o modelo portorriquenho é um modelo de crescimento, que o chamado «milagre» brasileiro descreve um processo de crescimento ou que os «Planes de Desarrollo Económico y Social» do franquismo nem eram planos nem desenvolviam nem tinham nada de sociais; nem sequer consistiram num conjunto de investimentos selectivos, coordenados e executados disciplinadamente pelo sector público consoante a missão subsidiária reservada a este no quadro da economia espanhola. Na mesma altura, o fascismo português elaborava um «Plano» que fixava como objectivo a *nom* criação de postos de trabalho na indústria; no caso português, há base para julgar que só houve uma circunstância em todo o século XX em que se tentou de facto pôr os alicerces para um autêntico processo de desenvolvimento económico; referimo-nos à etapa que transcorre entre o 25 de Abril e a formação do Primeiro Governo Constitucional, nomeadamente na fase gonzalvista. No que toca a Galiza, alguns comentários já se fôrom filtrando nas páginas anteriores, mas resultam insuficientes até para uma primeira avaliação do estado da questão. Por outra parte, acontece que hoje gozam de certa audiência teses de tinte tecnocrático que postulam a existência de um processo de modernização do agro galego, com a pretensão, talvez, de converter essa «modernização» num substitutivo da Reforma Agrária. A dizer verdade, há também deputados do PSOE que fazem declarações propagandísticas a respeito do nosso prometedor futuro industrial, mas nesse ponto ninguém acredita. Convém, pois, centrarmo-nos no agro.

### *O mito do desenvolvimento económico de Galiza.*

O estilo de crescimento da agricultura galega nas últimas décadas encaixa a primeira vista no que vem sendo considerado o modelo de crescimento da agricultura ocidental: peso crescente no valor da Produção Final Agrária (PFA) dos consumos intermédios de origem extra-agrária (alimentos para o gado, adubos, *input* energético, etc.); desenvolvimento da produção para a venda, a custa do autoconsumo, reflexado sobretudo nas vendas intermédias para a indústria; mudança na composição da PFA por expansão das produções animais a custa das vegetais; aumento importante da produtividade, medida pela razão PFA/trabalhador; redução da população activa agrária junto com um processo de mecanização do agro. Ora bem, no caso galego dam-se particularidades muito importantes, o modelo de agricultura ocidental não tem por que ser idóneo para Galiza, a racionalidade de um estilo de crescimento da agricultura deve avaliar-se após subsumirmos a evolução do sector agrário na economia considerada globalmente.

Dando por boas as estatísticas oficiais, lembremos *grasso modo* alguns fenómenos. O forte incremento que se observa nas últimas décadas no valor

da PFA só parcialmente é valor criado na própria agricultura e até na própria Galiza, dada a fraca vinculação existente entre o agro e a indústria fornecedora de *inputs* para a agricultura, de maneira que o Valor Acrescentado Bruto (o VAB é equivalente ao PIB agrário) creceu em muita menor proporção que a PFA. O facto de se registar um incremento notável do parque de maquinaria também incide neste problema reduzindo as margens de valor que é imputável à actividade agrária e isso num duplo sentido: por um lado, através dos *inputs* correntes necessários para cobrir as despesas de entretenimento das máquinas (gasóleo, avarias, repostos e seguros); por outro lado, acrescentando as cargas em conceito de amortizações que cumpre deduzir para chegar a um indicador algo mais fiável de bem-estar, o PIL agrário que, portanto, representa umha proporção decrescente do PIB agrário. Afinal, e depois de converter pesetas correntes em pesetas constantes, chega-se à conclusão de que o crescimento do PIL agrário foi muito mais baixo do que o crescimento da PFA e só quando se consideram séries cronológicas bastante longas é significativo o incremento em cifras absolutas do PIL agrário. Em soma, o importante crescimento da PFA só numha pequena parte provém da mobilização de recursos produtivos galegos e menos ainda de umha mobilização que se processasse na própria agricultura; se os acréscimos da PFA têm que financiar a aquisição de rações para o gado —mediante a importação de pensos dos EUA—, adubos, gasóleos, peças de reposição, insecticidas... —fornecidos por empresas industriais com frequência nom localizadas no país ou que utilizam matérias primas de origem externa— o que veu ser colhido com umha mão deve ser entregue com a outra, é como se o velho complexo agrário galego, de carácter polivalente, fosse desprendendo sucessivas funções que lhe eram próprias em benefício de outras economias.

Digamos também que o desenvolvimento da produção para o intercâmbio a expensas do autoconsumo (processo que vem de longe) nom é *per se* um índice de modernização do campo; se assi fosse, a maior parte da América Latina, onde a mercantilização do agro é um facto, possuiria umha agricultura moderna. A mudança na composição da PFA é um fenómeno cuja congruência social para além de certos limites está a ser questionada por especialistas na temática da nutrição, desde umha perspectiva mundial. No caso de um país concreto e pequeno, como é Galiza, o problema apresenta maior complexidade e por isso mesmo nom se pode liquidar com duas palavras por apelo às forças do mercado, nomeadamente se se enfatiza como factor explicativo dessa evolução o lado da «procura»; se assi fosse nom se entenderia por que alguns produtos vegetais cuja procura é mui dinâmica têm umha participação decrescente na PFA.

O processo de crescimento trouxe mudanças na estrutura social rural, que só podemos agora mencionar, e nom beneficiou a todo o campo galego. Um sector da agricultura familiar ficou marginado do processo enquanto outro foi-se integrando no mercado em condições precárias e está a ser dominado polos circuitos comerciais e financeiros (sabe-se que o agro espanhol apela progressivamente ao crédito desde os anos setenta mas nom se conhece

o grau real de indvidamento do campo galego nem qual é o teto para essa política de financiamento. Para alguns camponeses o fenómeno pode ser relevante e se traduz numha reduçom do PIL agrário que podem efectivamente disfrutar). Houvo um grupo minoritário que viu consolidada a sua posiçom e formárom-se assi mesmo alguns complexos capitalistas (vinculados à «agricultura sem terra», etc.), cujo quinhom no PIL agrário é de difícil determinaçom mas com certeza significativo; se substraíromos ao PIL agrário a quota-parte do capitalismo agrário, haverá na verdade um incremento nas últimas décadas do PIL gerado pola *agricultura familiar*? É difícil sabê-lo. Quanto a nós, propomos a seguinte hipótese de trabalho a respeito da agricultura familiar: o incremento experimentado na rácio PIL/trabalhador é «imputável» basicamente à emigraçom e essa reduçom da populaçom activa agrária foi compensada pola introduçom de maquinária a fim de que as cousas continuassem na mesma. Na realidade, a introduçom de maquinária é um processo contraditório e multifacetado, melhora as condiçoms de trabalho, facilita a especializaçom em gado de renda, permite executar tarefas impensáveis com técnicas mais primitivas, possibilita a renovaçom de culturas e incrementos na produtividade da terra, mas também pode resultar antieconómica de nom se adaptar à constelaçom disponível de factores da produçom, sinaladamente determinados tipos de maquinária, o tractor em terras de minifúndio. Portanto, quando aqui falamos da introduçom de maquinária para que todo continue na mesma estamos a pensar na hipótese de umha tractorizaçom do campo galego mais orientada a economizar mao-de-obra do que a melhorar a lavoura. No que di respeito às causas explicativas do aumento do consumo/habitante no campo, o facto realmente importante, para além da evoluçom da produtividade, é a existência de importantes receitas de orige extra-agrária quer transferências (do Estado ou procedentes da emigraçom) quer como contrapartida de trabalhos fora da agricultura por conta de outrém quer procedentes da actividade marisqueira ou do turismo. O certo é que, em termos de PIL/trabalhador, a posiçom *relativa* do camponês galego nom melhorou e talvez piorou quando se compara tanto com a evoluçom da produtividade agrícola no resto do Estado Espanhol como com os rendimentos médios que se obtenhem fora da agricultura. Hoje como onte, o campo galego está na cauda do Estado Espanhol.

Este crescimento da agricultura processou-se com elevados custos sociais —a emigraçom em primeiro lugar e nom só do campo mas também do país—, excluiu umha parte da agricultura familiar, introduziu umha dependencia crecente do exterior, foi relativamente intensivo em consumo de energia, supuxo umha artificializaçom crecente do meio natural, tam estranha nesta velha terra de policultura. A coerência do complexo agrário é mínima como demonstra a falta de agro-indústria e o apelo sistemático a *inputs* procedentes do exterior, pagos em divisas e fonte de instabilidade interna. O factor terra foi pessimamente utilizado, há montes vizinhos incultos ou o que é pior, queimados, terras de propriedade privada abandonadas, terras com uso agrícola (florestal) e vocaçom para a floresta (agrária), umha anar-

quia demonstrativa de que nom se pode fiar todo ao mercado. O camponês nom foi equipado com a bagage técnica que precisava para encarar as novas condiçõs do processo produtivo e a expansom do bovino de renda. O Estado pouco mais fixo no plano positivo do que um emparcelamento limitado e algumas obras de infraestrutura —nom, desde logo, no que di respeito à electrificaçom rural, um fenómeno intimamente vinculado a processos de modernizaçom reais que só agora começa—, mas fixo muitas cousas negativas: roubar montes comunais, apoiar a construçom de barragens em lugares inadequados, nom modificar o regime jurídico de uso das terras ou manter intactas as estruturas administrativas locais. Porque na organizaçom administrativa vigora o município à espanhola enquanto a parróquia perde vitalidade, subsiste plenamente a instituiçom provincial e até nom desapareçom organizaçõs agrárias do franquismo, do teor das Cámaras Agrárias. O facto é de sublinhar, o município rural galego foi qualificado por Castelao, que ao dizer de alguns é de todos, de «tobo da raposeria caciquil», e Ortega, tam querido pola intelectualidade espanhola, escrevia há mais de médio século, «entre todas as cousas tristes, lamentáveis, sórdidas, do próximo passado espanhol, acaso nom haja nada mais triste, lamentável e sórdido que a instituiçom provincial». Um nom se admira se o caciquismo, operando através de mecanismos parcialmente renovados, fica sempre presente. O campo galego, todo o país talvez, segue a ter medo à liberdade. O sistema sanitário está pensado para um meio urbano e no tocante ao ensino verifica-se a mesma experiênciã que no Terceiro Mundo, é a melhor forma de estimular o éxodo rural: segue a fomentar, talvez, o desprezo polo trabalho manual e fomenta, sem dúvida, o desprezo pola lavoura. Na nossa Terra o problema nom acaba aí porque o ensino é, por via de regra, um ensino em espanhol e que pouco tem que ver com a realidade galega. A conseqüência som esses milhares e milhares de homes e mulheres que nom se auto-estimam nem como lavradores nem como galegos. Galiza está a viver um gravíssimo problema antropológico-cultural que se manifesta com especial crudeza no campo, umha quebra no sistema tradicional de valores, umha dramática transiçom... para qué?

Em definitiva, o crescimento da agricultura galega verificou-se no quadro invariável de umha matriz institucional disfuncional, sem mudançã de estrutura. A pesar da emigraçom massiva, a dimensom média da exploraçom agrária crece mui lentamente em termos absolutos, o minifúndio persiste enquanto o cooperativismo comunitário nunca deu arrancado. Realmente, a agricultura galega nom é umha agricultura «europeia», e até o minifúndio europeu, em rápida descomposiçom, nom é equiparável ao minifúndio galego. Em qualquer caso, este estilo de crescimento dá mostrã de esgotamento. O mecanismo reequilibrador das transferências nom pode seguir funcionando indefinidamente, como já apontamos, e hoje nom se podem ignorar as conseqüências de dous fenómenos que tipificãom o crescimento da agricultura, referimo-nos à expulsom sistemática de mao-de-obra e à importãncia crescente do *input* energético, porque tanto o problema acuciante do desemprego como a crise energética ponhem de relevo que as circunstâncias mudãom

substancialmente. É que por este caminho nom se fai umha economia sám nem umha Galiza mais igualitária, mais livre, mais nossa. Que isto é fazer juízos de valor? Naturalmente, todos fazemos juízos de valor, em primeiro lugar, os que afirmam estimar o nível de bem-estar do nosso agro só por factos e, a seguir, ilustram-nos sobre a bondade da situação com «factos» como o número de discotecas que existem no campo galego ou o número de automóveis que há a porta dessas discotecas.

Segundo um dito alemám, o que se guisa na cozinha nom se decide nela e da mesma forma, dizia Paul Baran, o que se guisa na agricultura nom se decide nela, porque, efectivamente, o estilo de crescimento da agricultura vem determinado polo tipo de evoluçom do capitalismo industrial. Sendo o capitalismo galego umha modalidade de capitalismo dependente, isso equivale a dizer que a evoluçom do agro e da economia galega encontram a sua razom de ser só depois de perceber qual foi a dinâmica social espanhola, mediatizada á sua vez polos interesses do capitalismo euro-americano. Aos efeitos que aqui interessam, assinalaremos apenas umha característica geral dos processos de crescimento dependente, a sistemática inversom da seqüência lógica. Em lugar de umha série do tipo: fixaçom de necessidades sociais-movimentaçom de recursos produtivos-produçom socialmente desejada, o processo apresenta-se de umha maneira mui diferente: recursos humanos e financeiros saem da naçom atraídos por umha dinâmica externa enquanto o capital foráneo, em contubérnio com o Estado e a burguesia compradora, penetra no país na procura de lucros, captando mercados, empregando mao-de-obra barata, explorando recursos naturais, isto é, movimentado por umha lógica expansiva própria e em fuçom de interesses mui específicos. Na verdade, o primeiro tipo de seqüência só aparece expreso como tal num sistema planeado, mas nom se pode negar que a lógica da economia de mercado serviu em países concretos a umha seqüência desse tipo, embora nom se articulasse formalmente assi. Na própria Galiza, a génese e crescimento do complexo mar-industrial processou-se nesses termos, mas foi a excepçom e hoje mais do que nunca. Acontece que o crescimento auto-centrado é um ingrediente crucial do desenvolvimento, acontece que desenvolvimento é auto-desenvolvimento e, na lógica da dependência galega, nem a evoluçom do sistema produtivo nem a própria configuraçom social (classe dominante nom realmente nacional) resultam compatíveis com um autêntico processo de desenvolvimento. Os factos estám aí, o desemprego, o aumento da mendicidade, a desigualdade na distribuição dos rendimentos, que a estrutura actual do Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Físicas nem sequer suaviza. No que di respeito a indicadores sócio-políticos, a mudança de regime político ampliou as liberdades individuais mas nom resolveu os problemas nacionais de Catalunha, Euskadi, Galiza e Canárias, nem saneou os aparelhos coercitivos do Estado, e agora até aquelas conquistas estám a ser erosionadas (Lei Antiterrorista, eventual entrada na OTAN, etc.). Alguns índices de bem-estar social nom melhoram ou inclusive pioram —taxas de criminalidade, viciaçom com drogas—, a legislaçom relativa ao divórcio é ti-

morata, a do aborto, mesquinha. Por toda a parte impera o «franquismo sociológico».

No plano cultural, a tendência histórica para a assimilação cultural do país é indiscutível. Naturalmente, há dados contraditórios, há forças de resistência, crecentes se calhar, como acontece também noutros âmbitos da nossa vida colectiva. De essa óptica, justo é reconhecer que o processo histórico é ambivalente, dialéctico, em quanto está a gerar desde dentro do sistema forças objectivamente interessadas na sua destruição, a começar pela própria consciência crítica do que significa sermos galegos, que seria difícil de explicar sem o desenvolvimento de umha pequena burguesia intelectual urbana, do movimento operário, das transformações produzidas no campo, do ascenso do nível de vida.

Som as forças sociais que hoje sofrem a história as chamadas a efectivizar um caminho nom capitalista de crescimento da economia galega, porque, nas circunstâncias concretas de Galiza, julgamos que o crescimento quantitativo é ainda necessário e nom achamos viável um desenvolvimento no quadro do capitalismo. Todo isso passa pela mudança estrutural e polo planeamento conforme os pontos de vista expostos ao longo deste trabalho, a fim de suscitar esse movimento ascendente do inteiro sistema social de que fala Myrdal. Passa por umha estratégia de desenvolvimento ajustada às condições concretas do país, sem cair em mimetismos. A evolução das sociedades nom é linear, apresenta aspectos comuns mas também divergências básicas. Repetir o caminho que percorrêrom os países capitalistas avançados é impossível, por quanto as condições históricas mudárom e, desde logo, um processo parelho nom é generalizável para todo o mundo subdesenvolvido, por razons ecológicas; e tampouco desejável, porque apresenta os inconvenientes próprios de um processo que foi, apesar de todo, capitalista. Nuns Estados Unidos de Europa os galegos temos todas as probabilidades de ser os Peles Vermelhas de este continente.

O modelo de socialismo desenvolvido, entendido como o conjunto de traços comuns que modelárom o crescimento da Europa do Leste, nom se presenta isento de reparos. Mais umha vez, as condições mudárom, a morfologia sócio-económica de Galiza exige um tratamento de seu, a idiosincrasia popular é outra e, nomeadamente, deve-se escarmentar em cabeça alheia: o modelo socialista tem incorrido nalguns dos vícios do desenvolvimento e do industrialismo, por razons facilmente compreensíveis mas isso nom suprime a necessidade de revê-lo. O socialismo nom é umha pura técnica para acelerar o desenvolvimento das forças produtivas nem umha estratégia para alcançar às sociedades do capitalismo avançado, nom é o capitalismo levado até às últimas conseqüências. É algo qualitativamente distinto e, se calhar, tenhem razom os que opinam que o socialismo se imporá polos seus valores extraeconómicos, até porque pode tê-los enquanto o capitalismo nom admite mais princípio que a lei do mercado. Entenda-se-nos, há que crecer, mas de otra forma. Um crescimento em simbiose com a natureza, que se oriente para a satisfação das autênticas necessidades sociais, que huma-

nize o processo de trabalho. Há outro desenvolvimento. Tem que havê-lo e, se calhar, a sua plasmaçom mais fecunda presenciaremos-la em pequenos espaços económicos. Quando nos anos setenta irrompeu a crítica ecologista a um certo estilo de crescimento, o problema da dimensom e estrutura territorial dos Estados puxo-se de imediato e nom é por acaso se num dos documentos mais comentados na altura, o *Blueprint for Survival*, se advogava pola descentralizaçom política e económica em todos os planos e pola constituiçom de pequenas comunidades relativamente autosuficientes, e desde entom novos trabalhos apontam, com mais radicalidade ainda, para a mesma direcçom.

A Humanidade joga-se muito em Nicarágua.

*Novembro de 1984*

# Linguagem e literatura

Por Jenaro MARINHAS

## *Advertência prévia.*

Anuncia-se nos programas que versarei hoje ante vós sobre «O mito do enxebrismo». Tal foi o tema da minha participação nos actos de homenagem a Carvalho Calero recentemente celebrada na Corunha, com nutrida assistência de juventude da Galiza e ausência quase total de coetâneos do homenageado.

Desde o momento em que me vim honrado com o oferecimento desta tribuna, expus os meus reparos a servir-vos um prato recozinhado repetindo o dito anteriormente; mas, sem dúvida por eu ter demorado de mais em dar conhecimento do novo tema a tratar, saírom os programas com esse erro, que nom tem importância maior, se bem é-me necessário aludir a el para informar-vos que do que seguidamente vamos tratar é de «Linguagem e literatura». Nom exactamente numha conferência, que nom chego eu à categoria de conferenciante; apenas como num monólogo dramático, do que mais que autor som simples personagem, é dizer, umha criatura em busca de saída, um ser humano à procura da solução de algum problema, que isso é em síntese umha personagem.

Estou pois aqui como um figurante em cena, e vós à minha frente como um público: um tribunal inapelável, que isso há de ser um público.

## *Linguagem, palavra: «lusismos»?*

A primeira palavra do título, *Linguagem*, já servirá para que algum, nom necessariamente presente, me colgue a etiqueta de «lusista». Será o mesmo que nom aprova que eu tenha dito *palavra* em lugar de *verba*, como diria el, por parecer-lhe esta voz de mais requintada galeguidade. Pois bem, ainda que neste momento e lugar eu nom deveria dirigir o meu discurso mais que para vós, que tanto me honrades com a vossa atenção, permitide-me que responda —isso si, com toda brevidade— a esse outro esforçado defensor da castidade da nossa língua, que nom sei por onde andará pero todos sabemos que anda por algures apontando o seu dedo acusatório e tremulan-

do o seu grito escandalizado cada vez que crê ver umha violaçom do corpo virginal e intocável do galego que el tem por enxebre e popular.

Permitide-me que lhe responda que nom digo como el *verba* porque nom considero que seja voz de uso colloquial e espontâneo entre os nossos falantes, por mais que, curiosamente, si o tenha, e abusivo, entre escritores que dizem procurar um galego vivo e real. O que as mais das vezes procuram, por errados caminhos, é diferenciarse a qualquer custo do castelhano e do português, sem ter em conta que o que é galego nom deixa de sê-lo por coincidir com os idiomas vizinhos.

Enquanto a tomar como «lusismo» essa terminaçom em *-agem*, limitarei-me a remeter ao que tal creia a umha leitura de Rosalia, e sem sair de *Follas Novas*, recém-aparecida em fac-símile, encontrará *friaxen, ramaxen, paraxen...* e nom me parece atinado apelidar de «lusista» a Rosalia.

Atinado nom será, mas, a querer fazê-lo, algum argumento se encontra, porque as afinidades e coincidências que ainda existem entre o galego-português de aquém e de além Minho som tantas e de tanto vulto que dificilmente podem permanecer ocultas, e parece-me desacertado chamar-lhes «lusismos», tanto mais enquanto que se lhe ponha a esse qualificativo algum acento ou intençom pejorativa.

#### *Rosalia e o reintegracionismo.*

Nos parágrafos destinados à língua de Rosalia na *Historia da literatura galega contemporânea*, de Carvalho Calero, encontra o autor que som formas próximas ao português *quentaste, namoraste*. Em troca, atribui o seísmo rosaliano a desejo de mostrar ternura ou graça; nalgum caso será assim, mas noutros, como *corason, sombrisa, agonisa, silencio*, quero eu ver umha malograda cedilha, que bastantes veces se decidiu a estampar: *cançon, doce, espaço, cortiços, conoça, feitiço...*; e atribuo que nom tenha prodigado esse signo com mais largueza a considerá-lo desconhecido da generalidade dos seus presuntivos leitores: nom som poucos os que tomando tal rabecho por um mero ornamento caligráfico pronunciavam como um *c* desprovido dele.

Se nom empregou Rosalia o *g* e o *j*, penso que pudo ser por umha razão equivalente à que lhe limitou o uso da cedilha: por umha concessom à ignorância dos leitores, alfabetizados no castelhano. Algum reparo lhe ofereceria a soluçom do *x* quando o coronou de diérese, como admissom provisória, até mais ver, já que ela se encontrava «sen gramática nin regras de ningunha clás», segundo declara no prólogo de *Cantares*.

Por último, porque nom é ocasião nem propósito meu assentar umha aventurada hipótese de simpatia rosaliana para o reintegracionismo se vivesse actualmente, farei notar que distinguiu algo que ainda nom distingue hoje algum reintegracionista, mas si os portugueses. Trata-se da conjunçom *mas*, indicativa de oposiçom entre duas ideias, e o advérbio de quantidade *mais*. Usou a forma deste último muitas vezes pola primeira; pero nom outras, como: «*mas* nom importa por eso», «*mas* o que ten mal sino», «*mas* desque can no burato»; e quando convergem próximos no texto advérbio e

conjunção nom duvida em diferenciá-los, como nos versos que figuram na página 139 da primeira edição de *Follas Novas*:

—*Rabiar no mais, dixera que mentides!*

—*Si, si, rabear ben forte;*

*mas é a rabia picante e aguilloeira.*

No português arcaico lê-se alguma vez *mais* por *mas*; pero no galego actual predomina em absoluto a primeira forma. Suspeito que se foge da segunda por temor a cair num castelhanismo. Nom é tal: nom é mais que um cultismo. Na prática coloquial do povo, tanto do povo castelhano como do galego, é voz raramente usada, que se substitui invariavelmente por *pero*. Dizer *mas* aparece como pedantesco ainda na linguagem entre gentes ilustradas, que unicamente usam dessa conjunção no escrito. Quem nom queira aprender dos portugueses, aprenda ao menos de Rosalia e nom evite usar algo que é tam nosso como dos castelhanos.

*Todo o português é galego.*

Tanto em cultismos como em populismos andamos portugueses e galegos de maos dadas como bons irmaos. Informa-nos Rodrigues Lapa, sempre fornecedor de boa informação, na sua *Crestomatia arcaica*, que ainda hoje o povo dos arredores de Lisboa pronuncia *aúgua*. *Augua* escreve Rosalia; mas, evidentemente, nom o tomou dali, a nom ser que queiramos estender os arredores da capital portuguesa até a Estaca de Bares, o que parecerá muito estender.

À hora de atribuir «lusismos», toda cautela há de ser escassa, pois vemos que, a «querer pilhar as moscas polo rabo», nem a própria Rosalia, a popularíssima Rosalia, fica inteiramente a salvo. Nom é o que há de «luso» no português o que atrai a atenção do reintegracionismo, senom o tanto e tanto que no português há de galego, de nosso, que constitui o arcabouço do idioma comum. Portugal nom é exclusivamente lusitano. «O português é uma síntese de lusitano e galaico», afirma Cunha Leão em *O enigma português*, e ainda reafirma: «Uma parte de Galiza e outra da Lusitânia formaram Portugal».

A ser —que nom creio, ou resisto-me a crer— que seja com ánimo de ferir que se alcunhe de «lusistas» aos galegos que se sentem integrados na cultura portuguesa, deverám os afectados aceitar o mote com aquela aristocrática serenidade com que os contertúlios da corunhesa livraria Carré, quase um século atrás, aceitaram o que quixo ser insultante alcunha de «Cova Céltica» e o convertêrom em digno timbre de galegidade cultural e progressiva.

«Todo o que é autenticamente português tem raiz galega», declara outro escritor do Sul do Minho. Essa raiz, que permanece a miúdo soterrada em terra galega, aparece a pouco que se roce a superfície, e é tomado por portuguesismo o que é galego de boa lei, apenas solapado por estranhas influências.

*A opiniom de um leigo interessado.*

Pero estou entrando em terreno polo que nom poderia caminhar sem risco de dar traspés e cair, dada a minha ignorância em ciências da linguagem, irmã maior de todas as outras ignorâncias minhas. Ao falar recentemente na Corunha no acto em homenagem a Carvalho Calero antes aludido, comecei fazendo umha advertência que quero repetir aqui, rogando-vos a tenhades presente ao longo de quanto manifeste, por suposto sem a menor intençom doutrinal, mas como opiniom, nom de um intelectual, que nom som, opiniom de um simples afeiçoado à fala e à literatura galega desde idade infantil. A advertência foi esta:

Ainda que tocar no jeito de falar e escrever em galego, fique bem assentado, que o que nom quero tocar é a ciência lingüística, que isso deixo para os que da tal se ocupam. Ante o uso falado e escrito do galego trato de ver o mais conveniente, ainda que nom sempre coincida com o mais científico. Ciência e conveniência nom tenhem porque necessariamente marchar unidas: mentres a ciência nom casa com ninguém, a conveniência admite toda classe de emparelhamentos.

Em toda questom parece-me recomendável e proveitoso que os entendidos nom desdenhem em demasia a voz do leigo que se arrisque a intervir; nom, evidentemente, o leigo surdo ou insensato, si o leigo atento e interessado na discussom, porque el constitui o campo de cultivo onde as sementes que a voleio espargem os discutidores germolarám ou nom. Frente ao debate actual sobre a língua e literatura galegas procuro eu ser esse leigo interessado e atento que desde o pupitre de aluno, e com todo o respeito para os que ocupam a tarima professoral, levanta a sua voz inexperiente e nom menos sincera que modesta, como um eco ou rebote das encontradas opinions a que nengum home medianamente ilustrado da Galiza pode sentir-se indiferente ou alheio.

Assim como a qualquer lingüista está-lhe permitido pôr reparos ao seu alfaiate ou à sua cozinheira sobre o casaco ou o guiso que lhe fazem, permita-se-nos aos ignaros opinar sobre a língua, que a fim de contas somos os que vamos desfrutá-la ou padecê-la, como o lingüista vai vestir o casaco ou paladar o guiso.

*Portugal: a Galiza botada a andar.*

A conveniência diz-nos que nom deveremos enclaustrar-nos numha autarcia idiomática, dubiamente científica, sem mais valor nem utilidade que umha manifestaçom folclórica e sensiveleira. De sopesar as possibilidades de adquirir umha cultura desde e sem sair do galego popular, logo veremos que nom há nengumha. O home galego há de completar a sua cultura polos dous caminhos que mais facilmente lhe som acessíveis: o castelhano e o português. Enquanto ao castelhano, nada necessitamos fazer: a convivência e o próprio Estado espanhol dam-no-lo todo feito. É enquanto ao português que deveremos endireitar a nossa actividade para estabelecer com el umha comunicaçom que estimule as nossas próprias defesas frente à entrada massiva no

nosso organismo idiomático de elementos castelhanos que ameaçam destruir a nossa identidade já em muito debilitada. Destruíçom que nunca virá do lado português.

A lusofobia revela umha imaturidade galeguista; o galego plenamente formado em galeguidade nom pode ver em Portugal e no português algo estranho, mas a prolongaçom de si mesmo: a Galiza botada a andar.

Resulta-me incomprensível que gente que celebra com gaita e moineira umha nossa remota irmandade com os povos célticos da Irlanda e da Bretanha, se resista com obstinada bravura a aceitar esta outra irmandade bem mais próxima e manifesta com o povo e a cultura portuguesa. É como renegar do filho porque depois de anos de emigraçom retorna com um certo acento crioulo. Pode ser bom que nom queiramos imitar-lhe o acento; mas o abraço familiar, a interlocuçom sincera, a confiança mútua e a comparticipaçom de um acervo comum nom podem ser negados nem restringidos, porque a ausência nom rompe os vínculos de sangue, e os glóbulos vermelhos ou brancos de um idioma som os vocábulos e estes som quase totalmente os mesmos em galego que em português. É assi por mais que algum lingüista nos diga que se trata de duas línguas diferentes. Através da lupa científica de um especialista pode que se apreçem diferenças que aos nossos olhos profanos se recatam; mas desde um ponto de vista do que poda abarcar-se umha perspectiva total, panorámica, que nom cabe na minuciosidade da lupa, a semelhança resulta evidente.

#### *A língua literária dos escritores galegos.*

Ninguém estranhará se dizemos que a língua literária de um andaluz é o castelhano; mas causará, nom estranheza, verdadeiro estupor ouvir que a língua literária de um galego é o português, como causou escândalo aquel artigo de Rodrigues Lapa sobre «A recuperação literária do galego», nove anos atrás: causou escândalo entre os intelectuais galegos mais atentos aos chamados «precursores» que aos possíveis «sucessores», que som os que se inscrevem hoja nas filas do reintegracionismo.

Nom desculpo de certa hipérbole a segunda afirmaçom; mas temos de reconhecer que em idioma galego-português a única literatura fixo-se do lado de Portugal; do lado da Galiza ainda apenas se fixo literatura: fixemos transcripçom escrita da linguagem, que claro está ser cousa diferente. Os escritores galegos, salvando excepçoms, trabalhárom mais baixo a preocupaçom de reproduzir realisticamente a fala ouvida no seu entorno que de criar o seu próprio estilo literário; diria-se que mostram umha vocaçom menos literária que filológica: quixérom ser registradores ou notários a dar fé de um factu lingüístico antes que criadores de umha língua literária.

Nom quero afirmar (nunca afirmo ou nego rotundo, porque a minha deusa é a dúvida) que o galego escrito careça em absoluto de valores e estilo literário, senom que predomina a reproduçom digamos «fotográfica» da expressom vulgar sobre o debuxo artístico, sempre mais capaz de captar o espírito do modelo, que escapa à reproduçom mecânica: prescinde-se de la-

pis e pincel por temor a que a insuficiência da própria arte dê umha imagem pouco reconhecível, sem ver que polo outro procedimento nunca se conseguirá mais que umha imitação do puramente superficial.

### *Superar o ruralismo.*

A literatura corresponde à estilização da fala vulgar; mas o escritor galego (com excepções, repitamos) parece temer que umha estilização da linguagem reste galeguidade ao texto, como se o idioma galego nom tivesse capacidade de subsistência desapegado do mundo rural que é por hoje o seu usuário quase exclusivo; pero temos de procurar a extensom de esse uso a outras capas da sociedade galega que nom se encontrarãr acomodadas no estreito marco em que se desenvolve a vida rústica do lavrador e haverá que buscar umha nova expressom galega que lhes sirva de comunicação e cultura.

Tamém a fala, como o resto das manifestaçoms da vida galega, vai perdendo aldeania e ganhando cidadania, e, curiosamente, o galego coloquial das cidades, nalguns aspectos, vai evoluindo de jeito semelhante à evoluçom sofrida polo português: fai menos contracçoms, diz freqüentemente *com os, com as* en lugar de *cos, e cas, para os e para as* em vez de *pros e pras*; abandona arcaísmos e ruralismos que tamém no *rus* vam em desuso: apenas diz *bágoas* por *lágrimas*, *beiços* por *lábios*, *ledícia* por *alegria*. Todo isto pode causar pena aos amantes de certa tradiçom estática, portanto improdutivo.

Como um ponto que corre gera umha linha, só umha tradiçom em marcha é geradora de sucessivas tradiçoms como a linha é sucessom de pontos. O importante é que a linha nom quebre e mantenha umha direçom perseguidora dos que nos precedem em livre peregrinagem: portugueses e brasileiros; que a língua nom deite numha imovilidade de museu ou permaneça em conserva como os cantos e bailes no frigorífico dos «Grupos de Coros y Danzas».

A língua do mundo rural nom carece de interesse literário; mas é poço de caudal limitado, que, de ser apurado mais do devido, nom pode dar mais que água barrenta e pouco potável. A esse mundo tem acesso a literatura, que, como toda arte, nom admite aduanas nem valados. Mas esse mundo, remisso ou negado a ler, raramente acede à literatura; portanto carece de sentido que à hora de escrever nos preocupemos de ser entendidos por quem nom nos vai ler. Nom perdamos de vista que escrevemos para letrados e, sendo assim, devemos empregar um idioma letrado, escrito, que nom tem porque ser calco da fala, e menos da fala vulgar, adulterada e contrafeita. Ocupar-se em fazer literatura para quem nom lê é empenho vao como tentar guardar água num cesto.

### *A língua real como ponto de partida.*

Está no seu papel o filólogo que estuda e nos informa da realidade da língua, que para el é um facto consumado; mas para o literato a realidade da língua é um ponto de partida para umha realidade mais culta, mais aberta e

com maiores possibilidades de comunicação universal. A literatura precisa empregar umha linguagem acessível a toda a comunidade nacional, acesso que lhe será facilitado pelo emprego de vozes cultas, evitando populismos e modismos que nom traspassam os reduzidos limites de umha comarca ou grupo.

Melhor que com palavras minhas, e desde logo com mais autoridade, direi-vo-lo com palavras de António Sérgio, ilustre historiador da cultura portuguesa:

«É a 'élite' que estruturiza um povo e que lha dá vida; se a 'élite' cai, decai o povo; se a massa, por qualquer razão, não tem uma 'élite' que pense nela, ou deixa adormecer aquela que tem, outrossim decairá a massa; e quanto à arte, em nosso entender, o povo não a cria nunca: sempre cisterna, e nunca fonte; sempre adaptação, e nunca germe. Não cremos pois receita infalível que se plebeíze a elocução dos mestres. Infundem beleza à obra de arte um certo número de condições, que não vem ao caso discutir agora; mas tanto pode existir beleza no que está longe do popular como nas obras que lhe ficam próximas».

E, linhas adiante, continua: «Não cremos que a reprodução da língua do povo à maneira de Camilo suscite melhor a unidade: porque essa língua é regionalista. Não sublinha, pois, uma separação de duas culturas: mas estabelece uma separação de natureza corográfica, mais fragmentadora que a primeira. A língua culta, ao menos, é entendida por todos os cultos, desde Caminha até Tavira; mas o provincianismo trasmontano ou minhoto não é percebido pelo homem culto (e ainda menos pelo povinho) do Alentejo ou da Estremadura. O povo do Algarve, por exemplo, não perceberá muito melhor a linguagem de Camilo do que a de Ramalho ou Júlio Dinis, a de Herculano ou a de Queirós».

Foi longa a cita, mas proveitosa.

### *Disciplinar a fala.*

Dada a reduzida extensom do nosso território galego nom se dam grandes diferenças léxicas entre umha e outra comarca; dam-se mais entre escritor e escritor, as mais das vezes por quererem mostrar-se mais populistas que o próprio povo, o que os leva a construir, com toda a boa intençom do mundo, vocábulos que nom som pronunciados em negumha parte mais que na sua mente, no desejo de trabalhar um idioma que nom tenha o menor contacto com nengum dos idiomas colaterais. Frequentemente com a distorsom que da fala castelhana fai a ignorância do povo enchem o currom de um galego pretendidamente vivo. Nom se dam muitas diferenças; pero dariam-se menos no galego escrito se todos volvéssemos a mirada para umha linguagem culta e apartássemos nom pouco a atençom e o ouvido, sobretudo o ouvido, do *sermo* vulgar, tam adulterado e vacilante.

A fala hai que deixá-la correr a pelo; mas a escritura há de ser cavalgada, com rédeas e sela, porque convém que marque um caminho polo qual há

de levar a fala trás de si. Ainda que os falantes nom leiam apertadas páginas de prosa, lem rótulos, anúncios, pancartas, e o pouco que leiam influirá pesadamente em como falem.

### *Ensinar ao povo a falar.*

No transcurso de um jantar no corunhês Paço de Marinhám ouvi-lhe comentar ao querido e admirado Filgueira Valverde que os galegos soemos topar mais dificuldades em aprender a falar bem o português que os próprios castelhanos. Isto é certo: nom apredemos a falá-lo bem porque já o falamos; mal, pero já o falamos; igualmente que andaluzes ou estremenhos que podem pronunciar correctamente inglês ou francês, nom conseguem aprender a falar bem o castelhano: é porque já o falam; mal, pero já o falam. Dom José María Pemán falava mal o castelhano, como andaluz que era; mas escrevia-o bem. A ver se os galegos, aos que nos custa caro identificar-nos com a oralidade do português, conseguimos, ao menos, aproximar-nos na escrita. Identidade oral nom a tem nengum idioma de extensa área lingüística. Um home nom é um gramófono: imprime ao que fala um sentimento, umha emoçom, um acento persoal que é comum às gentes que compartilhem com el o mesmo círculo de vida. Castelhanos, argentinos, mexicanos falam diferente; ingleses, irlandeses, americanos falam diferente; mas a forma de escrever mantém-se igualada e isto fai que o idioma comum nom se desmembre, se mantenha coeso. Os galegos falamos diferente, como falam diferente portugueses, brasileiros ou caboverdianos; mas temos de procurar umha escritura igualada se nom queremos sumir num estreito poço infracultural do que nom teremos saída mais que para um espanhol de ínfima categoria.

Missom principal dos nossos escritores nom é hoje tanto aprender a fala do povo como ensinar a falar ao povo. Na última centúria que vai desde a renacença aos nossos dias já se recolheu do povo quanto havia que recolher; agora estamos em tempo de escolmar e tirar ao vassureiro o que é vassura. Digamo-lo sem medo a represálias e doestos: há muito lixo na nossa literatura, tanto lixo que a miúdo encobre jóias de alto valor, que as hai. Nom falo como crítico, que nom som; falo como leitor para o que ler em galego é como viajar em carro sem amortecedores por estrada pedregosa e picada de baches, autêntico quebranta-ossos que anula todo o prazer de viajar.

### *Crítica literária e questom ortográfica.*

Umha das cousas que mais se acham de menos na literatura galega é umha boa crítica, umha crítica valente e desligada de todo outro sentimento que nom seja o sentimento crítico. Contamos com excelentes comentadores de literatura; mas isso nom é crítica e eles sabem-no muito bem. Nom é por falta de capacidade intelectual que eles nom abordam a crítica que convém. As mais das vezes só se comenta aquilo que admite um comentário laudatório, e o que nom gosta silencia-se: a isso chamo eu eludir a responsabilidade crítica, que deve estar às duras e às maduras. Comprendo que numha comu-

nidade tam reduzida como a comunidade cultural galega, dentro da que quase todos nos conhecemos e somos amigos, resulte difícil, e ainda doloroso, emitir juízos adversos; pero deber ineludível do crítico é comprometer-se com a verdade sem pensar (nom digo sem importar-se) que isso comprometa a amizade com Plato, que por outra parte, nom deve nunca resultar comprometida se Plato nom é um imbécil.

Algum temor parecido deve de ser o que mantém inibida umha parte da nossa intelectualidade a respeito da questom ortográfica. Temor infundado, pois nengumha opiniom sincera e correctamente expressada pode mermar ou deixar em perigo a estima dos amigos, se o som verdadeiramente. Trata-se de umha questom importante para o futuro do nosso desenvolvimento cultural, e todos devemos jogar com as cartas às vistas, as que cada um tenha —melhores ou piores, todas som necessárias para completar a baralha—; ham de jogar-se nobremente e sem trampas, em diálogo socrático e afectuoso por riba de toda discrepância.

Jogue espadas e bastos quem os tenha, e quem nom, ouros e copas. Arrastrem com razons científicas uns, com razons sentimentais, sociais ou políticas outros, que todas valem, inclusive, como nom, as estéticas. O final é sabido: «de janeiro a janeiro o caudal é do banqueiro», e o banqueiro nom pode ser outro que o povo galego.

#### *Aproveitar a literatura portuguesa.*

A minha simpatia polo reintegracionismo nom mira tanto a procurar a atençom dos portugueses para nós como a nossa própria atençom para eles. Se na nossa literatura se produzisse algo de marcado interesse, nunca a ortografia, por absurda que fosse, constituiria obstáculo para um chamado de atençom nom já do mundo cultural portuguêsenom de toda a cultura mundial; mas esse caso nom se dá nem está às vistas que poda dar-se, portanto seremos nós os beneficiários de um maior e melhor conhecimento de quanto se fai em Portugal e no Brasil, em plena madurez literária.

Eu, que —dito com mais sinceridade que presunçom de modéstia— nom som nengum superdotado nem tenho sido neno-prodígio ou cousa que se lhe parecesse nem de longe, aos treze anos, sem ter recebido liçom algumha de portuguêsen, lia Herculano, Camilo, Eça, com pleno aproveitamento; bastou para isso ter à mao os livros, vontade de os ler e um conhecimento básico do galego comum, nada mais. Esta experiênciapessoal afirma-me na crença que nom é nengumha utopia, é algo fácil, dado e natural que um galego medianamente ilustrado se adentre com igual desenvoltura familiar nos eidos da literatura portuguesa como nos da castelhana. A castelhana já tem os seus valedores; os reintegracionistas venhem a ser os da portuguesa, e basta-lhes com isso para contar com a minha total simpatia. Um galego de costas a Portugal nom será um galego íntegro, será um «sórdido galego» em frase de Camões, que, como é sabido, era da nossa família.

O pintor Max Liebermann, em ocasiom de formar parte de um júri, clamou frente a umha pintura com a que nom andaria muito em conformidade:

—«Tirem daí esse quadro, que acabará por gostar-me!». No seu interior, frente à recuperação do galego clássico, gritam como o pintor alemão os que amortalhados pela rotina se consideram incapazes de iniciar a marcha por um caminho de progresso que vai para longe e preferem seguir dando voltas arredor de si como gato à procura de morder o próprio rabo; mas acabaram por gostar, porque o ser humano não é besta de nora que não vai para nengures, fita horizontes longínquos que chamam por el.

Mal haja o rotinário, o que se conforma com o fácil, com o mesquinho, com o que tem à mão, e renuncia à luta pelo difícil, pelo desmedido, pelo além, que é a luta do homem por recuperar a sua humanidade perdida em aras heréticas de uma sociedade que antes e depois das computadoradas faz del uma mera engrenagem de máquina, obediente à pressão de um mando; em rebeldia contra a domesticação a que foi submetido pelos Estados soberanos, que, não conformes com fazerem-se donos dos seus braços produtores dos bens materiais, pretendem apoderar-se também da sua língua, expressiva dos bens da razão.

Defender uma ortografia de calco castelhano para a escritura do galego é colaborar com o poder central para o avanço de mais um peão na preparação do xaque-mate a uma nacionalidade que na luta pela pervivência tem o idioma como principal arma de defesa. Frente a uma razão social e política de tão acusada prioridade, toda outra razão que pudera haver deverá ser relegada e proscrita; mas o único que há é uma inércia mental, uma rotina fácil e comodona.

A razão é poderosa; mas mais que vencer uma razão custa vencer uma rotina. Contra uma razão pode opor-se uma razão nova, mas não existem novas rotinas (todas são necessariamente velhas e de lento assentamento) que podemos opor à que já está assentada e botou raiz de tojo verde, que, segundo reza a cantiga popular, «é mui mala de arricanre». Porém, não tiremos o quadro, que acabará por gostar.

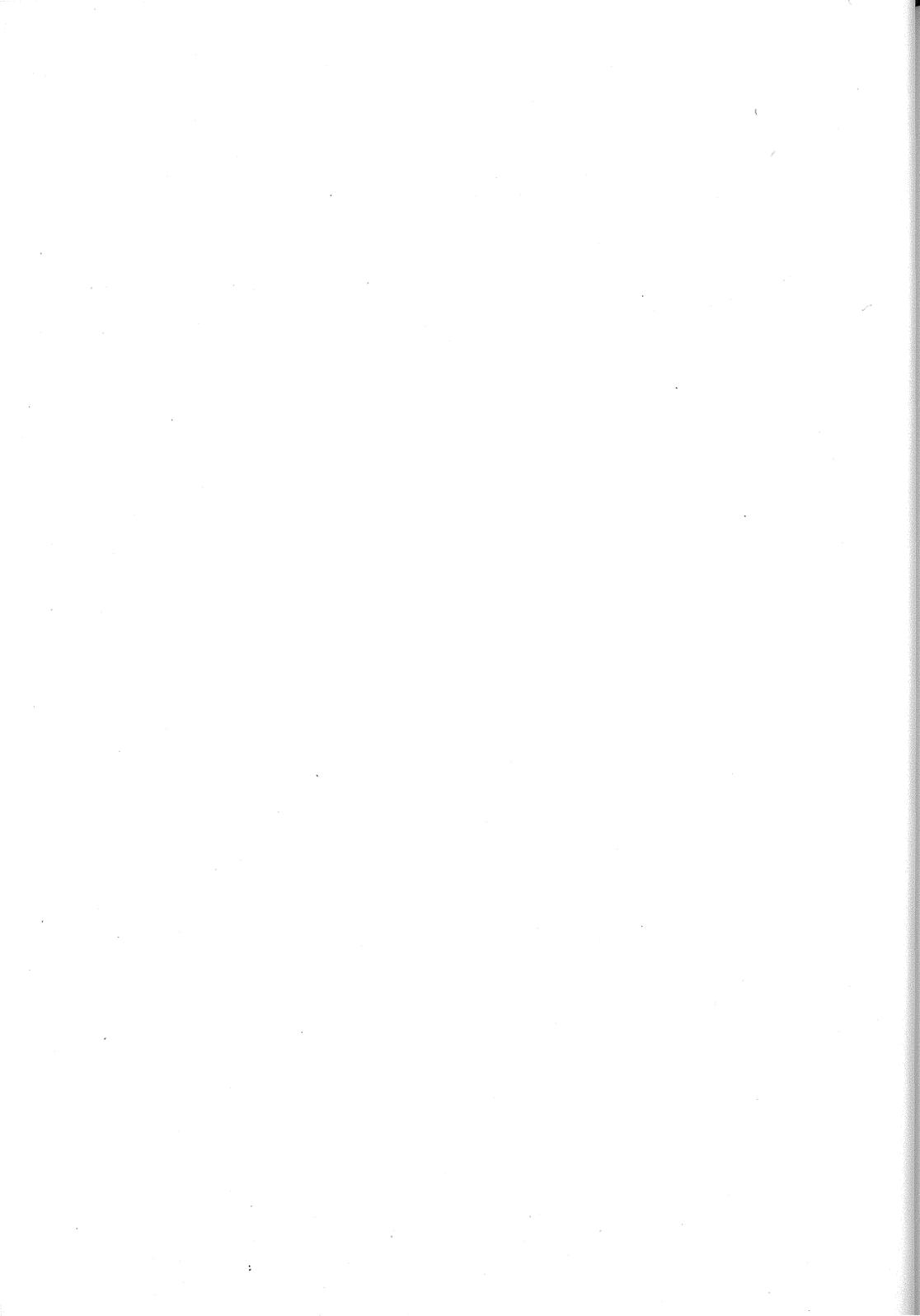
### *Uma anedota de Dieste.*

Para pôr término a esta desbaralhada dissertação que não acertei a organizar melhor, aporei uma breve anedota:

Tiven o prazer imenso, que desventuradamente já não se repetirá, de viajar várias vezes com Rafael Dieste, cada vez que a nossa condição de académicos nos demandava fora da Corunha, onde ambos tínhamos a morada habitual. Foi a última vez pouco antes da sua morte, numa viagem a Ourense. Nas horas de caminho falamos de muita coisa: da recente reposição escénica em Ferrol do seu *Drama do cavalo de xadrez*, da que se mostrava plenamente satisfeito; do comum amigo Plácido Castro, com o que el compartira exílio em Londres e eu tertúlia diária na Corunha em melhores tempos. Falamos, como não, de Manuel António, e perguntei-lhe que lhe parecia o câmbio do *u* de Manuel por um *o*. Não duvidou, dixo-me: —«Vou-te pronunciar Manuel à castelhana»; e pronunciou estreitando muito o focinho ao

chegar ao *u*; —«E agora à galega», e pronunciou sem aquela contracção de focinho, resultando um *u* bem diferente do outro, mas longe de chegar a um *o*.

E para que apporto eu agora esta anedota? Pois para dizer-vos como final umha pessoal opiniom: Ganharia muito a literatura galega se bastantes dos nossos escritores virarem surdos.



# Níveis de representação fonológica e gráfica: reintegracionismo e isolacionismo

Por Domingos PRIETO

Propuxera-me nom volver a escrever mais ensaios teóricos sobre o reintegracionismo porque sei por experiência que este nom entra por teorias mas por praxe e por amor (praxe da nossa cultura no sentido amplo e profundo da palavra, e amor a esta mesma cultura, em substituição da ignorância e do auto-ódio engendrados por 5 séculos de colonialismo). Ademais eu som um neófito na matéria e polo tanto nom som o melhor indicado para este tipo de exercícios. Porém, nom podo resistir a tentação de escrever umhas linhas depois de ler nos jornais algumas concepções sobre o tema.

Existe a ideia que as duas escolas principais sobre a unificação do galego, a reintegracionista e a isolacionista, se opom porque a segunda tem em conta a realidade da língua mentres que a primeira esquece tal realidade. Vejamos pois em que pode consistir essa «realidade» e se ela é a única realidade.

## ESTRUTURA E NORMA LINGÜÍSTICAS

Quando se fala dumha língua convém distinguir dous aspectos fundamentais: a estrutura e a norma.

A estrutura corresponde ao sistema lingüístico ou conjunto finito de elementos organizados segundo um conjunto finito de princípios. Para limitarnos ao sistema sintáctico, diremos que, dados os elementos (palavras): *hei* (haver), *lhe*, *de*, *dar*, *um*, *boi*, *branco*, etc., e dados os princípios de organização sintáctica do galego-português (por exemplo o que di de colocar os pronomes clíticos antes ou depois do verbo), obtemos umha oração própria do galego-português ('hei-lhe de dar um boi branco' (cantiga)) e esta oração distingue-se claramente da correspondente espanhola ou francesa.

Mas a palavra *língua* é abstracta e nom corresponde a nengumha entidade concreta, já que na realidade somente existem dialectos, idiolectos, variantes, etc. Deste ponto de vista, pois, um 'realista' ou 'empiricista vulgar' (como se costuma chamar em filosofia) nunca poderá compreender nem

explicar a noção de *língua*, porque esta nom corresponde a umha realidade aparente e superficial.

Para resolver este problema, a lingüística, o mesmo que a ciência moderna em geral, costuma distinguir entre estrutura geral e estruturas particulares. A estrutura geral é a compartida por umha série de variantes dialectais, que, juntas, constituem umha língua. As estruturas particulares som as que correspondem a cada variante dialectal. Neste sentido a estrutura geral do galego é exactamente a mesma que a estrutura geral do português, do brasileiro, etc., e dizer que a língua galega é diferente da língua portuguesa é a mesma contradição que dizer que o português do Norte é umha língua diferente do português do Sul ou do português de além dos mares. Esta é a primeira realidade que cumpre ter em conta no momento de unificar umha língua; e esta realidade é, como vimos de dizer, abstracta e nom concreta como muitos crêm.

Umha realidade mais concreta é que todas as comunidades lingüísticas que compartem umha mesma estrutura geral, tendem à unificação arredor dessa estrutura geral e para isso tenhem que recorrer à *norma lingüística*, que vai consagrar certas variantes a expensas de outras. A norma lingüística é pois um elemento externo à estrutura, que funciona em forma de *filtro* que controla a estrutura excluindo certas variantes e aceitando outras.

Esta norma fica a miúdo imposta pola variante mais prestigiosa, que nas culturas actuais de transmissão escrita é a variante com mais tradição literária, a variante do ensino, etc. (quando as fronteiras dumha língua nom coincidem com as fronteiras políticas, podem coexistir diferentes variantes prestigiosas, como é o caso do espanhol, do neerlandês, do galego-português, etc.).

Estamos a falar aqui de umha situação normal, na que várias variantes dialectais que compartem umha mesma estrutura geral (língua) vivem em contacto lingüístico e cultural, e na que a norma lingüística somente afecta às estruturas particulares e nom à estrutura geral. Este é o caso das diferentes variantes andaluza, castelhana, etc. com relação ao espanhol castelhano.

Mas esta nom é a situação do galego, cuja estrutura geral é compartida pola família luso-brasileira, etc. e cuja norma lingüística e cultural lhe fica imposta polo espanhol-castelhano, que funciona como variante prestigiosa (ensino, administração, etc.). Aqui a norma nom afecta às variantes mas à estrutura geral do galego, excluindo-a em favor da estrutura geral do espanhol (*escuela, bueno, che digo*, etc. em lugar de *escola, bom, digo-che*, etc.). Assim, em lugar de umha transformação natural da língua, assistimos a umha deformação e degradação contínua.

Mais grave ainda: numha cultura de transmissão escrita e audiovisual, a língua minoritária fica substituída em questom de poucos anos pola língua maioritária, e negar esta realidade é o mesmo que condenar o galego à morte.

A realidade da língua apresenta-se pois em vários níveis, e, segundo o nível em que um se situe, a realidade será diferente. Assim pois, dizer que o

galego é diferente do português é umha realidade tam grande como dizer que o galego de Ourense é diferente do galego da Corunha; e dizer que o galego (língua) é diferente do português (língua) é umha contradicção como dizer que o português do Norte é umha língua diferente do português do Sul. O mesmo, dizer que as palavras *escuela*, *bueno*, etc. som palavras do galego actual é umha realidade como dizer que umha pessoa que tem a sarna está enferma; mas dizer que essas mesmas palavras fam parte da estrutura (ou melhor dito: do dicionário) do galego, é umha contradicção como dizer que a sarna é inerente à pessoa que sofre dela. Finalmente, dizer que o galego pode resistir ao espanhol numha cultura de transmissom oral é umha realidade confirmada por 5 séculos de história, mas dizer que o galego pode resistir ao espanhol numha cultura de transmissom escrita é umha contradicção confirmada por outras línguas como o bretom, o galês, o frisom, etc.

### FORMA ORAL E ESCRITA

Se a distincção entre vários níveis de abstracção é indispensável para compreendermos o funcionamento lingüístico na sua expressom oral, esta distincção nom é menos indispensável para compreendermos o seu funcionamento na expressom escrita.

Do mesmo jeito, se a distincção entre estrutura e norma era importante para compreendermos melhor o funcionamento da expressom oral, esta nom é menos importante para compreendermos melhor a expressom escrita.

Como toda comunicacção, a escrita representa-se por meio de um código e este compom-se, na cultura ocidental, de um número de palavras (dicionário) e de um alfabeto (conjunto de símbolos gráficos). O rendimento dum sistema de comunicacção mede-se pola sua capacidade em representar o número maior possível de palavras com o número menor possível de símbolos do alfabeto, e para conseguir este fim a representaçom gráfica tem que escolher o nível de abstracção lingüístico mais adequado.

#### 1) *As palavras.*

Cada dialecto e variante dialectal tem o seu próprio dicionário com o seu conjunto próprio de palavras; mas, como os diferentes dicionários das diferentes variantes dumha língua se recobrem parcialmente, podemos distinguir o dicionário geral (com as palavras comuns a todas as variantes) e os dicionários particulares a cada variante. Assim podemos falar dum dicionário comum galego-luso-brasileiro, etc. e de dicionários particulares ao galego, ao português, etc. A tarefa do unificador aqui consistirá pois em normalizar primeiramente as formas comuns e, em segundo lugar, em privilegiar as formas particulares do galego que estejam mais conformes com a estrutura geral do galego-português.

#### 2) *O alfabeto.*

Se o galego nom tivesse umha tradiçom escrita própria detrás, os símbolos gráficos poderiam ser escolhidos arbitrariamente sempre que nos puxé-

ssemos de acordo sobre as convenções que assegurem umha tradução inequívoca com os elementos orais.

Mas este nom é o caso do galego, que tem umha grande tradição literária e umha longa história lingüística; e assim como o espanhol nom escolheu arbitrariamente o símbolo gráfico // para representar o som lateral palatal —este símbolo nom representa somente o som lateral palatal mas tamém a sua origem, que, como se sabe, é geralmente  $l + l$  ( $l$  dobrado = *poll(um) > polo*), tampouco nós somos completamente livres para escolhermos arbitrariamente os símbolos. Volvendo ao //, como a outros muitos símbolos do galego actual, podemos dizer que a sua presença no galego representa umha interferência léxica —o som lateral palatal do galego-português nom provém de  $l$  dobrado mas de  $l + y$ , que a nossa tradição escrita representava graficamente por *ly* ou *lh*.

Os símbolos gráficos dumha língua fam polo tanto parte da sua tradição lingüístico-cultural com o mesmo título que umha bandeira fai parte da tradição sócio-político-cultural de umha nação, e neste sentido trocarmos os símbolos gráficos próprios da nossa tradição cultural polos símbolos gráficos da tradição cultural espanhola, é tam grave como trocarmos a bandeira galega pola bandeira espanhola.

Ainda fica por fazer umha história geral da simbologia e do seu rol no desenvolvimento das ideias e da humanidade, mas, ainda assim, nom é difícil de compreender que o seu rol é fundamental. Nom esqueçamos que um dos primeiros actos dos colonizadores consiste em impor o seu simbolismo aos povos colonizados e, ao contrário, o primeiro acto dos povos descolonizados consiste em destruir o simbolismo dos colonizadores e em substituí-lo polo próprio.

Desfazer-nos do simbolismo gráfico espanhol é, pois, um acto mais importante do que muitos crêm: é o primeiro passo e o mais importante da nossa descolonização lingüístico-cultural.

### 3) *Os níveis de representação.*

Ademais dos diferentes níveis de abstracção de que já falamos antes, as línguas apresentam outros mais, entre eles o nível *fonético*, o nível *fonemático* e o nível *morfemático*. Cada um deles corresponde a um grau de abstracção diferente, e os unificadores terám que escolher qual destes três níveis vam representar graficamente.

a) *O nível fonético*: é o que mais perto está da ‘realidade aparente’ ou ‘superficial’ e corresponde à variedade de sons de umha língua, que pode atingir um número mui elevado.

Até agora nengum sistema gráfico conseguiu representar adequadamente este nível, cujas variantes som mui superiores em número aos símbolos correntes dos alfabetos gráficos. A complicação do sistema correspondente nom é difícil de imaginar. No entanto, nem faltárom no passado nem faltam

no presente defensores dum tal sistema gráfico que reclamam em nome da 'realidade'.

b) *O nível fonemático*: depois do descobrimento do fonema, puxo-se de moda a ortografia fonemática —e eu pessoalmente defendim-na para o galego alguns anos atrás— que consiste em representar as unidades funcionais da língua (fonemas). Este nível, mais abstracto que o anterior, presta-se melhor para umha representação gráfica, mas também provoca problemas graves porque:

1) a representação fonemática dumha palavra por separado nom corresponde sempre à representação dessa mesma palavra na oraçom. Por exemplo: a preposição *a* contrai-se com outras vogais dando lugar a numerosas variantes fonemáticas /a, e, o, aw/, etc. Ora, estas variantes fonemáticas podem-se deduzir por meio de regras, polo que a sua representação gráfica resulta redundante ademais de complicar enormemente o sistema gráfico;

2) a representação fonemática é inadequada para expresar certas relaçons fonológicas e morfológicas importantes (por exemplo as relaçons entre /g/ e /š/ (graf. act. *x*) em *belga* e *Bélgica*).

A grafia fonemática adoce do mesmo mal que a teoria lingüística em que está baseada, o estruturalismo, que concebia os sistemas como algo estático, como umha moreia de elementos sem regras nem princípios que os governe. Do mesmo jeito a grafia fonemática parte do pressuposto que a única realidade fonológica está constituída polo conjunto de fonemas de cada língua.

Os defensores do isolacionismo, apesar de nom apoiarem-se em nenhuma concepçom científica concreta, parecem aludir a este nível para justificarem o carácter «realista» do seu 'sistema gráfico'.

### c) *O nível morfemático*.

O movimento científico que desde o século XVIII anda a revolucionar as ciências mais diversas (filosofia, ciências naturais, ciências sociais, etc.) inaugurou-se em lingüística com a chegada da teoria generativa transformacional. Esta teoria caracteriza-se polo seu dinamismo, em oposiçom ao estatismo do estruturalismo, com o que pretende reflectir o aspecto criativo da linguagem.

Foi precisamente esta teoria que puxo de manifesto a pertinência do nível morfemático para a descriçom fonológica. O argumento formulado por esta teoria para apoiar esta hipótese é mui coerente e conforme com todas as ciências modernas: o dicionário dumha língua somente representa os traços idiosincráticos de cada elemento (palavra). Chamemos ao conjunto destes traços o nível morfemático (por coincidir com o nível profundo de certas alternâncias morfemáticas). Por outro lado a Gramática possui um conjunto de regras, neste caso fonológicas, que projectam o nível morfemático no nível fonemático e este no nível fonético.

Como as regras da Gramática fazem parte dos conhecimentos que os falantes possuem da sua língua, estas não têm porque serem representadas no dicionário. Do mesmo jeito, os níveis fonemático e fonético são derivados por meio destas regras a partir do nível morfemático e tampouco têm porque serem representados no dicionário. Por exemplo: é inútil representar no dicionário do galego as palavras *belga* e *Bélgica* como [belga] e [bélšika] quando os galegos possuímos uma regra que diz que [g] se volta [š] seguida de uma vogal palatal. Chega pois com representar as duas palavras do mesmo jeito, ou seja como /belg + a/ e (belg + ika/ (como se sabe, trata-se nas duas palavras do mesmo morfema + belg +).

Não é difícil de compreender agora o interesse desta teoria fonológica para uma representação gráfica, já que em realidade se trata dum mesmo sistema de representação cujos símbolos são ligeiramente diferentes. Neste caso concreto trata-se de representar graficamente o nível morfemático unicamente (ex.: *belga*, *Bélgica*), já que os outros níveis, o fonemático (actualmente representado graficamente por *g* e *x* neste caso concreto = *belga*, *Bélgica*) e o fonético podem ser derivados pelas regras fonológicas, e a sua presença gráfica é completamente redundante.

É ademais muito curioso observar que este sistema de representação gráfica vem coincidir com o que normalmente se chama ortografia etimológica, o que confirma, mais uma vez, que o homem começou a andar antes de conhecer as leis do movimento, a falar antes de conhecer explicitamente as regras da gramática e a escrever antes de conhecer explicitamente as leis que regem os sistemas de representação gráfica. Neste sentido, as falsas teorias precedentes que se apoiavam nos níveis de representação fonético e fonemático, assim como os sistemas gráficos correspondentes, defendidos todos em nome do 'realismo' (que neste caso é sinónimo de redundância), representam um passo atrás com relação às primeiras representações gráficas.

As vantagens dum sistema gráfico baseado no nível morfemático não se limitam às acima enumeradas. Outras vantagens são:

1) poder representar as palavras uniformemente e sistematicamente baixo a mesma forma, mesmo quando adoptam formas diferentes segundo o contexto em que se encontram na oração; assim, representar a palavra *ao* como *ó* ou *ò* ou representar as formas *para o* ou *pra o* como *pró* já não somente é uma redundância enorme (como se os galegos não soubéssemos que dadas as palavras *a + o* devemos pronunciar [o]) mas também uma deformação linguística da nossa língua.

2) poder representar várias variantes de uma mesma língua parcialmente autónomas do ponto de vista da fala (por exemplo, o flamengo e o holandês com relação ao neerlandês; o galego, o português, o brasileiro, etc. com relação ao galego-português; o espanhol castelhano e o espanhol americano com relação ao espanhol, etc.) por meio dum sistema gráfico único.

Aqui temos que retornar ao começo do artigo para precisar certos conceitos ali esboçados. Trata-se da distinção entre estruturas gerais e estrutu-

ras particulares, na que baseamos a definiçom de *língua* e *variantes dialectais*, distincçom mais bem vaga que agora podemos precisar no que respeita à fonologia e à grafia. Com efeito, agora podemos definir com mais precisom o conceito de *língua* por meio do nível morfemático, dizendo que várias variantes pertencem a umha mesma língua, do ponto de vista fonológico, quando estas variantes compartem a mesma representaçom morfemática. Polo demais, as regras fonológicas que projectam o nível morfemático no nível fonemático e fonético, assim como estes dous últimos níveis, podem ser mais ou menos diferentes para cada variante.

Este é o caso das diferentes variantes oralmente autónomas de galego-português: todas compartem a mesma representaçom morfemática do ponto de vista fonológico e se queremos ser coerentes temos que respeitar esta mesma representaçom graficamente. Pouco importa que cada variante em particular tenha níveis fonemáticos e fonéticos diferentes das outras variantes; as regras próprias a cada umha delas permitem-lhes passar sistematicamente do nível morfemático ao nível fonemático e fonético, e estas regras e estes níveis nom temem porque figurar no sistema ortográfico.

Nom é, pois, umha coincidência que a ortografia reintegracionista, que é fundamentalmente etimológica, seja perfeitamente conforme com os critérios científicos básicos de todo sistema de comunicaçom: o feito de representar o nível morfemático que é comum a todas as variantes do galego-português assegura-lhe sistematicamente a sua coerência científica.

O problema que a ortografia reintegracionista apresenta para certas pessoas é, em realidade, um falso problema, de julgarmos por certas manifestaçoms a este respeito. Estas pessoas nom compreendem que se poda representar com o mesmo símbolo a palavra *belga* e a palavra *Bélgica* quando os dous símbolos se pronunciam diferentemente. Tampouco compreendem que esta última palavra se poda representar igual em galego e em português quando em galego pronunciamos [š] e em português pronunciam [ž]. Estas mesmas pessoas tamém pensam que representar o [š] de *Bélgica* com *x* é mais realista que representá-lo com [g]. Mas eu pergunto-lhes: é mais realista a representaçom:  $2+2$ ,  $3+2$ ,  $4+6$ , etc., ou a representaçom:  $2+2=4$ ,  $3+2=5$ ,  $4+6=10$ , etc.? Se as pessoas sabem somar, vam responder que tam realista é a primeira como a segunda e ademais reconhecerám a redundância da segunda com relaçom à primeira. Pois bem, os que falam umha língua conhecem implicitamente as suas regras, que lhes permitem realizar todo tipo de operaçoms sem que seja necessário representar-lhes cada vez o resultado da operaçom.

### CONCLUSOM

Nas páginas que precedem examinamos alguns argumentos em favor do reintegracionismo. Estes argumentos som de dous tipos: sociolingüísticos e lingüísticos.

Com os *argumentos sociolingüísticos* pretendemos chamar a atençom sobre o perigo que ameaça ao galego em situaçom de isolamento (que na rea-

lidade significa umha situaçom de dependência total do espanhol). Os que nom querem crer neste perigo poderám consultar as estatísticas da evoluçom lingüística de línguas que se acham em situaçons semelhantes à actual do galego (transmissom cultural escrita e audiovisual) nos últimos 50 anos: breton, frisom, galês, etc.

Pretendemos tamém demostrar a vantagem do galego de ter vários irmaos gémeos que pudérom continuar a tradiçom lingüística e cultural interrompida em Galiza por razons políticas que todos conhecemos, assim como a ocasiom extraordinária que se lhe apresenta neste momento de poder voltar ao rego primitivo por meio da reintegraçom, assegurando assim o seu futuro. Tamém aqui hai precedentes, e esquecê-los será um erro histórico do que nos daremos conta dentro de 15 ou 20 anos quando já será tarde para corrigi-lo. Quem lhes dera aos bascos e aos cataláns ter esta mesma oportunidade! Eles sim a teriam aproveitado! Confiemos pois que esta vez os galegos aproveitemos a nossa inteligência, da que demos provas suficientes ao longo da história, para defendermos os nossos próprios interesses e nom os interesses alheios (cousa que tamém fixemos, *hélas!* com frequência).

Finalmente, pretendemos demonstrar a influência negativa que exerce a norma lingüística espanhola sobre a estrutura lingüística do galego, influência que irá cada vez mais em aumento segundo Galiza passa dumha tradiçom cultural oral a umha tradiçom cultural escrita e audiovisual. E que o único meio eficaz para lutar contra esta influência da norma espanhola é a reintegraçom no nosso mundo lingüístico-cultural próprio.

Com os *argumentos lingüísticos* pretendemos demonstrar a superioridade do sistema de representaçom reintegracionista, que se baseia na representaçom etimológica, com relaçom a outros sistemas propostos, que ademais de empregar o simbolismo espanhol, alheio à tradiçom e evoluçom lingüística do galego, pecam por excesso de redundância e dam a impressom dumha representaçom dialectal, típica dum dialecto que passa por primeira vez à escritura.

Demonstramos tamém que nom hai nengumha incompatibilidade entre a representaçom reintegracionista, que é comum a todas as famílias lingüísticas do galego-português, e a autonomia oral de cada um destes grupos lingüísticos (o galego, o português, o brasileiro, etc.).

Quixera agora adir, para rematar este curto ensaio, umhas palavras sobre a intençom que me moveu a escrevê-lo. Esta nom é de nengum modo a de atacar, fundir ou ridiculizar o isolacionismo nas suas diferentes variantes. Mal poderia fazê-lo sem atacar, fundir e ridiculizar umha posiçom que eu mesmo defendim até hai pouco e na que crim sinceramente. Nom, tenho muito respeito aos isolacionistas (refiro-me aos de boa fé), e sei por experiência que nom é facil dar o passo ao reintegracionismo (ou como queira chamar-se-lhe): o ambiente é desfavorável, a confusom é grande e o trabalho, no começo, nom é miúdo. Mas o futuro do galego merece qualquer esforço e estou seguro que poucos galegos lho vam negar.

**NOTAS**



## REFLEXONS SOBRE A LUITA FEMINISTA

Por Neves R. BRISABOA e Glória SONEIRA

Chamou-se-lhe Movimento Feminista ao conjunto de ideias, luitas, reivindicações e elaborações teóricas que, de jeito amalgamado, compõem o corpo teórico-prático da luta protagonizada sempre por mulheres nos diferentes países de Ocidente e dirigida ao conjunto da sociedade com a dupla finalidade de ir mudando o marco institucional —tanto legal como de costumes— opressor das mulheres, ao tempo de lutar por conseguir que estas fossem tomando consciência da sua situação.

Para isto o Movimento Feminista tratou de difundir ideias, levar a cabo luitas, reivindicar direitos, denunciar umha moral e umha legislação opressoras, mas todos os seus esforços concretos —embora podam ser de índole bem diferente (desde denúncias dos violadores à planificação familiar, desde a luta por «a igual trabalho, igual salário» até a solicitude de infantários, passando pola reivindicação do direito a abortar ou a petição do divórcio)— som a coerente posta na prática dumha linha política que se desprende da elaboração teórica, da análise, que o Movimento Feminista fai da história e da situação da mulher hoje.

Com efeito, o movimento feminista preocupou-se desde as suas origes, por explicar o por que da opressão da mulher, o por que, ao longo da história da humanidade e mais em culturas bem distintas, a mulher aparece sempre num papel secundário na orde social e económica... assi, tratando de responder estas perguntas surge a «teoria do patriarcado» que nom é umha teoria uniforme nem acabada antes bem o compêndio das análises realizadas neste século por diversas autoras. Estas teorizações, ainda que com divergências fondas no seu conteúdo, assi de fogue como de priorização dos pontos de interesse, convergem nos aspectos fundamentais que nos servem de base da análise do que denominamos sistema patriarcal.

### SISTEMA PATRIARCAL

Chamamos sistema patriarcal umha forma de organização social, baseada na divisom sexual do trabalho, que aparece nas sociedades mais primitivas e se mantém ao longo dos diferentes períodos históricos, adaptando-se às suas peculiaridades.

Na actualidade, o sistema patriarcal convive em Ocidente com o sistema capitalista. Mais adiante veremos como se produz o emparelhamento do patriarcado já existente com o nascente capitalismo, em benefício mútuo de ambas formas de organização.

A divisom do trabalho em funçom do sexo, traço fundamental do sistema patriarcal, produce-se inicialmente por condicionamento biológico. A mulher pare os filhos e tem que amamentá-los, isto condiciona-a a ocupar-se de determinados trabalhos relacionados com o reduzido âmbito da casa e o terreno imediato. O home, por contra, tem que fazer-se cargo das tarefas que obrigam a fastar-se (caça, etc.).

Mas, se esta divisom do trabalho tem orixe biológica, o netamente biológico nom chega para explicar as relações de supremacia do home sobre a mulher. As desigual-

dades sociais, a opressão da mulher surge quando se começa a valorar a sua capacidade reprodutora e portanto o corpo da mulher, portador dessa capacidade, é considerado como um bem económico, susceptível de ser trocado (de aqui as práticas de oferecer, trocar ou mercar mulheres em muitas culturas ou o pagamento à família que casa umha filha para a ressarcir da perda que supom). Ao serem as mulheres mercadas, trocadas, etc., vem-se envolvidas num marco social onde estão relegadas das decisões «importantes», do controlo social, da propriedade mesmo do seu corpo.

Noutro sentido, com o aparecimento da propriedade privada surge a necessidade de controlar a sexualidade da mulher para os homens poderem ter a certeza da legitimidade dos seus filhos e evitar problemas de sucessão e herança.

Temos pois já os dois traços mais característicos do sistema patriarcal:

1.—*Divisão do trabalho em função do sexo*: À mulher corresponde-lhe, por condicionamento biológico, as tarefas de cuidado e manutenção dos filhos, o que circunscreve a sua actividade ao marco do lar, pelo que as suas tarefas, ainda que variam de umhas culturas para outras e através da história (actividades artesanais, agrícolas, etc.), tiveram sempre carácter de privadas. Com efeito, o «trabalho doméstico» nom é susceptível de ser trocado por dinheiro, a mulher realiza as suas tarefas gratuitamente (inclusive se atende umha horta, coze o pão, trabalhos que fora do âmbito familiar tenhem claramente marcado um preço).

Mais em concreto, no capitalismo o trabalho da mulher concreta-se na construção e reprodução da «força de trabalho» do home. A mulher vai ser a responsável de organizar a vivenda, a comida e o vestido do marido (reconstrução da força de trabalho) e, noutro sentido, atender à educação e formação dos filhos (reprodução da força de trabalho).

O trabalho doméstico, por verificar-se na esfera privada, carece da mínima consideração social e mantém a mulher afastada da vida pública, política, cultural...

O home, por contra, desenvolve a sua actividade dentro da esfera pública, vende a sua força de trabalho por um salário e encarrega-se das tarefas «produtivas», participa activamente na sociedade e actua como possuidor e administrador dos bens da família.

2.—*Controlo da sexualidade feminina*: A sexualidade da mulher tivo que ser controlada, normativizada, etc., em todas as sociedades para garantir aos homes a paternidade dos filhos, de aqui a exigência generalizada de monogamia para a mulher e das fortes punições por «adultério».

Como consequência, liga-se a sexualidade feminina à reprodução. O corpo da mulher foi sempre instrumento de reprodução e objecto de prazer para o home. Prova disto é que a mulher tem de chegar virge ao matrimónio e manter-se «fiel» ao seu marido, sem que nenhum destes requisitos rijam em absoluto para os homes.

Esta situação repressora apoia-se na negação da sexualidade —entendida como prazer— das mulheres. Tal negação, tam profundamente assumida pola nossa sociedade é causa do elevado número de mulheres que padecem frigidez e a pouca importância que elas próprias e os seus homes concedem a este problema.

Estas duas características definitórias do sistema patriarcal (1 e 2) configuram um ordenamento social gerador de umha determinada ideologia, entendida como conjunto de valores e normas legais, éticas e de costumes que lhe servem de justificação ao tempo que lhe permitem perpetuar-se. Conjunto de valores e normas tam fundamente arraigados na nossa sociedade secularmente patriarcal, que fam parecer «natural» a situação de opressão da mulher e a sua ligação ao papel de mãe e esposa, do mesmo jeito que até hai 150 anos era considerado «natural» que a raça negra fosse escrava da branca.

## CAPITALISMO E PATRIARCADO

Ficou já assinalado anteriormente que o sistema patriarcal foi adaptando-se aos diferentes sistemas de organização social das distintas culturas e nas diversas eta-

pas históricas, modificando-se em muitos aspectos, assi como que na actualidade convive com a organização capitalista da nossa sociedade.

O aparecimento do capitalismo provocou mudanças na organização patriarcal. A família ampla dos meios rurais converte-se na família nuclear dos centros urbanos que hoje conhecemos.

Num primeiro momento, os interesses do capitalismo nacente nom coincidem com os interesses do patriarcado, recordemos que nos começos da revoluçom industrial os empresários contratavam fundamentalmente mulheres e nenos (mao de obra mais barata), afastando-os da família, do trabalho doméstico e deixando os homes na rua. Mas esta situaçom muda logo pois o capitalismo comprova que o patriarcado pode resolver-lhe alguns problemas:

—A mulher dentro do lar reproduz e repom gratuitamente a força de trabalho. Ao sistema compensa-lhe pagar ao home operário um «salário familiar» para que mantenha a mulher e os filhos e evita assi a criaçom de serviços públicos, de comedores, infantários, escolas maternas, limpeza de roupa e vivendas, etc. que substituíssem o trabalho realizado pola mulher.

—As mulheres constituem umha reserva de mao de obra a que recorrer em caso de necessidade (durante as guerras as mulheres passam a ocupar os postos de trabalho dos homes...) e de quem é possível prescindir sem conflitos «voltando-as» ao lar no momento em que o número de homes desempregados aumentar.

—A família vai ser o lugar onde o explorado proletário ache a sua quota-parte de poder (sobre mulher e filhos). Quer dizer, a família vai-se converter numha eficaz válvula de escape, reguladora das tensons e frustraçons do home.

Ficam assi pois enunciados singelamente três aspectos salientes da relaçom entre o sistema capitalista e o patriarcal.

A análise de tal relaçom é hoje motivo de investigaçom e debate no movimento feminista e ultrapassa os limites deste trabalho. Contodo, interessava referirmo-nos ao tema pois pareceria absurdo falarmos do sistema patriarcal sem referi-lo, quer fosse de maneira sucinta, ao nosso próprio marco social.

## A LUITA FEMINISTA

O objectivo da luta feminista foi e segue a ser o ataque aos dous pilares em que assenta o patriarcado: divisom sexual do trabalho e controlo da sexualidade feminina, defendidos e sustentados polo capitalismo para garantir o mantimento da opressom da mulher.

E por isto que as nossas luitas concretas se centram em temas aparentemente díspares mas sempre ligados à conquista de umha situaçom diferente e contrária à actual em que o patriarcado e o capitalismo nos tem submetidas.

Assi, o movimento feminista começa lutando polo voto, quer dizer, pola participaçom da mulher na vida pública (movimento sufragista), reivindica a capacidade da mulher para defrontar determinadas tarefas e ocupar todo tipo de postos de trabalho e, consequentemente, o seu direito à educaçom e à cultura, património excludivo dos homes até ao século passado.

Posteriormente lutou polo reconhecimento da sexualidade feminina, como independente da reproduçom e do prazer do home (campanhas de informaçom sexual, métodos anti-conceptivos, campanhas em pro do direito ao abortamento e à sexualidade livre, denúncia da utilidade da mulher como objecto sexual com fins publicitários, etc.).

Na actualidade todas as nossas campanhas, independentemente do seu conteúdo concreto, seguem a centrar-se nestes dous grandes temas:

—reivindicaçom de trabalho para a mulher, justamente remunerado fora do lar, com o fim de favorecer a participaçom feminina na vida pública e a independência económica a respeito do home. Neste sentido é preciso salientar a celebraçom o 8 de

Março do «Dia da Mulher Trabalhadora», data em torno da qual se centram as campanhas feministas em pro do direito ao trabalho.

—reivindicação de umha sexualidade livre e plena, nom ligada à reprodução.

Queremos também pôr de relevo que o movimento feminista, ao questionar o sistema patriarcal, e portanto o capitalismo com o qual se articulã na actualidade, é fundamente revolucionário, pois tenta subverter a orde social estabelecida, ao pôr em questom a família, célula básica tanto do capitalismo (a família é unidade de consumo) como do patriarcado, por ser nela que se verifica o controlo e a opressom da mulher de forma directa. Com efeito, é da esfera familiar, privada, onde a mulher se encontra reclusa, isolada das outras mulheres e dependente económica e psicologicamente do marido, de onde o movimento feminista considera que a mulher deve sair.

Na sua luita, o movimento feminista colaborou e continuará a colaborar com aqueles movimentos progressistas que luitam como nós por umha sociedade onde nom haja raças, classes ou sexos oprimidos polos interesses de outros.

## Sobre a normativa lingüística galega

(Achegas desde o Sul do Minho)

Por Ricardo da C. COELHO IGLÉSIAS

Igual a um grupo de latinos, discutindo entre si, só um ajuntamento de celtas, argumentando uns com os outros. Pior que ambos é, fatalmente, umha companhia de latino-celtas barafustando mutuamente a propósito seja do que fôr.

Prova disto está na tremenda sarrafusca, abalando toda essa esmeraldina Galiza, às voltas com a normativização gráfica do chamado «galego». Os galegos, todos, sabem ser ela necessária, todos a querem, todos estão certos de que será conseguida, mas nenhum deseja que fique pronta sem mais umas opiniõezinhas, umas discussõezitas, e uns pormenorzecos que tanto gostinho dão.

Não apenas por razões atávicas —já que os meus antepassados vieram, na sua maioria, de terras de a norte do Douro e do Minho—, mas ainda porque a fala de que estão tratando é também muito minha, não resisto a meter uma colherada no caso.

Antes de tudo afirmarei que para mim é dogma serem o galego e o português um só idioma e mesmíssima realidade. Baseadas nisso serão as achegas a seguir. Não parecerão muito originais já que praticamente tudo está dito sobre a questão, mas ao menos representarão toda a minha boa vontade e desejo de ajudar um niquinho que seja.

.....

### *Diferenças entre os falantes do português.*

Poderia começar por narrar variadíssimas anedotas espelhando as imensas diferenças existentes entre as muitas maneiras de falar o dito português nos muitos locais onde é usualmente utilizado. Evitá-lo-ei, porém lembrando-me de um açoriano, de S. Miguel, que, quando ouvia alguém dar largas demasiadas ao verbo, recomendava, daquele modo taciturno próprio de muitos deles: *Falhó, falhó, falhó. Milhó tó calhó!* (Se não se entendeu: «Falar, falar, falar. Melhor estar calado!»).

É facto variar a nossa língua de nação para nação, de região para região, de província para província, de concelho para concelho, de freguesia para freguesia e quase de bairro para bairro, de casa para casa. E refiro-me, apenas, à língua real pois se considerasse também as gírias (*jergas* em castelhana) tudo iria bem mais longe.

Um minuto depois de falarmos com alguém sabemos a sua origem ou pelo menos o sítio onde aprendeu a falar, mesmo que esse alguém o tente ocultar. O presidente da República Portuguesa faz ingentes e patéticos esforços para disfarçar o seu carregado sotaque, sem nunca o conseguir, com grande gáudio dos seus bem dispostos caricaturistas e imitadores. Sá Carneiro, o ex-primeiro ministro cá da terra, tentava, por todos os meios, esconder a sua fala portuense (o portuense, mais conhecido por «tripeiro», é considerado, nestas bandas, como de arripiar os cabelos e pouco

gentil) mas com tão poucos resultados que chegava a ser lamentável tão inteligente criatura perder tempo com isso.

Nenhuma vogal, nenhum ditongo ou tritongo e quase nenhuma consoante têm som idêntico em todas as bocas falando português. Os sotaques e entoações são também muito diferentes. Assim sendo houve que criar, para o idioma escrito, uma normalização gráfica que, mais ou menos, a todos servisse. O resultado foi algo que, embora não seja exactamente um conjunto de ideogramas ou de hieroglifos, está bem longe de poder ser foneticamente perfeito. O certo, contudo, é que o sistema (aliás seguido em todas as línguas) resulta, pois cada um «ouve» o que lê tal como o aprendeu a pronunciar. Eu, por exemplo, quando vejo a palavra *mas* «escuto-a» como [mâx]. Para outros será: [máx], [meix], [mâs], [màs], [maix], [mais].

Com os termos propriamente ditos acontece igualmente não serem, de forma alguma, os mesmos em toda a parte. Aquelas esferinhas de vidro ou de aço, com que os miúdos brincam, são *carolos* no Porto, *berlindes* em Lisboa, *gudes* no Rio de Janeiro. Aquilo que os castelhanos chamam *cacahuete* é, conforme o local, *amendoim*, *alcaçóia* ou *mancarra*; os *albaricoques* dos espanhóis são *damascos*, *alperces*, *alperches* e *albicoques*. E isto não se passa com palavras antigas somente. Verifica-se, com força até, em termos modernos: *rádio* e *telefonía*; *tomada* e *ficha*; *expresso* (o cafezinho) e *cimbalino*, etc., etc. Todos estes termos diversificados vão constante e naturalmente entrando na língua geral e, evidentemente, enriquecendo-a cada vez mais. Hoje os nortenhos já acham algumas raparigas *giras*, os lisboetas já bebem *finos* de cerveja e os brasileiros já se *chateiam*.

#### *Diferenças na Galiza.*

Creio, ou melhor tenho a certeza, que na Galiza não será diferente. Não deverá haver a mesma pronúncia em Ferrol, em Sárria, em Redondela e em Alhariz. As palavras devem diferir da Póvoa de Trives (*Puebla* não é nosso) para Lalim e de Corredoiras para Ribadeu. Da mesma maneira não é viável uma ortografia reproduzindo todos esses sotaques, falares e pronúncias e, principalmente, aquela conversa descuidada e trapalhona que empregamos no dia-a-dia. O nome da vossa linda cidade nortenha, por exemplo, terá de ser sempre grafado *A Corunha*, e nunca *A Crunha*, por muitos que sejam os que assim lhe chamam.

Parece, pois, haver uma só solução para os galegos: aceitem essa lei geral e implacável obrigando todos a ceder um pouco para todos melhor serem atendidos.

#### *Proceder por fases.*

Aparentemente, e já que português e galego são uma língua só, tudo indicaria que a normatização a preferirem seria a portuguesa, já efectiva para os outros 200 milhões de falantes. Simplesmente tal seria utópico pois muitos séculos de afastamento não podem, assim do pé para a mão, ser postos de lado provocando a confusão em gentes que, há séculos, falam numa língua mas escrevem noutra. Haverá, por tal razão, que proceder por fases.

1) Penso, com todas as limitações de quem nem é gramático nem filólogo, dever haver um primeiro período em que:

- a) Adoptassem, com as restrições a apontar, o sistema de acentuação português. Ele não é melhor nem pior que o castelhano (ambos são igualmente complexos e até um quanto estúpidos para o fim em vista) mas tem a força de ser o do vosso grupo lingüístico. Passariam, então a escrever: *Rua, Mário, Maria, é* (verbo *ser*), *inglês, comê-lo, âmago, fé*, etc., etc.

As excepções seriam o acento grave ( ` ), que quase para nada serve, e o til ( ~ ) dos ditongos nasais e AA nasais agudos lusitanos (esses sim) que, a meu ver, jamais deveriam aceitar, dando a vossa preferência às vossas honestas e certas formas: *pam, nom, opinions, capitâns, Terra-Chá*, etc.

- b) Substituissem o J e o G (precedendo E e I) por X em todos os casos.

- c) Continuassem empregando o Z e o C (antes de E e I) como até agora.
  - d) Prosseguissem servindo-se apenas de um S e nunca de dois SS.
  - e) Conservassem os vossos estimados *umha, umhas*, etc.
  - f) Escrevessem todo o mais como os demais do vosso idioma: *Dever, proibir, Marim, liceu, véu, cheio, areia, palavra, quatro*, etc. (Atenção aos VV!).
  - g) Começassem a pensar em acabar com esses II dos *-cciõns, -ciõns, e -siõns*, o maior ferrete (*ferrete*, em Portugal, é 'estigma') da vossa trágica dialectização.
- 2) Quando a alfabetização, em galego, bem adiantada estivesse, entrariam na segunda etapa:
- a) Tornando a usar G e J, como no passado remoto já fizeram.
  - b) Usando o Z, o C e o Ç como os restantes utentes do idioma.
  - c) Fazendo o aborrecido sacrifício dos dois SS.
- 3) Finalmente, na terceira fase, quando quase toda a gente já escrevesse, à vontade, em galego:
- a) Irradicariam os II, não só dos tais *-siõns, -ccions, e -ciõns* como ainda de alguns termos terminados nos ditongos crescentes *ia* e *io*: *Acentuaçom, pensom, açcom, graças*. Não vos custaria muito, tal como nada vos custou deixar de chamar *Galícia* à vossa terra, retornando ao original e certo *Galiza*. (A propósito: *Galiza* ou *A Galiza*? Os portugueses empregam a segunda hipótese: «Vou à G.», «Sou da G.», «Estou na G.»).
  - b) E se achassem por bem enquadrarem-se totalmente no grupo geral, aceitariam os tais *-ãos, -ães, -ões* e *-ãs* de cá do Sul. Embora fosse simples (aqui, no norte, dizemos [sabom], [Campanhá], [opiniom], etc. e, sen trabalho, grafamos *sabão, Campanhã, opinião*, etc.; e na Madeira pronunciam [leons], e [cans], escrevendo sempre *leões, cães*) entendo, pessoalmente, que o não deveriam fazer. Manter qualquer coisa do arcaico seria bem mais bonito! E o mesmo recomendando para os vossos tão queridos *umha, algumha*, etc. (que, embora não o saibam, também há cá em baixo), mesmo que os pudessem escrever *ũa, uãs*, etc.

No que toca a palavras e formas, continuem com todas as que são verdadeiramente galegas mas analisem tudo o que lhes pareça suspeito. A própria grande Rosalia tem muita coisa dialectal em tantas das suas doces linhas (*cuna* por *berce* ou *berço*, p. ex.) e mesmo as pessoas que, hoje, mais galego sabem usam *decir*, e não *dizer*, com um à vontade de espantar. *Paxarinho* será mesmo com X? *Reflexar* ou *reflectir*?

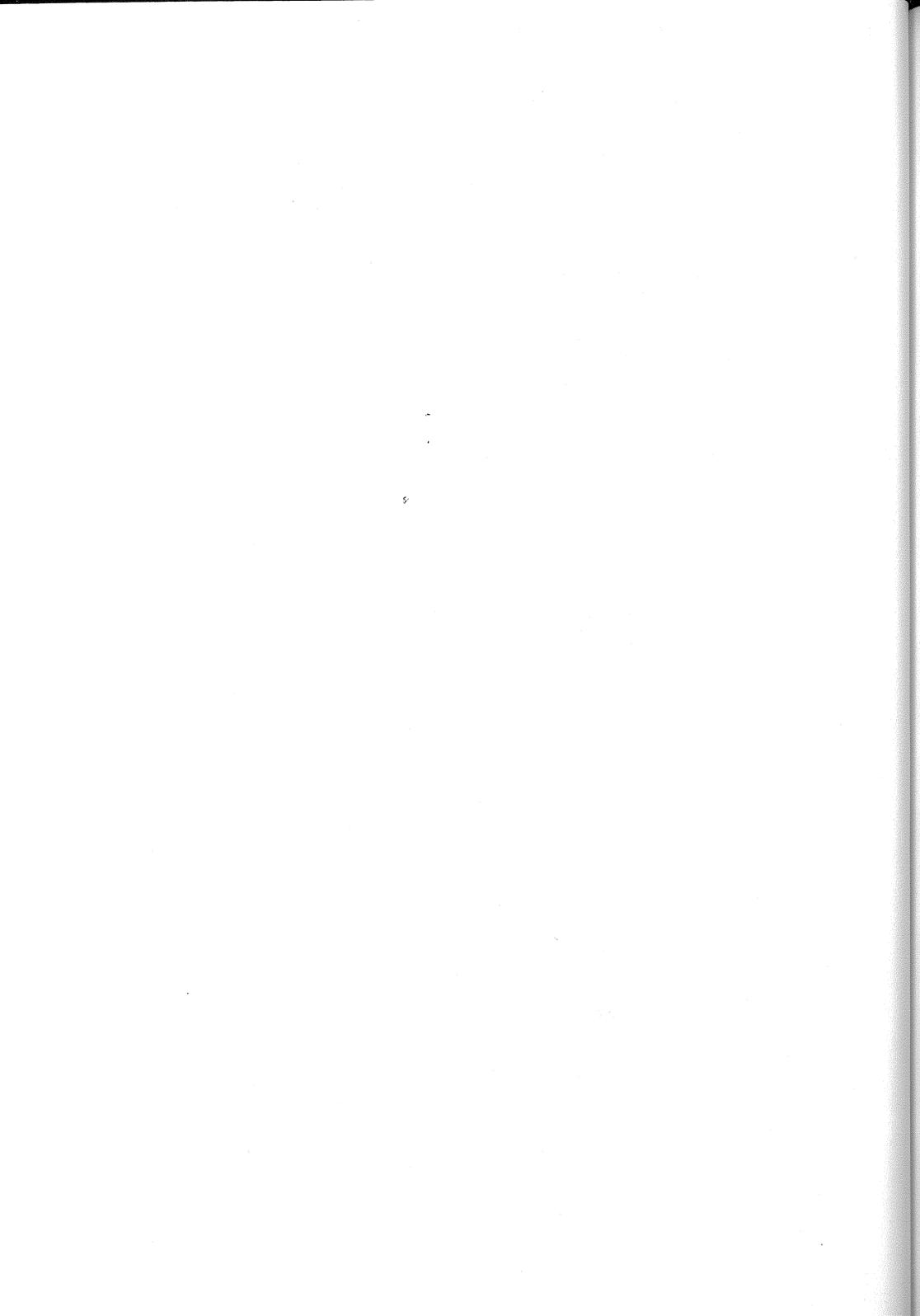
Os vossos termos e até formas, à medida que uma nova literatura galega, em galego, fôr surgindo, como surgirá, irão entrando no todo, tornando-o ainda maior e melhor. Simultaneamente terão que aceitar termos, expressões e formas originárias de Portugal, do Brasil, de África e do Oriente. São tantos e tão preciosos!

Ainda neste ponto haverá necessidade de uma segunda fase: Aí diz-se e grafa-se *home, onte, cando, coa, tamém*, etc. Abaixo do Minho, em muitos sítios, incluindo Brasil e África, diz-se igualzinho mas não se põe no papel. Ser-vos-ia custoso escrever *homem, ontem, quando, com a, também*, etc.? Sei que não.

### Epílogo.

Para fechar lembro-vos que nenhuma destas medidas afectará o vosso suave falar nem vos «lusificará» e peço-vos, pela alminhas, que principiem já com toda esta obra. É que há tarefa ainda mais urgente: a desdialectização das vossas sintaxe, morfologia e até formas de dizer.

E a isso nada têm vocês ligado...



## A SEXUALIDADE NA PSICANALISE (I)

Pensamentos e ideias dos contemporâneos de Freud arredor da sexualidade.

Os anos de juventude de Freud, entre os 20 e os 40 anos (ou seja, entre 1875 e 1895), estiveram marcados por umha crescente tensom do seu meo ou ambiente cultural frente aos problemas sexuais.

À repressom sexual, própria do puritanismo *vitoriano*, contrapunham-se as tentativas para libertar o *saber* dos *tabús sexuais*. Para alguns, como é o caso de Ellenberger, Freud é precavido, e os seus descobrimentos estavam já na mente da época; para outros, como Stefan Zweig, Freud pom fim, coa sua valentia, audácia e inteligênciam, ao puritanismo da época vitoriana. A ignorância e reprovaçom à *homossexualidade*, a ausênciam de difusom da anticoncepçom, o terror às doenças venéreas e o medo as prostitutas geralmente afectadas por elas eram ou constituíam o marco dumha época na que o teatro e a novela do século XIX ecoam esta tragédia humana: *Espectros*, de Ibsen, *O Concílio de Amor*, de Panizza, *Os sífilíticos*, de Brioux, som tragédias que atingem a personalidades da vida política ou cultural, tais como Lasker, Nietzsche, Daudet, Maupassant, etc., etc. O próprio Freud na sua autoanálise mostranos um forte malestar respeito das suas próprias práticas anticonceptivas e das suas tendências homossexuais, assi como medo às prostitutas, à sífilis e à P.G.P.

A ideia dumha fundamental *bissexualidade* (mito romântico do Androgino), sem ser formulada como tal, populariza-se. A *imago* feminina aparece como atraente e terrível ao mesmo tempo. Multiplicam-se as denominadas «Ligas para o amor livre» entre adolescentes e estudantes. Schopenhauer pom o «desejo sexual» no Centro da sua metafísica. Mantegazza, professor italiano, publica *Fisiologia dell'amore*, livro convertido em best-seller raiano na pornografia, leitura favorita para Dora, futura paciente de Freud. Os três volumes de W. Bolsche: *As vidas do amor na natureza*, traçam o quadro das diversas formas de reproduçom dos animais e chegaram a ser outro best-seller. Otto Weininger publica em Viena *Sexo e carácter* (1903), um livro que vai desempenhar um papel na ruptura definitiva entre Freud e Fliess a causa do emprego da noçom da *bissexualidade*, conhece um êxito considerável (Janet, Krafft-Ebing, Breuer, Freud, Fliess e todos os sexólogos antigos e modernos som citados). Com este livro polémico, Freud ficava já advertido no tocante às reacçoms que os seus próprios trabalhos sobre a sexualidade suscitariam. Em certas sociedades científicas discutia-se já a exclusom de Krafft-Ebing. A maioria, por outra parte, dos descobrimentos de Freud, relativos à sexualidade, tivérom precursores. Darwin (1801), considerou que a fonte do «*prazer estético*» era o «*prazer de mamar*», Linder, pediatra húngaro (1879) descreveu o «*prazer da succom do polegar*»; e Krafft-Ebing, o «*prazer erótico experimentado por certas nais ou amas de leite durante o amamentamento*».

Ao mesmo tempo que a «sexualidade infantil» segue a ser considerada como umha anormalidade, mestres e sacerdotes admitem a grande freqüência da «*masturbaçom infantil*», dos «*jogos sexuais entre os nenos*», e da «*seduçom sexual*» dos nenos polos empregados domésticos. Estamos já longe do mito da angélica pureza do neno.

Tamém as «*perversions sexuais*» constituem um tema novo; assi, J. J. Rousseau (1722-1778), nas suas *Confessions*, contou as suas experiências infantis de «*masturbação*», «*exibicionismo*» e do que mais tarde se chamaria «*masoquismo moral*». Restif de la Bretonne (1734-1806) descreveu o que se denominará «*feiticismo*»; o Marquês de Sade (1740-1784) e Leopoldo Sacher-Masoch (1836-1895) ilustrárom com os seus escritos práticas sexuais que serão baptizadas com os seus respectivos nomes (*sado-masoquismo*); Krafft-Ebing, professor em Viena, anima a Freud a partir das primeiras publicações deste sobre *psicologia sexual* e sustivo activamente a sua candidatura ao professorado. O primeiro livro de Krafft-Ebing, «*Psychopathia sexualis*» (1886) tivo um êxito extraordinário, dá a conhecer os neologismos de «*sadismo*» «*masoquismo*» e o de «*zona erógena*» (devido a um aluno de Charcot) assi como umha cita impressionante de perversions: *Feiticismo, Exibicionismo, Homossexualidade, Pedofilia, Zoofilia, Gerontofilia e Autoerotismo*. Havelock-Ellis recolhe toda esta herança em Inglaterra e publica os seus *Studies on the psychology of sex* (1889).

Certo número de questions som correntemente discutidas nos círculos médicos, tais como se as «*desviações sexuais*» som *inatas ou adquiridas*. Meynert, mestre de Freud, sustém que a homossexualidade é sempre adquirida, publicando o caso dum *necrófilo* cuja perversom se instalou quando conheceu a sua primeira emoção sexual à vista dos cadáveres despídos das mulheres, no depósito de cadáveres onde trabalhava.

A noção dumha *psicogénese* nas perversions suscita tentativas para as tratar da forma que mais tarde se chamará «*terapia conduta*».

Charcot e Magnan (1882) mostram a um homossexual masculino umha imagem de home no a fim de excitá-lo, e imediatamente depois umha imagem de mulher nua, até que esta derradeira imagem provocou ela só a *emoção sexual*; logo pudo o paciente ter relações hetero/sexuais (ainda que 20 anos depois, Magnan haveria de publicar a sua recaída).

Tamém é frequente que a *Neurastenia* poda ter como causa a masturbação, coitus interruptus, etc.

A ideia de que a *insatisfação sexual* se encontra na origem da *histeria* é comum e antiga. Por último, a importância da vida amorosa na criatividade, o papel da sexualidade nos génios, a origem sexual do sentimento estético e do sentido do belo, eram ideias correntes em numerosos autores do século XIX.

Neste contexto histórico, rapidamente reflectido, hai momentos importantes na vida de Freud, como a sua estadia em França (1885) com Charcot, primeiro em la Salpêtrière de Paris e posteriormente em Nancy com Liebeault e Bernheim que ponhem a Freud em contacto com toda umha série de experiências e com novas ideias, p. ex., que *na relação com o hipnotizador, o paciente podia produzir e suprimir sintomas, a ideia da existência de dous níveis do psiquismo* e a ideia de que a *Histeria tinha que ver como cousas sexuais*. Mais, de que jeito se conecta a histeria com sexualidade? Desde os gregos até aquele tempo, pensava-se que essa doença era feminina (*Histeria vem de Útero*). Um incidente do Colégio de médicos de Viena tem lugar com o seu presidente Bamberger, e mesmo Meynert, que desafiaram a Freud a que busque casos em Viena como os descritos. Um velho cirurgião exclamou: «Mas, querido colega, como pode afirmar semelhante insensatez? *Hysteron* significa Útero.

Mas Freud, no seu tempo, esteve do lado dos que eram contrários a essa crença, começando assi a psicanálise nessa direcção: tratando —como diria Oscar Masotta— de separar a *doença psíquica do sexo biológico*. Assi, paradoxicamente, a psicanálise, que como todo o mundo parece saber, trata de conectar o psiquismo com a sexualidade, origina-se historicamente *negando a relação da histeria e o útero*.

A psicanálise constitui-se assi como nom-sexologia; e ainda mais, o campo da psicanálise é distinto ao do *saber* de todos os dias sobre o *sexo*, separando assi o *sexo do saber*. Se os sexólogos tivessem razão, a psicanálise nom teria existido, pois nom haveria históricos, nem obsessivos, nem fóbicos.

Se a sexualidade tem de ser reprimida, como mostrou Freud, a culpa nom está na sexualidade mesma, mas no que a sexualidade contém de enigmático. Quando se reprime é porque nom se quer saber nada de algo que exige ser reconhecido. Ora, seguindo umha vez mais a Oscar Masotta, o que aqui exige ser reconhecido é que nom hai *saber* unido ao *sexo*.

Outro dos momentos mais apaixonados da vida de Sigmund Freud, foi o que supuxo a sua relação com Breuer na história da psicanálise.

Breuer era um home dumha inteligência sobressalente e 14 anos mais velho que Freud. Breuer e Freud compartilharam esse momento crucial do *nascimento da psicanálise*, mas o desenvolvimento da mesma —comenta Freud na sua autobiografia— costaria-lhe depois a sua amizade.

Antes da sua viagem a Paris, Breuer informara a Freud sobre um caso de *Histeria*, o famoso caso Anna O. (Bertha Pappenheim), jovem histérica que exhibia umha sintomatologia particularmente bem frondosa, e que Breuer tratou de 1880 a 1882. Freud convidou a Breuer a publicarem juntos um trabalho: *Os estudos sobre a Histeria*.

Freud, que já pensava na conexão da histeria com a sexualidade, ponto de que Breuer nom queria saber nada, e isso porque quando tratou a Anna O. teve de enfrentar-se com certos fenômenos de «transferência» a ele próprio. Os feitos foram os seguintes: «pela noite do dia em que desapareceram todos os sintomas da paciente, chamáram outra vez a Breuer, quem encontrou Anna O. confusa e com caimbras na região pélvica. Quando lhe perguntaram o que lhe acontecia, ela respondeu: «agora chegará o neno do doutor B.». Nestes momentos, segundo relata Freud, Breuer estava nas melhores condições para dar um dos descobrimentos mais importantes da história da psicanálise, mas Anna O., que *fantaseava* que estava grávida de Breuer (gravidez histérica) atemorizou a Breuer, quem cortou imediatamente o tratamento, saindo com a sua mulher de férias.

*Tanto Breuer como Charcot, duas grandes personalidades que tanto influenciaram na formação de Freud, apesar de «reconhecerem» a conexão da sexualidade com a histeria, nom permitiam de nenhuma maneira que tal reconhecimento passasse nem às suas ideias nem à prática clínica.*

Cipriano Luis JIMÉNEZ CASAS  
Psicanalista

Vigo, 17 de Dezembro de 1984



## Homenagem a Castelao

Por RODRIGUES LAPA \*

Há fenómenos inexplicáveis: o grande artista galego, Alfonso Daniel Rodríguez Castelao, morreu a 7 de janeiro do ano passado na cidade de Buenos Aires, —e só muito mais tarde, passados cinco meses, viemos a saber do triste sucesso, e ainda como que por acaso. As vezes dá vontade de pensar que há um génio mau, apostado em separar para além da morte aqueles que em vida se quiseram bem. O que sentimos perante a cruel notícia foi o que sentiríamos pela morte dum irmão, mais talvez ainda. A verdadeira irmandade não é a do sangue; é a que se tece de mil influências e aproximações, dadas pelo pensamento, pelo coração e pela cultura. Tudo tendia a aproximar-nos, tudo, menos o génio: a linguagem comum, o amor da Galiza e fidelidade ao seu *enxebri*smo, o mesmo ideal de justiça e o mesmo profundo, ardente e insubornável amor do povo, do povo humilde, trabalhador e sofredor, claro está, que é esse verdadeiramente o povo.

Desde que o conhecemos pela primeira vez em Lugo, no mês de junho de 1932, nunca mais pudemos esquecer aquele homem, os seus olhos doentes, banhados de ternura e fina ironia. Encontrámo-nos por vezes em Lisboa: dumha vez na embaixada ou consulado espanhol, ao Salitre, onde assistimos à projecção duma série de desenhos coloridos de figuras populares galegas; da outra vez, tivemo-lo num concerto de música galega, dirigido pela Sr.<sup>a</sup> D. Ema da Câmara Reys. Depois, com a guerra civil de Espanha, nunca mais nos tornámos a ver; mas seguimos sempre, cá de longe, com simpatia fraternal, a generosa aventura deste homem raro, espelho brilhante de cidadãos. Morreu longe da Terra, que ele tanto amou e pela qual lutou, como um paladino, até ao último alento da vida. Não lhe foi dado, como a tantos outros, vir morrer a terra natal, ao seu Rianxo, com os olhos fitos no azul estrelecete do mar. Não se cumpriram os seus desejos, que ele exprimiu tão belamente nas seguintes palavras, onde ressuma a amargura do exilado:

«Fai coarenta e cinco anos era eu un emigrante, sen máis anseio que o de atopar a meu pai; agora son un refuxiado político, a quén lle negaron toda carta de cidadanía. En ámbolos casos non interveu a miña vontade; mais agora traime às Américas unha fada descoñecida. Creo que veño a envellecer onde me criei. E ogallá que retorne de novo algún día, por estas mesmas augas, para morrer onde nascín!» (*Sempre en Galiza*, pág. 250). Não se cumpriram os seus desejos; mas o seu corpo, embalsamado, será um dia restituído à *nai* Galiza, para nela repousar e dormir o derradeiro sono. Se puder ser, iremos nesse dia despedir-nos do grande amigo morto, verdadeiro herói, que ficará sendo por e para muitas gerações o modelo insuperável do patriota galego.

Ainda não há uma biografia bem constituída de Castelao, nem isso interessa grandemente ao nosso caso, que visa apenas a linha geral da sua vida e da sua obra.

\* Publicado em *Seara Nova*, números 1.204-207, págs. 433-36. Lisboa, 1951.

Saiba-se apenas que Alfonso Daniel Rodríguez Castelao nasceu em Rianxo em 30 de janeiro de 1886. O ambiente da vila marinheira, no litoral da ria de Arosa, havia de deixar um traço inapagável na sua produção, tanto na gráfica como na literária, toda impregnada da atracção do campo e do mar. Menino ainda, aos onze anos, foi com a mãe à Argentina de visita ao pai, que por lá mourejava a vida, na região das Pampas, com vista a enriquecer, «cavilando sempre nos eidos nativos». Esta primeira experiência do emigrante deixou um eco em dois contos de *Retrincos*, «O segredo» e «O inglês», e também se corporiza naquela curta e malograda viagem que um dos heróis de *Os Dous de sempre* faz à Pampa argentina, cavalheiresca e feroz. Já vimos atrás como na mente de Castelao se enlaçavam as duas idas à América, os dois abandonos da terra natal: o do menino e o do homem maduro, no limiar da velhice.

De volta à Galiza, aquele mocinho de catorze anos, com vocação de desenhador, começou a preparar-se para estudar medicina. Fazer caricaturas não representava um modo de vida; e vá de dar ao rapaz um curso que lhe resultou inútil e de que nada aproveitou, a não ser talvez o gosto do macabro, que invade toda a sua obra e marca dum selo inconfundível o seu primeiro livro, *Un ollo de vidro. Memorias dun esqueleto*, e o último, ainda inédito, a farsa *Os vellos non deben namorarse*. Ele próprio havia de dizer mais tarde, com aquela graça que lhe era peculiar: —«Formei-me em medicina para fazer a vontade ao meu pai; não exerci a profissão para não prejudicar a humanidade».

O absurdo desta situação foi figurado por Castelao num desenho que incluiu em *Cincoenta homes por dez réas*, curiosa galeria dos ridículos da vida: um homem de óculos passeia com ar pensativo, —a legenda diz tudo: «O home que era médico e sabia muito de abogado». Com o humor dos grandes artistas, pouco faltou para retratar o seu próprio caso. Bastava apenas dar um jeito ao desenho e mudar a legenda: «O home que era médico e sabia muito de deseño». Esta singular situação é focada, além disso, com magistral ironia, num dos seus melhores contos, «O retrato». Para intervir à cabeceira dum rapazinho moribundo não se chama o profissional da medicina; apela-se para o artista do desenho, afim de dar a um pobre pai amargurado a derradeira imagem do filho que vai morrer. É, na verdade, um dos seus melhores trechos, riso e lágrimas a um tempo, em que se objectiva de modo flagrante a divisa que adoptou de Twain, inscrita logo ao começo do seu primeiro livro, *Un ollo de vidro*: «Por baixo do humorismo, palpita sempre uma grande dor».

Em Santiago de Compostela, à margem dos trabalhos escolares, ou melhor, por cima desses trabalhos, Castelao ia exercitando o seu lápis no desenho das coisas e das gentes da sua Terra. Essas caricaturas, reproduzidas em jornais e revistas, chegaram a ter certa notoriedade. O artista, em contacto com os problemas da Terra, ia adquirindo consciência política e preparava-se para obra de maior monta. Via na sua Galiza, terra formosa, reinar havia muitos centos de anos uma injustiça empedernida, que lhe ocultava a verdadeira personalidade e lhe tolhia à nascença os impulsos da criação. Os motivos fundamentais da sua arte como desenhador e depois como literato vão ser as chagas, os erros e os absurdos da Galiza: os vícios do ensino e da cultura, a penúria económica, a corrupção caciquil e o drama da emigração. Tudo isto se insere numa paisagem de encantamento, que parece insinuar aos homens a doçura de viver... É este contraste violento entre a suavidade da paisagem, amorosa, quase feminina, e os dramas que se vivem dentro dela, que dá, em última análise, o sentido profundo, humano e telúrico da obra de Castelao.

Essa obra foi empreendida com lápis galego e pluma galega. O grande artista, que foi um estrénuo e esclarecido defensor da sua língua, da nossa língua, digamos, só escreveu em galego, fresco, enxundioso, que rescende a brisas do mar e a flores silvestres, aquelas «frolñas ventureiras» que lhe deram a primeira sugestão do estilo e o desejo de ser um «ventureiro das letras». Galego nos seus livros e galego nas legendas dos seus desenhos, que são por vezes condensações geniais de graça humorística, Castelao encarava o problema da língua seguindo os ditames da pedagogia moderna: o «neno» galego devia ser considerado no seu ambiente próprio e ser ensi-

nado em galego, por mestres galegos. O centralismo castelhano procura atenuar os efeitos do personalismo regional, fazendo relegar o idioma nativo a um papel secundário de língua rústica, semi-bárbara. Mas essa língua tem um grande passado literário, e não se oblitera facilmente o que diz a História acerca da cultura trovadoresca galego-portuguesa. É isso que os intelectuais galegos, com Castelao à frente, procuram reivindicar, à semelhança do que está sucedendo com as elites do sul de França, reunidas em volta de instituições e órgãos literários que se propõem restituir a cultura occitânica à sua primeira grandeza. Para isso, antes de mais nada, é indispensável reconquistar o idioma, seleccionar um padrão vernáculo e adoptá-lo intransigentemente como língua de trato e de cultura. É a grande lição, o grade exemplo de Castelao.

Só em galego se pode mostrar a galegos a origem dos males que pesam sobre a economia galega. Como as leis fiscais ordenadas de Madrid, com vista, em geral, às realidades económicas de Castela, Estremadura ou Andaluzia, raras vezes se adaptam à Galiza, terra de minifúndios, o labrego, ignorante, procura trapacear a lei com a ajuda do *cacique*, um figurão sinistro, ao mesmo tempo usurário e influente político, que manobra a massa dos campónios conforme aos seus interesses, que não são nunca —nem podiam ser— os interesses superiores da Terra. O tipo do *cacique*, que na Galiza é um produto enraizado da incultura e da carência económica, foi largamente tratado por Castelao nos seus desenhos e nos seus livros. Em *Os dous de sempre* é assim que define o *cacique* Dom Andrés:

*«O cacique da vila chamábase Dom Andrés, e non era político por ideas senon por encher de diñeiro as gabetas. Por fora asemellábase ós cambistas da vella pintura flamenga, e por dentro tamén. A sua casa era unha tenda de diñeiro para vender pesos a sete pesetas, e cando se achegaba unha vítima collíanlle os beizos ou aquel de ledicia, como se lle rañasen os proídos do lombo; pero na faciana endexamáis se lle pousou a risa limpa dos homes de ben. Era moi ruín o camanduleiro, e tiña tanta xente collida nos seus papeles que ademáis de noxo daba medo.*

*Don Andrés non tiña mais vícios que o de xogar à lotería, e sempre mandaba un realíño de participación ó Asilo de probes. Os probes teñen moito valimento no Ceo e, quén sabe!, porque lle tocasse ós probes podíalle tocar a él; unha vez tocoulle, e a sua riqueza medrou moito. Por canto máis rico, máis ruín».*

O *cacique* suga o labrego até ao osso, porque o tem inteiramente na mão. A síntese desta monstruosidade está naquele desenho de Castelao, que representa um campónio encolhido e suspicaz perante o *cacique*, que lhe dispara: —«Decias que eras probe e tiñas unha vaca, eh?».

Mas o político não tem ilusões: por trás do *cacique* galego há mandões de alto coturno, não galegos, que puxam os cordelinhos *dende Madrid*. O *cacique* local não é mais que um instrumento às ordens dos grandes influentes políticos.

A penúria económica traz consigo, necessariamente, a imperiosa necessidade de emigrar. É um dos temas centrais da obra de Castelao. Para ele, porém, não é apenas a penúria que explica por si só o fenómeno emigratório. Há umha causa mais profunda, que parece radicar no celticismo inquieto e peregrino da alma galega. Foi este sentimento estranho que Castelao exprimiu num desenho magnífico do seu álbum *Nós*: um pai segura a mão do filho, em cujo rosto se lê a obstinação de partir, e atira-lhe esta pergunta: —«E pra que qués largar da Terra? Non temos pan no forno?». Como se ele não soubesse que o destino de todo o galego é deixar a terra, sentir saudades longe dela, e vir, ao fim de tudo, morrer no seu regaço. Um outro campónio do álbum vê melhor a situação: ao avistar de longe o fumo do vapor que leva o filho para a emigração, diz para si, cheio de segurança: —«Deixa raíces na Terra: volverá». É um dos significados profundos da obra de Castelao, a demonstração desta antinomia do génio galego-português: dum lado o apego à terra, à paisagem doce e familiar; por outro, o impulso anelante de evasão, que leva a fugir dela. A sabedoria do nosso povo, que é o mesmo de Castelao, note-se bem, traduziu esta inquietude dramática num ditado admirável: «Só está bem onde não está».

A fatalidade geográfica e o instinto da peregrinação haviam de fazer necessariamente da Galiza um povo de marinheiros. Toda a Galiza é virada ao Atlântico, o mar das longas aventuras, em contraposição com o Mediterrâneo, mar fechado, pelo qual Castelao nutre o desprezo que já sentiam, ao que parece, os nossos navegantes do século XVI. Há galegos em todas as partes do mundo, irmanados e estremecidos do mesmo apego ao torrão natal. É ver em *Cousas* aquele curioso trecho em que Castelao representa dois marinheiros num porto distante do norte da Europa, um falando francês, outro inglês, ao balcão de uma taberna cheia de marujada. Quando já estavam bêbados como cachos, o de fala inglesa começa a entoar uma saudosa cantiga galega; o de fala francesa arregala os olhos, abraça o companheiro e canta a mesma cantiga; e o taberneiro, ao ver sair os dois, murmura, com lágrimas nos olhos, o mesmo doce cantar: os três eram galegos! Neste conto representa Castelao o génio errante do galego, distribuído pelas cinco partes do mundo e sempre suspirando de saudades da terra e do mar, que entra por ela dentro e a lambe como numa carícia, formando essas celebradas rias, —rias de sonho, como lhes chamou alguém.

Da obra tão facetada de Castelao há ainda um aspecto que convém assinalar, por ser talvez o mais importante e, em todo o caso, o mais digno de nota numa revista portuguesa: este *espanhol*, ou *hespanhol*, como ele propositadamente escrevia, votava ao nosso país o mais entranhado afecto, pois via nele, e muito acertadamente, a parte engrandecida dum todo, que os caprichos e os erros dos homens arbitrariamente dividiram. É no seu último grande livro, *Sempre en Galiza*, que nos fala do seu interesse, nos anos da mocidade, em conhecer Portugal e a sua cultura. Sempre que uma dessas tunas académicas vinha em excursão a Portugal, em contraste com os senhoritos, que afectavam pimponice castelhana num país que era o prolongamento natural do seu, Castelao embebia-se de cultura portuguesa e, ao regressar, ia, como ele impressionantemente diz, «com os olhos prenhes de formosura e o coração cheio de saudades, alegre por ter visto em Portugal o génio galego em liberdade!» E, naturalmente, regressava ainda mais galego.

A simpatia pelo nosso país está aliás concretizada num desenho do album *Nós*, a que mais de uma vez nos temos já referido. A cena representa a varanda duma casa rústica, que deita sobre o rio Minho. Um pequerrucho pergunta ao avô se os da outra banda (os portugueses) são mais estrangeiros que os de Madrid. O velho coça na cabeça, embaraçado, e a legenda é um mimo de graça, que nos diz, de forma superiormente humorística, todo o alcance do desenho: «Não se soube o que lhe respondeu o velho».

A grande aspiração de Castelao era —não podia deixar de ser— a união de Portugal e Galiza, a correcção do grande erro, da grande injustiça que desligou os dois povos irmãos, irmãos verdadeiros, até na linguagem. Para o cumprimento desse sonho apresentavam-se duas soluções: ou o separatismo puro e simples, solução difícil, para que a Galiza por si só não teria força bastante, e por isso mesmo posta de lado pelo político galego; ou a integração da Galiza e Portugal numa Confederação Ibérica, constituindo, com os outros povos da Península, um equilíbrio de forças capaz de evitar qualquer possível agressão do imperialismo castelhano. É nesta solução que Castelao procura firmar-se, aduzindo razões e argumentos que valerá a pena examinar. Reconhece aliás as dificuldades que o seu esquema apresenta, sobretudo do lado português. Com efeito, a posse dum considerável império colonial, certas humilhações da História difíceis de esquecer, as diferenças irreduzíveis de temperamento, além doutros motivos, não parecem dar grande esperança de realidade à tese do patriota galego. Esse generoso «catador de ilusíons», como a si próprio se intitulava, via claramente os pontos fracos da sua construção; e se insistia nela obstinadamente, é que esperava da compreensão dos homens, num evoluir pacífico das ideias, a solução final para esse delicado problema, que tanto tem preocupado os melhores espíritos peninsulares. Não cabe dúvida que Castelao pôs na sua discussão uma sinceridade e uma coragem que não são vulgares em homens públicos.

M. RODRIGUES LAPA

---

# ANTOLOGIA



# Cantigas de amigo

R. CARVALHO CALERO

## I Proposiçom

Amigo, sem necessidade  
de refrám nem paralelismo,  
darei a minha angústia e menos o meu gozo.  
Como cando eu vestia o brial da brancura,  
coberta hoje de púrpura ou despida,  
elevo a minha voz como umha pomba ou lóia  
no amanhecer ferido polo lume do amor  
ou co chumbo na asa da arela estrelecida.  
Amigo, já nom cavalgas  
para a fronteira cando vem o maio,  
nem eu teço já a trança dos meus dias de ausência  
com báguas de amargura resignada,  
dogal dos meus suspiros no teu colo  
que os meus braços nom premem.  
Voando vas ao longe, vés num voo,  
beijas-me por teléfono,  
acendes-me as entranhas cablegraficamente.  
Eu monto a égua apocalíptica  
da liberdade de ventas fumegantes,  
e a minha boca é doce e azeda a um tempo,  
madurada em fatal celme de pressa e fogo.  
Amigo, talvez és  
plural e intermitente,  
fragmentário e efémero.  
E eu som eterna e múltipla,  
moribunda e incólume.

Fumando as horas de violento pulso,  
batendo cos meus calcanhares as ilhargas da vida,  
galopo contra ti ou fujo-te, cantando  
sem leixa-prem nem dobre,  
agora feliz morte, magoado nascimento  
agora, alegre pranto, duro riso,  
eu, voz em viva carne, dor e gozo, cantando  
o teu amor, amigo.

## II

### Iseu das brancas mãos

Som Iseu a das brancas mans,  
e as minhas mans som com certeza brancas.  
Todo o meu corpo é branco,  
de brancura de lua;  
umha lua de mármore,  
nom de marfim, um branco  
de deslumbrante neve.  
À excepçom dos jardins que me florecem,  
dos matos que me agromam,  
do rio de noite da minha cabeleira,  
da frouma que tapiza  
a aba do meu ventre,  
que som negros,  
como ondas de um rio de esquecimento,  
como umha dália de trevas.  
E os meus olhos, escuros, duas mulatas,  
duas rainhas de Saba,  
Popeias orientais  
que se banham em leite  
e se dormem sob carnosos doséis,  
sob pesados flabelos  
de sanefas pintadas polo ensonho.

As minhas mans som miúdas açucenas,  
som mans delgadas e agudas,  
mans de nena para os teus beijos,  
pombas de prata para a tua ternura.  
Som Iseu das mans brancas,  
mans de boneca, de criança.

Tomas-me polos ombros,  
abraças-me com benévolo agarimo,  
pós brandamente os teus lábios  
sobre o fruto vermelho,  
sobre a milgranada explosiva da minha boca,  
e nom sentes o lume que me queima,  
nom percebes a alma acesa  
que me brota das entranhas,  
porque o teu coração está cheio  
de Iseu a loira.

E Iseu a loira nom é loira.  
Os seus olhos som mais escuros,  
mais abisais, mais nocturnos que os meus,  
lotos de enluidado veludo,  
a pairar sobre lagos ardentes;  
o seu cabelo é da cor da avelá;  
a sua pel é de bronze,  
e o seu riso resoa  
como ajôujeres de umha égua,  
de umha poldra que galopa  
atrelada ao carro de guerra  
de umha rainha de amazonas.  
Iseu a loira nom é loira,  
mas é meiga,  
e os seus olhos som b́aratros  
aos quais malignamente te atraí  
co insolente voo  
do seu andar de onça subreptícia.  
Nom é doce, coma mim;  
as suas mans som morenas e curtas,  
cruelmente felinas, como garras;  
o seu amor é inseguro e doroso,  
cheio de vagas que batem,  
de fugidas e encontros  
que destroçam a vida.

Mas é meiga,  
e que podem fazer  
as minhas brancas mans  
descontra as suas meiguices?  
Estás seguro de que bebeu o filtro  
que che tirou o domínio de ti mesmo,  
que te acadarmou a essa princesa  
da paixom, a essa tralha que te fostrega,

a essa cadeia que te arrasta?  
Crê-la pensando em ti,  
esposa nominal do teu tio,  
sempre fiel à tua lembrança,  
tangendo a harpa  
que lhe regalaste outrora,  
cando a sua voz de sereia  
se acordava coa tua  
de furioso amador?

Estás seguro  
de que bebeu o filtro contigo?  
Estás seguro  
de que o filtro tinha virtude para ela?  
É a rainha de Tintagil,  
é a celebrada polos lais de Tristám.  
Nom ama Tristám, nem Marco.  
Sonhaste ao crer que dormiste com ela  
sobre fentos e feno.  
Ela nunca foi tua.  
Ela é só de si mesma.  
O seu riso triunfal  
enlouquece os guerreiros.  
Nunca foi tua.  
Nom o é. Nom o será.

Som Iseu a das mans brancas,  
que poderiam agarimar-te  
e curar-che as tuas chagas.  
Mas ti amas as tuas chagas, e sonhas  
com que Iseu a loira venha polo mar  
para verter nelas o bálsamo arelado.

Mas has morrer na praia só, sem ela.  
Eu estarei ao teu carom,  
Iseu das brancas mans.  
Mas ti nom me verás,  
a sonhar com Iseu a loira,  
que endejamais ha vir,  
que em Tintagil se sinta  
num sólio de falsia.

### III

## Despedida de Maria Mancini

Senhor, vós sodes rei, vós chorades e eu parto.  
Que é ser rei? Que é chorar? Que é partir? E que é ser?  
Sumptuosa maneira de sofrer, impotência  
doída. Esgaçamento.  
Absurdo certo. Bucles e coroa.  
Enfeitamos a nossa miséria com brocados.  
Altos tacons nom erguem ninguém ao Paraíso.  
Eva e Adám gozárom-se nus. Como  
tanto descemos, disfarçados de anjos,  
de arcanjos, principados, potestades, virtudes,  
de dominaçons, tronos, serafins, querubins?  
Ó meu senhor, adeus; vós chorades e eu parto.  
Que é reinar, se reinar é perder o que um ama?  
O Rei, o Condestável, um Bourbon, um Colonna.  
Figuras somos de umha comédia italiana,  
Colombina e Pierrot de madeira talhados,  
monicreques regidos por fios invisíveis  
que maneja umha mam de impassível governo  
além de vós, de mim, do Cardeal, do Príncipe.  
Mam do único rei que nom chora e que reina.

### IV

## Seduzida

Empurrou-me contra a parede.  
Senhores, bem podem comprender  
que nom devo dar-lhes detalhes  
da sua conduta e da minha reacçom.  
Por favor, nom quero contar-lhes  
umha história licenciosa,  
nem mereço ser menosprezada  
porque a embriaguez me dominasse.  
A felicidade daquel intre  
nom lhe-la podó descrever.  
Nunca sentira o que sentim entom,  
nem ia senti-lo depois.

Muitos anos já trascorrêrom,  
muitos anos hai que nom vejo  
aquele que foi uno comigo  
aquela noite clara como o dia.  
Nunca mais sentim a embriaguez e o enlevo  
que me perpassou aquela noite.  
Senhores, tenham caridade ao julgar-me  
no meu prazer e a minha dor.

## V

### A bela malmaridada

Jazo com António. Ouço o seu bronco respirar  
cando dorme ao meu carom sem sonhos, mentres eu sonho desperta.  
Dei-lhe solaz, dei-lhe filhos. El deu-me jóias, peles,  
sedas, cidades, festas, casas, carros, guitarras e violinos.  
Jazo com António. Sonho com Miguel.  
A Miguel nom lhe dei sequer um bico.  
El só me deu olhadas pensativas, reverências pausadas.  
Mal me falou, como nom seja  
cos olhos enluitados, negro lume, obscuro silêncio.  
Cadeias de ouro, carne e lei unem-me a António.  
Sombra de arelas, fume de suspiros unem-me a Miguel.  
Estou deitada a carom de António, que dorme.  
E, desperta, sonho com Miguel, que nom me beijou nunca.

## VI

### Pernas formosas

Som Agregada de Instituto.  
Professora Agregada de Instituto de Bacharelato.  
Nom que ganhasse umhas oposiçons livres.  
Foram umhas oposiçons restringidas  
com que o Governo queria libertar-se  
das nossas sentadas e os nossos encerros,  
os nossos comunicados e as nossas folgas,  
depois de contratar-nos por um ano  
prorrogados por outro e outros dez.

A mim propuxo-me Daniel, Director do Centro,  
que era catedrático de grego,  
a quem atraíam as minhas bonitas pernas,  
que eu gostava de lhe mostrar canto podia,  
adoptando as posturas convenientes,  
sempre dentro dos limites da decência;  
e cando véu a época da minisaia,  
nom pudo resistir mais  
e casou comigo.  
Dei-lhe vários filhos, e passárom vários anos,  
e várias modas a respeito da longitude da saia,  
e, com grande satisfacçom para mim,  
a época da minisaia voltou,  
e eu volvim a luzir as minhas bonitas pernas.  
Mas agora, cando me ajusto a minisaia  
—o meu dourado outono bem vale a primavera—,  
nom penso em agradar a Daniel,  
que continua sendo Director  
e catedrático de grego  
e marido meu,  
mas a Francisco, que é catedrático de latim,  
e nom é Director, nem marido meu.  
Com certeza, sem faltar ao decoro.

## VII Ruth

Sempre me olha, ao passar.  
Cantos anos terá? Muitos, se cadra.  
Mas pisa firme, e ergue o colo círculo;  
sem rigidez. O seu olhar  
nom é lúbrico, nem ansioso.  
Nom me sorri, nom me di nada.  
Mas olha-me com apazível jeito  
de simpatia, de agrado,  
sem desvergonha, sem ostentaçom;  
mas francamente, com  
resoluta modéstia. Gosto dele.  
Pode ser meu avô —elas diriam—, bem certo.  
Mas nom me assanharia  
se me falasse, se me convidasse  
a umha consumaçom numha cafetaria.

E que mais? Tentaria  
levar-me à sua casa  
—se vive só, se é solteiro, ou viúvo,  
ou separado, ou divorciado—  
e beijar-me nas mans, nos braços,  
no colo, nas faceiras, nas pálpebras?  
E se o fixesse, eu deixaria fazer?  
De nada estou segura,  
ainda que elas ririam se o soubessem.  
Mas todo som ensonhaçõs. Eu passo,  
nom ousou lhe sorrir.  
E el olha, nada di, passa e alonga-se.

## VIII

### Pranto

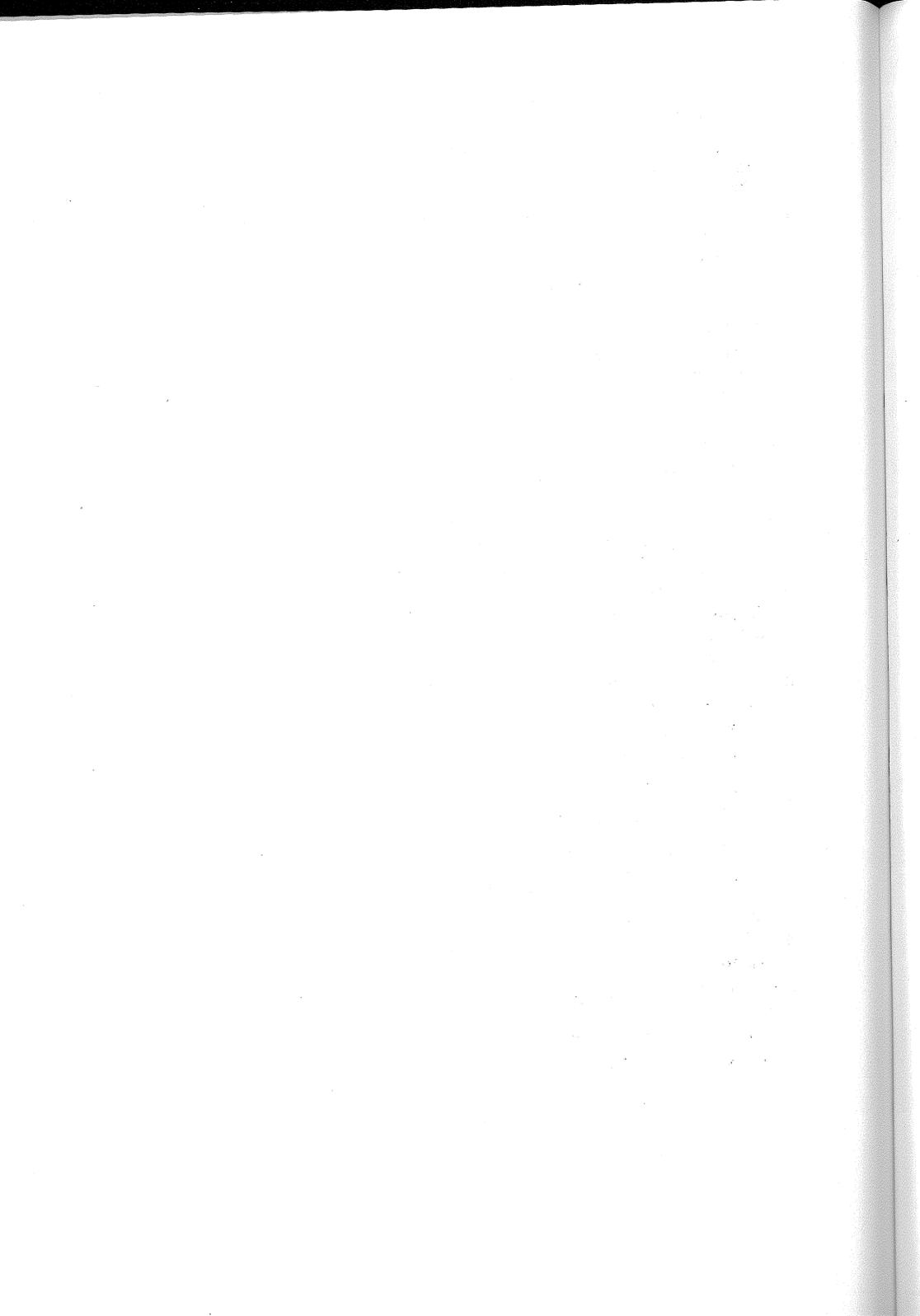
Ajustarei-me os óculos  
para ler a tua esquela;  
eu, já umha velha mulher, sexagenária,  
que tratam com benévola  
e indolente atençom  
os moços —eles e elas—  
que trabalham comigo  
e ignoram que houvo um tempo  
em que ti me quixeste,  
e se surprenderiam se soubessem  
que fum bela aos teus olhos.

Ajustarei-me os óculos aos olhos  
que ti louvaste tanto  
—présbites desde hai anos—,  
para ler a tua esquela.  
Pensarei —e sentirei no coração  
umha pequena pontada—:  
«Nas suas derradeiras horas o meu rosto  
—nom o de hoje, o dos meus vinte anos—  
nom surgiu na sua lembrança.  
Eu já estava riscada da sua vida.  
Outra mam estreitou, e se evocou  
umha mulher sonhada e proibida,  
nom tinha o rosto que el amou em mim».

Borrárom-se os caminhos entre os dous.  
Ouço falar em ti de cando em cando.  
Ninguém ao meu redor  
suspeita que tremeste tantas vezes  
a escuitar o meu riso, e que o teu sangue  
batia cruelmente no teu pulso  
se eu, súbita, surgia ante os teus olhos.  
Afastamos-nos. Ti tiveste umha vida  
colmada, e atingiste  
umha longa velhice.  
Eu vivim solitária e silenciosa.  
Envelhecim sem mais amor de home.  
Lembrava-te por isso.

Ajustarei os óculos  
—umha pobre mulher murcha e estéril—  
para ler a tua esquelada,  
e arrepender-me hei  
de nom ter provocado  
cando ardias por mim  
a explosom do teu lume  
para que os dous ardêsemos  
fora da lei, sem outra lei que o lume.  
Agora verteria  
doces e amargas lágrimas por ti,  
evocando os abraços  
da amante que nom fum,  
e a brancura ofertada  
que nunca te ofertei.  
Miserável mulher  
que nom abriu a porta  
à crepitante arela sem mesura  
que te abrasou um dia.

Ajustarei os óculos  
para ler a tua esquelada,  
e mal crerei que som  
a que tanto quixeste  
e nom soubo entregar-che  
cando a arelavas, louco,  
todo o que era, mesquinha.



## SEIS POEMAS DE MIGUEL-ANJO FERNÁN-VELHO

### I.—ESTÉTICA

*A Vitor Sampedro*

Contemplaçom serena do equilíbrio interior  
da forma luminosa, o movimento íntimo  
da cor que tem sonido de asa transparente.  
Olhar dentro do eco, no perfil do sentido,  
a matéria sonámbula e suspensa que brilha.  
Tacto dum invisível ser que aproxima o seu corpo  
à chama do vazio, onde o fim recomeça  
em nova claridade, ar, espaço, presenças  
pensativas de música que soa como um rio  
sem fundo. Absorta levidade do verso  
que acende suave, suave, o mistério  
das amadas palavras.

### COMEÇA O LENTO OUTONO

*Ao Antom Castro*

Invade a luz o centro da tarde  
no céu puro.  
O espaço filtra o calmo azul da altura  
e permanece o ar  
detido  
na curva suavidade da distância.  
Começa o lento outono.

Ainda a pedra é morna  
e o perfume das horas  
vem nídio como um templo de levitadas formas

de claridade, pétalas  
de fino alento branco  
ou asas delicadas  
que pousan o silêncio.

Sob as árvores quedas  
hai um rumor de brilhos  
de frescura,  
umha essência de sombra  
traspasada de instantes de luzada esvaída  
entre as folhas feridas  
lentamente amarelas.

Umha presença leve vai na paz levedada  
do tempo, um espírito brando  
de sossegados frutos.  
Hai um cansaço antigo  
no fundo dos caminhos,  
umha memória extranha  
de foudas luminosas.

Começa o lento outono  
no coração do vento,  
no sangue claro e íntimo da terra envelhecida.  
E a morte que se inclina  
tem umha transparência  
de chama desmaiada  
sobre as águas mais doces do verao esquecido.

A primeira friage  
desta melancolia  
queima dura a soidade e o corpo.  
A alegria serena entristece a paisage.  
Umha música de ouro  
soa na luz do ocaso.  
Começa o lento outono  
no amor da sombra pura.

## INÍCIO MUSICAL DA SOMBRA

*A Manuel Balboa*

Contemplo como arde o silêncio  
na espessura grisácea da tarde.

Soa um metal usado no vazio das horas  
frente ao estranho brilho imóvel da distância.

A luz pousada das lâmpadas do ocaso  
vela um fio de sangue detido na violência  
dum latejo celeste de eco oculto.  
As nuvens dessangram o seu cansaço íntimo.

No longínquo interior dumha abóbada pura  
medra a música cheia de signos invisíveis.  
O prateado voo da frescura na pedra.

Um instrumento lento de doçura sombria  
eleva em arcos cálidos a frágil melodia do ar.  
Todo se inclina no coração. Os olhos  
filtram véus de luz para a harmonia grave  
da sombra que penetra no ser.

A morte afirma um canto final sobre as cinzas  
das últimas palavras do dia.

## NASCE DA TERRA

Nasce da terra a sombra húmida da terra.  
O vento é essa frescura detida nesta sombra.  
O coração da pedra é branco e frio. Limite  
dum espaço contido, o tempo permanece  
na matéria interior que percorre o caminho.  
Vou na nave direcção do sul. Deixo  
todos os invernos, as águas obscuras,  
as vozes mortas. Aproximo-me às árvores  
com plenitude de ser. O destino é um oco  
que entra no corpo, avanço cara a terra  
e respiro a breve distância dos passos  
que me unem à sombra. A viagem é esse lento

exercício do silêncio. Penso nas minhas horas e bebo instantes límpidos. O caminho é um rio de beiras impossíveis. Vou coas aves longínquas que me guiam nos olhos. Adentro-me na chama verde e última da paisage.

## BAÍA

*A Xúlio L. Valcárcel*

Sobre o ar deste templo de luz paira o silêncio profundo da água. Intensa essência de claridade vibra a altura em âmbitos imensos de vidro brancamente celestes. As aves som instantes de espuma suspendidas no tempo —um sonido de névoa na lembrança ilumina um antigo navio perdido no horizonte da tarde. Que grandeza invisível esta respiração do mundo, esta calma lentíssima do mar que arde baixo o céu como umha infinda chama que estala em transparência. Oh coração marinho, seio claro do vento, germinado fulgor do cristal puro das águas largazias, fruto fundo e constante da ria azul e íntima desde a terra fluente. Agigantada abóbada de música oceânica que penetra o sentido deste ser, ritmo oculto dum corpo luminoso, palpitação aberta dum espírito absorto na redondez do tempo sobre este mar detido de luz e ar que eleva um rumor de signos naufragados nas ondas sem fim que contempla o interminável silêncio do dia.

## PASSEIO DA TARDE NA MARINHA

*A Francisco Pillado Mayor*

Fatigou-me o brilhante equilíbrio da luz no longo passeio da tarde, perto da beiramar, frente aos montes espessos de verde silencioso. Fiquei detido tantas vezes a escoitar o mistério das formas, essa música absorta que no interior das cousas soa para nós mesmos como algo profundo: como tocar a terra ou a sombra das nuvens sobre o ar transparente.

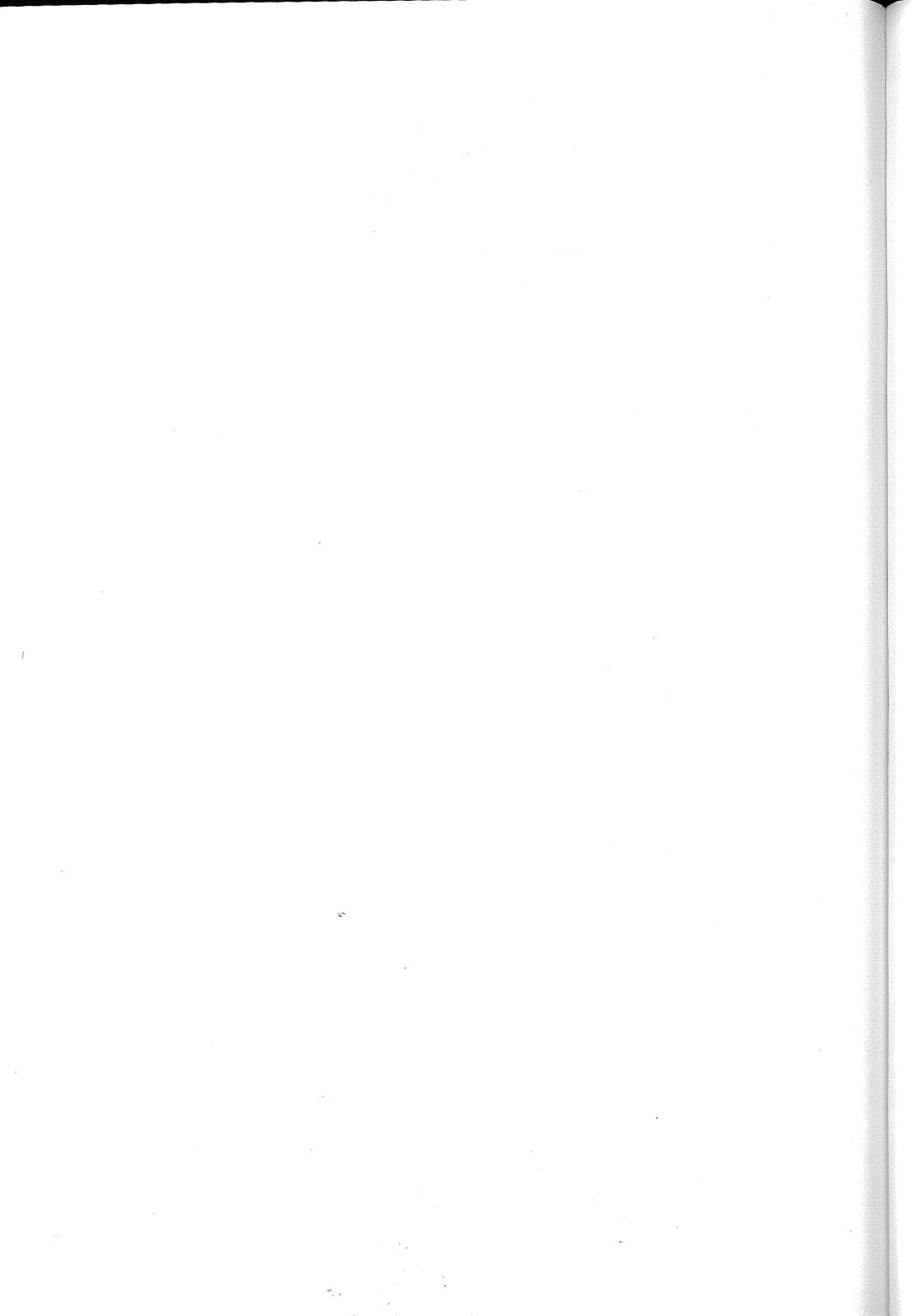
### O ruído invisível

do tempo no caminho, o perfume das árvores,  
a cristalina altura que vai pousando lentamente a beleza  
do espaço que se funde nos olhos em ouro antigo e puro.

Fatigou-me a distância do mar... a pressentida praia  
que na tarde arderia em sossegadas chamas  
de vento e aves cálidas... e alguma voz perdida  
de adolescente loira frente às ondas tranquilas.  
Aqui, pola marinha, nesta calma ategada  
de tarde que devala, neste sabor de ria  
que me sobe até os poros, aroma primitivo  
de terra e lento fruto fecundado de chuvas,  
respiro a sombra suave do tempo que se inclina  
desde os meus membros cansos de alento e fermosura.

Fatigado entre o corpo e o crepúsculo intenso  
que me pesa no sangue acendendo a tristeza  
de outras horas mais doces, regressei na soidade  
perfeitamente estranha a mim mesmo, onde o sonho  
é carícia da noite que aproxima o seu seio.

Fatigou-me a ferida das primeiras estrelas  
no silencioso gozo da marinha dormida  
como um século leve para a minha lembrança  
até a luz de outra tarde, outro longo passeio  
ressuscitando o tempo.



## Exorcismo

*Ao António Luís Moita*

Despoja-te  
de vísceras. Defende-te  
dos fios de Ariadne e dos espúrios  
milagres concebidos  
nas exéquias do sonho.

Desonera  
teus súbitos cavalos  
de morte excedentária.

## Para a sepultura de meu pai

Amortalhado em rosas, redescobres  
o percurso das tílias, entre juncos  
de pedra, lavrador  
e ourives  
de anfíbias águas e sementes.

## Vocação do silêncio

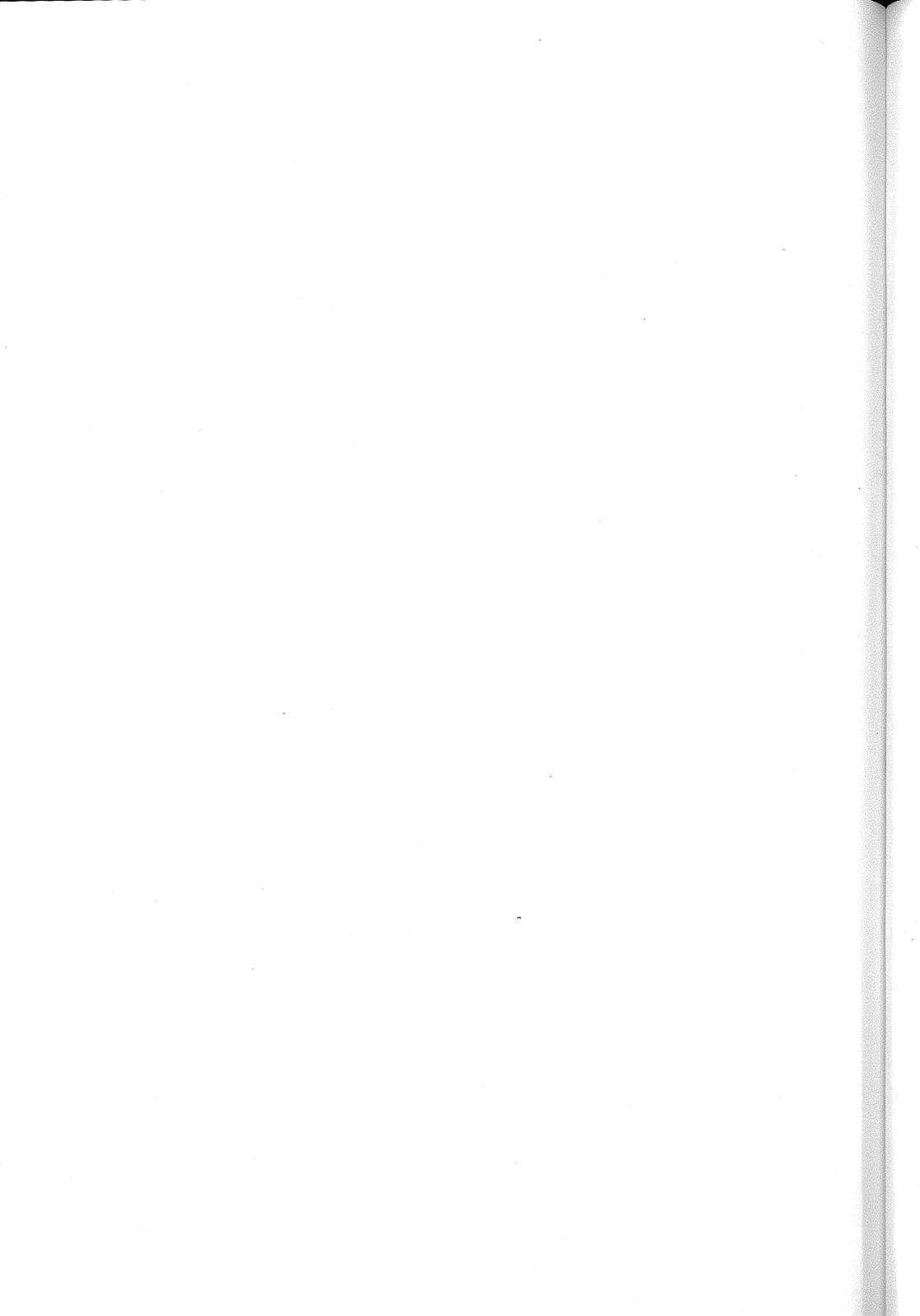
Pondero a têmpera, a feição  
dos novos, ingénuos  
utensílios, avalio  
a transparência mineral dos gestos  
mais antigos e das lágrimas  
defuntas, agora calcinadas.

Cedo

ao mármore a insalubre  
vocação do silêncio.

*Albano Martins*

**DOCUMENTAÇOM  
E INFORMAÇOM**



# Estatutos da «Associação Galega da Língua» (AGAL)

## CAPÍTULO PRIMEIRO DA CONSTITUIÇÃO E OBJECTIVOS DA ASSOCIAÇÃO

*Artigo 1.º*—Na cidade de Santiago de Compostela, e sem finalidade lucrativa, constitui-se a associação denominada ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA (AGAL), que se acolhe à normativa legal vigente, à que se submete coas particularidades que se sinalan nestes Estatutos.

*Artigo 2.º*—O domicílio social fica estabelecido, provisoriamente, em Santiago de Compostela, Rua Fernando III o Santo, núm. 5, 3.º esquerda.

*Artigo 3.º*—O âmbito territorial das actividades da Associação abrangerá o correspondente às catro provincias galegas, sem prejuízo de poder desenvolver algunha actividade esporádica fora do espaço marcado.

*Artigo 4.º*—A Associação Galega da Língua tem por objectivo fundamental conseguir umha substancial reintegração idiomática e cultural do galego (nomeadamente nas suas manifestações escritas), na área lingüística e cultural que lhe é própria: a galego-luso-africano-brasileira.

Com vistas a alcançar este fim geral, a Associação Galega da Língua propom-se, à sua vez, dous objectivos específicos:

1.—Pontenciar, sem finalidade partidista e no respeito à convivência democrática regulada pola Constituição espanhola, calquer actividade, predominantemente cultural, que se expresse em galego, de jeito que progressivamente se consiga na Galiza o seu emprego normal.

2.—Trabalhar para estabelecer no idioma galego a normativa escrita de carácter reintegracionista, científica e independente, que cubra os diversos aspectos da língua, quer dizer, o ortográfico, o morfo-sintáctico e o léxico.

Como conseqüência, difundir o conhecimento e o uso de tal normativa escrita, em colaboração coas Entidades de calquer tipo que tentem um fim semelhante.

Será tamém objectivo da Associação o estabelecimento da pronúncia padrom galega, sem prejuízo das variedades geográficas ou sectoriais, e igualmente em colaboração com outras Entidades.

*Artigo 5.º*—A tais efeitos, a Associação há de organizar, a teor dos preceitos legais em cada caso, cursinhos, conferências, colóquios, seminários, publicações e calquer outra actividade que se considere ajeitada para o cumprimento dos objectivos propostos.

*Artigo 6.º*—Do mesmo modo, a Associação Galega da Língua, se o julgar conveniente para a consecução dos seus objectivos, poderá reorganizar-se territorialmente bem como Federação de Associações ou bem de outro jeito que as Leis permitam.

## CAPÍTULO SEGUNDO DO REGIME DE GOVERNO

*Artigo 7.º*—A estrutura organizativa da Associação compreende: A Assembleia, o Conselho e a Comissom Lingüística.

Poderám-se ainda organizar cantas comissons se estimem adequadas para conseguir os objectivos propostos nos Estatutos.

*Artigo 8.º*—O Conselho, a Comissom Lingüística e outras que houver poderám elaborar, se o exigir o seu funcionamento ajeitado, as normas que em conjunto conformem o Regulamento de Regime Interno da Associação.

Este será aprovado pola Assembleia.

### a) ASSEMBLEIA.

*Artigo 9.º*—A Assembleia está integrada por todos os membros da Associação Galega da Língua, com iguais direitos e deveres.

*Artigo 10.º*—As reuniões da Assembleia som convocadas polo Conselho.

Na convocatória, que será sempre escrita e nominal, deve incluir-se a ordem do dia com indicação precisa dos temas a tratar.

*Artigo 11.º*—Celebrará-se polo menos umha reuniom ordinária da Assembleia cada doze meses aproximadamente.

Nela revisará-se o cumprimento dos objectivos da Associação e o Conselho dará conta da sua gestom, entre outros temas que se puderem tratar.

*Artigo 12.º*—A juízo do Conshelo ou a petição de umha quinta parte dos membros da Associação poderá haver reuniões extraordinárias da Assembleia, sempre que as circunstâncias o exigirem.

A solicitação de juntança polos membros da Associação fará-se num escrito no que constem o motivo da reuniom, a ordem do dia e o nome dos solicitantes.

Cumpridas as condiçons anteditas, o Conselho convocará reuniom extraordinária da Assembleia num prazo nom maior a dez dias.

*Artigo 13.º*—Compete à Assembleia em reuniom ordinária:

- a) eleger os componentes do Conselho;
- b) decidir sobre o cumprimento dos objectivos da Associação e, em particular, sobre a gestom do Conselho;
- c) sancionar, a requerimento do Conselho, as medidas de normativa idiomática propostas pola Comissom Lingüística;
- d) conformar e aprovar o pressuposto anual;
- e) revisar o estado de contas da Associação;
- f) canto atinja ao governo ordinário da Associação.

*Artigo 14.º*—Compete à Assembleia em reuniom extraordinária:

- a) calquer dos pontos incluídos no artigo anterior cando as circunstâncias o exigirem;
- b) dispor e alhear os bens da Associação;
- c) autorizar operaçons creditícias e empréstimos que ocasionalmente cumprir realizar pola Associação;
- d) modificar os presentes Estatutos sempre que se considere ajeitado para a consecução dos objectivos propostos. Estes serán em princípio imodificáveis;
- e) estabelecer e modificar o Regulamento de Regime Interno da Associação, a teor das normas propostas polo Conselho, pola Comissom Lingüística ou por calquer das comissons em funcionamento;
- f) solicitar a declaração de utilidade pública;
- g) acordar a constituição da Associação em Federação de Associaçons ou bem a integração da mesma numha já existente;

h) determinar a dissolução da Associação Galega da Língua.

*Artigo 15.º*—As reuniões da Assembleia, tanto ordinárias como extraordinárias, ficarão validamente constituídas:

1.—Em primeira convocatória coa presença dos dous terços dos membros, presentes e representados devidamente mediante documento escrito.

2.—Em segunda convocatória, o quórum será igual ao número de membros presentes e representados.

*Artigo 16.º*—Nas reuniões ordinárias as decisões tomarão-se co voto favorável da maioria absoluta, quer dizer, cum número de votos superior à metade dos membros presentes e representados, excepto no caso de eleição dos componentes do Conselho.

Nas reuniões extraordinárias os acordos tomarão-se co voto favorável dos dous terços dos membros presentes e representados.

## b) CONSELHO.

*Artigo 17.º*—O Conselho é o órgão de governo da Associação.

Está integrado por nove componentes, elegidos entre os membros da Associação pola Assembleia para um período de dous anos.

*Artigo 18.*—A eleição dos membros do Conselho realizará-se entre as candidaturas fechadas, apresentadas cumha antelação mínima de quarenta e oito horas ao momento da votação.

*Artigo 19.*—Para a eleição dos componentes do Conselho requerir-se, numha primeira volta, a maioria absoluta dos votos emitidos, e, numha segunda volta, a maioria relativa, sempre que a eleição tenha lugar em reunião ordinária.

Cando fôr em reunião extraordinária, a eleição será válida unicamente se se atingir a maioria absoluta dos votos emitidos.

*Artigo 20.º*—O Conselho está constituído polos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, Contador, e catro Vogais.

Em todo caso, os cargos som gratuitos.

As atribuições dos componentes do Conselho som as habituais, segundo a legalidade vigente; precisarão-se, porém, nas normas correspondentes do Regulamento de Regime Interno, em particular no atingente às tarefas, ocasionais ou permanentes, encomendadas aos Vogais.

*Artigo 21.*—Som funções do Conselho:

- a) convocar e presidir as reuniões da Assembleia;
- b) proclamar oficialmente as decisões votadas maioritariamente pola Assembleia;
- c) fixar a quantia das cotas;
- d) administrar os recursos económicos da Associação;
- e) nomear e cesar os componentes da Comissão Lingüística;
- f) sancionar as medidas de normativa idiomática propostas pola Comissão Lingüística. Neste ponto require-se a unanimidade. Se nom se atingir, a sanção corresponde obrigatoriamente à Assembleia;
- g) supervisar as publicações da Associação;
- h) representar à Associação, por si ou por membros delegados a tal efeito, diante das Entidades de qualquer tipo, particularmente no que respeita à consecução dos objetivos da Associação;
- i) cumprir e fazer cumprir aos membros os presentes Estatutos e Regulamento de Regime Interno que a Associação poda adjudicar-se;
- j) elaborar, segundo as directrizes da Assembleia, o programa de actividades da Associação;
- l) dictaminar sobre o cumprimento dos objectivos da Associação Galega da Língua por cada membro assim como a admissão dos novos;
- m) cobrir provisoriamente as baixas que se produzirem no Conselho;

n) apresentar à decisom da Assembleia aqueles aspectos que pola sua trascendência estimar oportunos.

*Artigo 22.º*—Os cargos do Conselho estarám sempre à disposiçom da Associação constituída em Assembleia, bem fôr ordinária ou extraordinária.

*Artigo 23.º*—O Conselho terá umha reunióm, polo menos, cada três meses. Nela deverám estar presentes um mínimo de seis membros.

De todos os jeitos, os acordos tomarám-se por maioria absoluta dos assistentes, salvo o que se assinala no artigo 21, apartado f).

#### c) COMISSOM LINGÜÍSTICA.

*Artigo 24.º*—A Comissom Lingüística é um órgao de carácter técnico, nom decisório.

*Artigo 25.º*—A Comissom Lingüística tem como missom:

a) propor as medidas de normativa idiomática reintegracionista que ham de ser submetidas à sançom do Conselho e, no seu caso, da Assembleia;

b) seleccionar as obras de investigaçom e de criaçom dos membros da Associação Galega da Língua, e em canto tais, para proceder à publicaçom das mesmas onde e como convinher.

A supervisom compete ao Conselho.

c) estudar os aspectos científicos e técnicos da normalizaçom progressiva do idioma e cultura galegos na Galiza;

d) calquer outra tarefa, normativizadora e normalizadora, na sua dimensom científica e técnica.

*Artigo 26.º*—Os seus componentes som nomeados polo Conselho, em número que poderá elevar-se até quinze, entre os membros da Associação com formaçom nas ciências da Language, mormente na área de Língua e Literatura galego-portuguesa.

## CAPÍTULO TERCEIRO DOS MEMBROS

*Artigo 27.º*—Pode ser membro da Associação Galega da Língua calquer pessoa maior de idade, com capacidade para obrar, interessada polo idioma e cultura galegos.

*Artigo 28.º*—Poderám-se adscrever à Associação menores de idade.

Nas reunions de Assembleia terám voz, mas nom voto.

*Artigo 29.º*—A inscriçom na Associação Galega de Língua pressupom a aceitaçom dos presentes Estatutos.

*Artigo 30.º*—Quem deseje pertencer à Associação dirigirá, por escrito, a sua petiçom ao Conselho, que resolverá em cada caso.

*Artigo 31.º*—Som direitos dos membros:

a) participar nas actividades da Associação;

b) ocupar cargos no Conselho ou formar parte da Comissom Lingüística (salvo o indicado no artigo 26) ou doutras comissoes que se organizarem;

c) desfrutar dos bens e serviços da Associação;

d) exigir o cumprimento dos presentes Estatutos;

e) ter audiência diante do Conselho;

f) apelar ante a Assembleia, constituída em reunióm extraordinária, no caso de sançom ou por calquer outro motivo grave.

A Assembleia julgará da gravidade do motivo objecto da apelaçom.

*Artigo 32.º*—Som deveres dos membros:

- a) pagar as cotas estabelecidas polo Conselho;
- b) participar nalgumha das secções ou comissões ou bem apoiar, de palavra e de obra, as actividades da Associação;
- c) cumprir os Estatutos.

*Artigo 33.º*—Deixarám de ser membros:

- a) os que voluntariamente assim o fagam constar por escrito dirigido ao Conselho;
- b) os que se apartem, nos escritos ou nos juízos públicos, dos objectivos propostos nos Estatutos.

A sançom corresponde ao Conselho.

- c) os que reiteradamente nom satisfagam as cotas, segundo decisom do Conselho.

## CAPÍTULO QUARTO DO REGIME ECONÓMICO

*Artigo 34.º*—Esta Associação, no momento de se constituir, nom conta com património fundacional.

Os limites do pressuposto anual nom superarám as 300.000 pesetas.

*Artigo 35.º*—Os recursos económicos da Associação Galega da Língua, para o desenvolvimento das suas actividades, som:

- a) as cotas dos membros, que estabelecerá o Conselho;
- b) as subvençons e doaçons, segundo permita a normativa legal vigente. Em tal suposto, fará-se constar expressamente, ao aceitá-las, que a Associação disporá livremente delas, sem nengum tipo de pressons directas ou indirectas;
- c) o produto das publicaçons e doutras actividades, cando os houver.

## CAPÍTULO QUINTO DA DISSOLUÇOM DA ASSOCIAÇOM

*Artigo 36.º*—A Associação Galega da Língua dissolverá-se cando considere concluída a sua missom, ou bem por calquer outra causa prevista nas Leis ou por sentên-cia do juiz.

*Artigo 37.º*—A autodissoluçom deverá ser proposta polo Conselho, por si ou a petiçom dos membros da Associação a teor dos Estatutos, e decidida polos dous terços dos membros presentes e representados, em reuniom extraordinária da Assembleia, sempre que estes somem o quarenta por cento dos membros da AGAL.

A tal fim, entre a convocatória e a celebraçom da antedita reuniom extraordinária deverá transcorrer um prazo de dous meses ou sessenta dias naturais.

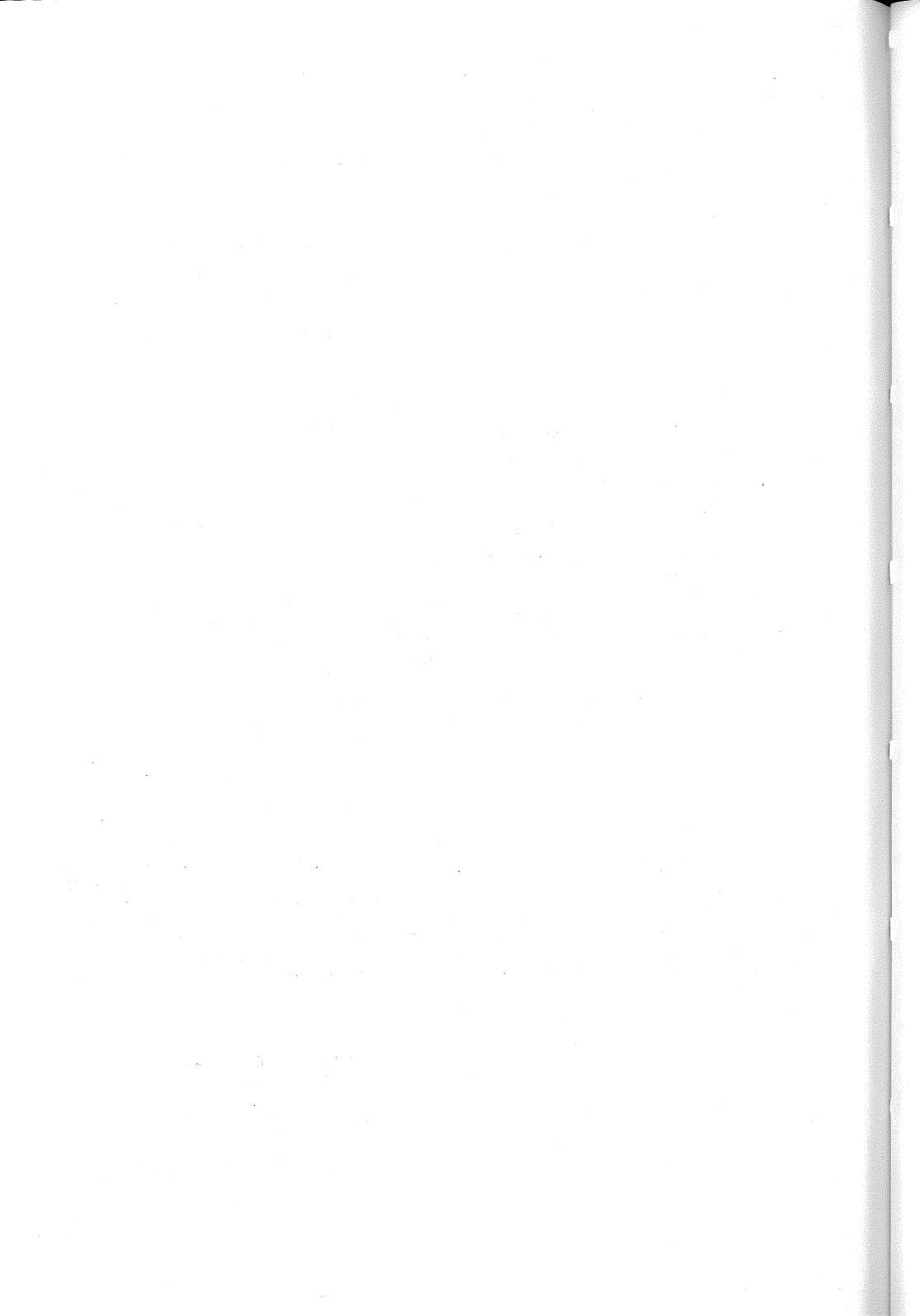
Decidida a autodissoluçom da Associação, os seus bens serám doados a umha instituiçom benéfica, artística ou cultural, da Galiza, segundo acordo explícito da Assembleia.

### *DISPOSIÇOM TRANSITÓRIA:*

No entanto a presente Associação Galega da Língua nom fôr legalizada e eleito o primeiro Conselho, a direçom da mesma será exercida por umha Comissom Fun-dacional.

A Corunha, 9 de Junho de 1981.

*A «Associação Galega da Língua» (AGAL) foi legalizada em data 2 de Outubro de 1981.*



# I CONGRESSO INTERNACIONAL DA LÍNGUA GALEGO-PORTUGUESA NA GALIZA

A «Associação Galega da Língua», no seu trabalho pola normalização lingüística da Galiza e a reintegração do galego na comunidade que lhe é própria (o romance hispânico ocidental) entendeu que era chegado o momento oportuno para abrir e aprofundar um amplo debate sobre o presente e o futuro da língua na Galiza, que reunisse aquelas persoas e institucións que dentro e fora do País están a trabalhar no campo da investigação lingüística e literária, no ensino ou na política cultural. Neste debate já iniciado hai tempo na Galiza, creu-se que era necessário integrar nel as comunidades de expressom galego-portuguesa e a quantos se ocupam da projecção internacional da nossa língua e cultura, assi como a aquelas comunidades nacionais, nomeadamente do Estado espanhol que se enfrentam com problemas lingüísticos similares.

O acordo de celebrar no ano 1984 um Congresso Internacional foi tomado na assembleia ordinária da AGAL celebrado na última semana do mês de Janeiro de 1983, isto é, quase dous anos antes da sua realização, os dias 20 a 24 de Setembro, que teria como objectivos prioritários os seguintes:

1.º) O Galego-Português na Galiza: problemas políticos, lingüísticos e socioculturais e a sua influência no processo de normalização lingüística.

2.º) A identidade do Galego dentro do romance hispânico ocidental: a sua presença no mundo, situação actual e perspectivas.

3.º) Formas de intercâmbio e cooperação entre as comunidades de expressom galego-portuguesa no âmbito da investigação científica, cultural e pedagógica.

4.º) A situação da Galiza e a sua relação com outras comunidades onde exista conflito lingüístico: problemas comuns, divergências e perspectivas de colaboração.

5.º) Estudo e valorização da língua galego-portuguesa através das manifestações literárias quer numha perspectiva histórica, quer na sua dinâmica actual.

Dentro da AGAL criou-se umha comissão encarregada de organizar o Congresso, constituída polos professores: Isaac Alonso Estravis, Pedro Fernández Bello, António P. Gil Hernández, Maria do Carmo Henriquez Salido, José Martinho Montero Santalha, José Nogueira Gil, Joám Carlos Rábade Castinheira, José Luís Rodríguez Fernández, Francisco Salinas Portugal, Mário J. Gomes dos Santos e Elvira Souto Pressedo. Esta Comissão decidiu nomear umha presidência de honra integrada por individualidades significadas polo seu empenho de aproximar as diferentes comunidades da língua comum, presidência que ficou constituída por:

Ricardo Carvalho Calero (Galiza)  
Ernesto Guerra da Cal (Galiza)  
Manuel Rodrigues Lapa (Portugal)  
Oscar Lopes (Portugal)  
Leodegário A. de Azevedo Filho (Brasil)  
Celso Ferreira da Cunha (Brasil)

Os trabalhos materiais que supom a organização de umha actividade cultural,

como é um Congresso, fôrom desenvolvidos pola professora Henriquez Salido, quem contou sempre com o respaldo quer da Comissom quer do Conselho.

\* \* \*

Um dos primeiros trabalhos da Comissom organizadora foi começar a pedir subsídios a diferentes organismos e entidades bancárias. Nem tam sequer respondêrom: a Conselharia de Educaçom e Cultura, a Direcçom Geral de Cultura, a Caixa de Aforros de Galiza, o Banco de Bilbao e a Caixa de Aforros Municipal de Vigo. Estimou que nom procedia concedê-lo a «Fundaçom Barrié» que indicou ter o orçamento adjudicado para esse ano. O patrocínio do Congresso, depois de mais de um ano de entrevistas e solicitudes, foi obra da Exma. Deputaçom Provincial de Ourense e contou com a colaboraçom económic da «Fundaçom Calouste Gulbenkian», Caixa Rural de Ourense e Exmo. Concelho de Ourense. Umha vez já realizado, a AGAL no mês de Dezembro de 1984, através do Delegado Provincial da Conselharia de Educaçom de Ourense, recebeu a notificaçom verbal de que a Subdirecçom Geral de Formaçom do Professorado do Ministério de Educaçom do Estado concedera um subsídio de 88.500, dentro dos subsídios que concede este Departamento a todas as «Escolas de Verao».

A AGAL convidou a numerosas instituicons e professores, que ou nom respondêrom como o «Instituto da Língua Galega» da Universidade de Santiago, a «Real Academia Galega», a «Federaçom de Associaçons Culturais Galegas» e a «Associaçom de Escritores em Língua Galega» (a carta foi devolta por «desconhecido o seu destinatário»), e entre os professores Pilar Vázquez Cuesta, Emilio Alarcos Llorach, L. F. Lindley Cintra, Lourdes Belchior, etc., ou que respondêrom que nom podiam ou nom desejavam participar (entre os que nom podiam Joam Coromines quem manifestou por escrito a sua adesom ao Congresso ou Alonso Zamora Vicente e entre os que nom desejavam Francisco Rodriguez, e alguns mais).

\* \* \*

Embora no primeiro programa provisório os assuntos aparecessem estruturados em quatro grandes blocos —Lingüística e Filologia, Língua e texto literário, Sociolingüística e Didáctica da Língua— o programa definitivo ficou estruturado, na primeira jornada (quinta-feira, 20 Setembro) com assuntos relacionados com a Política lingüística (normalizaçom, aspectos legais do uso público do galego, conflitos ideológicos perante o problema da língua galega, sentimento e ideologia na língua galega, questionário de História contemporânea, etc.); na segunda jornada expuxêrom-se aspectos relacionados com o catalám no País Valenciá assi como problemas da língua e cultura galega no mundo luso-brasileiro, a reintegraçom do galego do ponto de vista Ibero-americano, o caso do «portanhol» ou as perspectivas do Galego-Português no presente e futuro de Europa. Nas sessons da tarde da segunda jornada (sexta-feira, 21 de Setembro) abordárom-se aspectos mais relacionados com o reintegracionismo, normativizaçom e ortografia, para finalizar com problemas de Fonética e Fonologia e também a pronúncia padrom galega. Os problemas de gramática começárom o sábado dia 22 com o estudo do verbo, pronomes, etc. para passar logo quer a aspectos do léxico quer a questons das gramáticas ou aspectos dos escritores do século XIX. O debate e colóquio sobre aspectos relacionados com a investigaçom científica, cultural e pedagógica fôrom tratados o sábado, na sessom da tarde assi como os pontos referidos aos conflitos existentes entre língua literária e língua comum, ou a necessidade de umha língua literária ou a realizaçom que apresenta a língua Galego-Português nos textos literários. O domingo 23 de Setembro iniciárom-se as sessons sobre «Língua e texto literário» com aspectos da Literatura Galego-Portuguesa medieval (estritamente literários, influências ou a constituicõem de umha norma escrita do galego-português no século XIII), que continuárom pola tarde com aspectos do período Barroco, dos escritores do século XIX (Rosalia, por exemplo), para finalizar o Congresso com o estudo de questons de escritores do século XX (Alvaro Cunqueiro e Castelao).

Maior informação aparecerá nas «Actas do Congresso», de imediata aparição, mas queremos salientar aqui a presença na Galiza, além dos Presidentes de Honra que assistiram (dos seis nom participou Manuel Rodrigues Lapa por razons de saúde e Ernesto Guerra da Cal, por problemas surgidos uns dias antes da celebração do Congresso), dos professores Eugenio Coseriu (Universidade de Tübingen), Luciana Stegagno Picchio (Universidade de Roma), Maria Helena Mira Mateus (Universidade de Lisboa), Lluís Aracil (Universidade de Barcelona), Antonio Ferrando (Universidade de Valência), Graça Almeida Rodrigues (Universidade Nova de Lisboa), Pires Laranjeira (Universidade de Coimbra), Heitor Gomes Teixeira (Universidade Nova de Lisboa), Luiz Fagundes Duarte (Universidade Nova de Lisboa), António Rodrigues Baptista (Universidade de Lisboa), Mário Vilela (Universidade de Porto), etc.; o mundo da emigração representado por Higinio Martínez Estévez (do Centro Galego de Buenos de Aires), Denis Conles (de Córdoba, Argentina), Carlos Durám (de Londres), Domingos Prieto (de Holanda); profissionais do mundo da Educação e Ensino de Portugal como José A. Fernandes Camelo (do Ministério de Educação), Maria Luísa Baptista (da Inspeção Geral do Ensino do Porto) e José Nogueira Gil (da Inspeção Geral do Ensino). Os nomes dos galegos participantes nom os fazemos públicos por nom ocupar mais espaço neste inventário que seria mui extenso e nunca exaustivo.

\* \* \*

Todos os possíveis *falhos* de última hora —de *nom assistência* de ponentes que figuravam no programa— os professores Guerra da Cal, J. Argente (Universidade Autónoma de Barcelona), Sílvio Elia —quem enviou a sua ponência—, José Luís Pensado Tomé (Universidade de Salamanca), Helder Pacheco (Inspeção Geral do Ensino do Porto), Salvato Trigo (Universidade do Porto), Mário Barbieri (Universidade de Pisa) ou José Oliveira Barata e Carlos Reis (da Universidade de Coimbra) —devida a diferentes causas alheias à vontade da Comissom organizadora, ou de *ausência* de temas sobre dialectologia (explicada em parte pola nom participação do «Instituto da Lingua Galega»), ou da *desigualdade científica* entre umhas e outras comunicações, etc. etc. (o Congresso nunca foi concebido pola AGAL como um Congresso de «élite» e por isso pudo participar nel, até a última hora, todo galego que estivesse interessado quer polo idioma quer pola literatura)— ficaram amplamente superados polo êxito. Nom obstante, entre as *possíveis críticas* temos que apontar:

a) Admitimos o excessivo sobrecarregamento do programa, dando lugar a estar mui apertados de tempo, tendo em conta que apesar disso, nom se respeitou em muitos casos o tempo assignado para a exposição das ponências e comunicações, que ocasionou a falta de um tempo mais prolongado para os colóquios e a falta de vagar entre sessom e sessom. Estes problemas poderiam ter-se evitado com menos ponências e comunicações por sessom, mais isto estivo supeditado também a nom saber com suficiente antelação o dinheiro que se conseguiria das entidades patrocinadoras (a Deputação de Ourense nom tomou o acordo até os últimos dias do mês de Julho e também nesta mesma data foi quando a «Fundação Gulbenkian» comunicou a sua colaboração económica). Prolongar o Congresso algum dia mais ocasionaria gravar as despesas como por exemplo o alojamento em hotéis dos ponentes e professores convidados.

b) Haveria que somar que umha grande parte dos assistentes se inscreveu justamente o mesmo dia do começo ou os dias anteriores, desbordando as previsons da Comissom organizadora que esperava como cifra máxima umhas 200 persoas (entre convidados e inscritos), cifra que foi quase duplicada e também que nom se enviárom os resumos das comunicações, com tempo suficiente para passá-las a cada um dos congressistas.

c) Talvez foi também um erro nom dividir o programa por áreas e blocos temáticos e ao final de cada bloco fazer um colóquio e, a partir del, ir tirando as conclusons do Congresso em cada apartado.

d) Achárom-se de menos a celebraçom de actos paralelos ao final das sessons —além da intervençom do «Grupo folclórico da Deputaçom Castro Flojo»— como recitais poéticos, musicais, encenaçons teatrais, etc.

\* \* \*

Nas conclusons do Congresso levantárom-se umha série de suspiciás, devidas em parte a que alguns dos assistentes nom comprendêrom o que som umhas conclusons de um Congresso. Parecia como se houvesse um jogo dialéctico entre umha ala moderada da AGAL e umha ala radical. E nada mais longe da realidade. O que se pretendia era elaborar umhas conclusons à altura de um congreso internacional científico que fossem consensuadas por *todos* os congressistas e de nengum modo a disparatada ocorrênciá, que mesmo se chegou a indicar, de dividir o apoio de estrangeiros e galegos a determinados posicionamentos. Houvo bastante gente que confundiu normalizaçom com Lei de normalizaçom ou aspectos semelhantes. Estamos, como todos nós deveríamos saber, num caso mais de apropriaçom indevida de um termo lingüístico que se manipula. Normalizar o galego é objectivo dos Estatutos da AGAL. E normalizar o galego significa, por muito que se manipule a semántica: fazer *normal* algo que está em condiçons anormais. Todo o que se aparte de fazer normal um idioma nom é normalizá-lo e isto é tam radical como qualquer outro enunciado. Todo o que significa pressom alheia ou usurpaçom no uso normal de um idioma por parte de outro é anormal, nom é normalizaçom. Isto é o único que se pode entender, nom cabe outra tergiversaçom e, assi enunciado, nom compromete a um estrangeiro em teóricas ingerências nos assuntos de outro estado. Más a nós, a AGAL, compromete-nos tanto como afirmar que o galego seja o nosso único idioma de uso normal. O contrário seria seguir mantendo a anormalidade e da passagem da anormalidade à normalidade se poderia mesmo pensar em diversas etapas ou nom. Repetimos que entendê-lo de outra maneira é tergiversar o verdadeiro valor da palavra.

Assi mesmo, pareceu-nos de todo ponto inaceitável e fora de lugar admitir nas conclusons a derrogaçom de umha normativa lingüística. Essa normativa nom é de uso obrigatório e nom hai por que utilizá-la. Pensamos também que isto sai fora do que som umhas conclusons de Congresso. É mais, a nossa atitude era mais construtiva: propomos elaborar umhas normas, nom que derroguem outras que, mais que por bulos e pressons de outro tipo que pola sua exigência legal, se estão introduzindo em diversos estamentos do nosso País. E essas pressons som de feito mais denunciáveis polo subtis ou polo veladamente provocadoras, que a própria ordem de normativizaçom em si. Contodo, achamos que todas estas questons nom som propriamente conclusons de Congresso, senom questom de militança activa, que se podem levar adiante com outros meios, procedimentos e vias de actuaçom.

\* \* \*

Assi como podemos ser severos nas críticas, e para deixar um bom sabor de boca final —antes de reproduzirmos as conclusons—, tampouco podemos deixar de sublinhar o *éxito* que constituiu o Congresso, por se alguém ainda tem dúvidas de que nom o foi:

a) *Éxito científico*. Ninguém pode duvidar sobre isto. Se alguém duvida nom terá mais que consultar as actas do Congresso, umha vez publicadas, que serám de consulta obrigatória nom só para nós, mas também para os indecisos e para os que nom estão de acordo connosco. Nom deixamos, contodo, de reconhecer a desigualdade nas comunicaçons já apontada.

b) *Éxito de organizaçom*. Em conjunto nom se pode negar tampouco a boa organizaçom do Congresso, apesar dos falhos anteriormente indicados.

c) *Éxito de assistência*. As previsons máximas antes do Congresso eram de 100, 150 e 250 as mais optimistas. Na realidade passamos de 325 persoas. E é também importante anotar a assistência diária e continua a todas as exposiçons.

d) *Éxito nos meios de comunicaçom galegos e portugueses*. Como sempre os

meios de manipulação de por aqui estiverom à altura das suas possibilidades, circunstâncias e intenções, contrastando com o pontual, delicado e extenso, seguimento dos meios de comunicação portugueses. No próximo número aparecerá um resumo do tratamento que o Congresso tivo nos meios de comunicação portugueses.\*

e) *Êxito de confraternização internacional.* Em todo momento notou-se a solidariedade dos ponentes vindos de outras latitudes com a AGAL e com o galego, vivendo o problema da normalização e normatização do nosso idioma. Ouviram-se afirmações como o que o maior acerto da AGAL é nom ter só profissionais de galego no seu seio, porque a Norma é participação de todos. Ou que temos a razão científica e nom a razão política. Assi mesmo houve actuações decisivas e definitórias nos colóquios. Conseguimos ganhar simpatias e neutralizar antipatias, apesar de manipulações subterrâneas e pressões de todo tipo, mesmo epistolares de quinze fólhos, por parte de representantes da «cultura» galega oficial. Isto talvez explique a ausência, entre outros do professor Pensado. De todos os jeitos, nom podemos deixar de pensar que o Congresso ainda está pruinando no corpo de alguns destes representantes.

Recebêrom-se numerosíssimas adesões de Centros de Buenos Aires, do Centro de Estudos de Salvador-Bahia, de Associações Culturais do País Valenciá, do Instituto de Cultura Portuguesa, do Ministro de Educação de Portugal, etc. o que multiplica ainda mais o êxito de confraternização internacional.

\* \* \*

Já finalmente, recolhemos as *Conclusões* do «I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza:

«Os participantes neste I Congresso Internacional preocupados com o futuro da língua galego-portuguesa na Galiza, empenham-se em recomendar a maior atenção para as conclusões que a seguir se apresentam:

1. O Congresso reafirma que as duas formas do galego e do português constituem um mesmo sistema lingüístico, umha mesma língua.

2. O Congresso reafirma também que a norma que corresponder ao galego tem de ser fixada com critérios científicos e um necessário debate democrático, aberto a todos os especialistas e sectores implicados.

3. O Congresso apoia todos os processos conducentes à plena normalização lingüística do galego que deverá afectar com carácter prioritário ao ensino, meios de comunicação e administração.

4. Os congressistas dos países de língua galego-portuguesa urgem a necessidade de reforçar e multiplicar os intercâmbios culturais e a troca de experiências no interior desta comunidade lingüística.

5. Os congressistas dos países de língua galego-portuguesa instam às autoridades correspondentes dos respectivos países a necessidade da criação de cátedras de Português e de Literatura em Língua Galego-Portuguesa para o ensino universitário na Galiza e a introdução de estudos galegos nas universidades portuguesas e brasileiras. E assi mesmo que se procurem fórmulas para alargar o conhecimento das correspondentes culturas noutros âmbitos do ensino.

6. O Congresso, interessado na necessária qualidade do ensino da língua na Galiza, urge as autoridades que seja confiado com prioridade, para o nível secundário, aos licenciados em Filologia Galego-Portuguesa.

7. O Congresso ratifica-se na realização do próximo encontro deste tipo. Em consequência propom que o seguinte congresso se celebre em algum dos países da língua galego-portuguesa, num prazo desejável nom superior aos três anos.

\* No próximo número aparecerá um resumo do tratamento que o Congresso tivo nos meios de comunicação.

## Actividades da AGAL

A Associação Galega da Língua (AGAL), no seu labor de difusom da problemática lingüística e cultural da Galiza, leva participando, entre outros, nos seguintes actos:

1.—Do 24 ao 30 de Junho de 1984 celebrou-se na cidade de Poitiers (França) o Congresso constituinte da Associação Internacional de Lusitanistas, da que formam parte 4 galegos, três deles membros da AGAL: José Luís Rodríguez, Maria do Carmo Henriques Salido e Francisco Salinas Portugal. Estivérom presentes os dous últimos que apresentárom duas comunicaçoms sobre «A problemática da língua galego-portuguesa na Galiza» e «Aspectos decadentistas na poesia de António Botto» respectivamente.

O galego foi tema de debate em várias das sessoms, podendo-se comprovar a desinformaçom que sobre a problemática da nossa língua existe nos círculos universitários do estrangeiro. O que si ficou claro é que o galego constitui umha norma dentro do sistema lingüístico galego-português e em conseqüência pode, por direito próprio, ser utilizado dentro da Associação.

Foi elegido como presidente o professor Lawton da Universidade de Poitiers e como vice-presidente Maria Lúcia Lepecki da Universidade de Lisboa.

O Congresso acordou celebrar em Inglaterra, no ano 1987, o seu II Congresso.

### 2.—*I Semana da Galiza no Porto.*

Do 2 ao 6 de Janeiro de 1985 celebrou-se no Porto a *I Semana da Cultura Galega*. Houvo exposiçom-venda de livros galegos em colaboraçom com as livrarias Couceiro de Santiago e Leitura do Porto, um espectáculo de música e dança galega polo agrupamento «Castro Floxo» em colaboraçom com a Deputaçom de Ourense e a Secretaria de Estado de Portugal, e um colóquio subordinado ao tema «Problemas da cultura galega hoje» com a participaçom do Professor Doutor Óscar Lopes, Maria do Carmo Henriques Salido e Ramon López-Suevos, todos eles membros da AGAL. Nom pudo assistir o Professor Doutor Carvalho Calero, tamém convidado.

### 3.—*I Jornadas sobre a problemática das línguas da Península Ibérica. O caso galego.*

Os dias 14 e 15 de Março, celebram-se, organizados pola Universidade Autónoma de Madrid em colaboraçom com a Associação Galega da Língua, estas I Jornadas. Os objectivos que se perseguem com estes actos som:

1.º Aprofundar na problemática das línguas da Península Ibérica no contexto internacional.

2.º Analisar os processos de normalizaçom e normatizaçom do euskera, catalán e galego-português, à luz dos últimos estudos de investigaçom lingüística, sociolingüística e filológica.

3.º Analisar a problemática do sistema lingüístico do Ibero-romance ocidental na Galiza de hoje.

4.º Informar à opiniom pública sobre o caso galego.

Entre os participantes salientar a presença de Diego Catalán Menéndez Pidal, Antoni Ferrando, Miquel Pueyo, Maria Helena Mira Mateus, José Nogueira Gil, Juan Carlos Moreno Cabrera, Maite Etxenike Elizondo, Óscar Lopes e Ricardo Carvalho Calero. Salientar tamém a participaçom de vários membros da AGAL em duas mesas redondas sobre «Os processos de normalizaçom e normatizaçom do galego» e «A língua literária».

## Fala-lhe Galego

A NOSSA PÁTRIA: GALIZA  
A NOSSA LÍNGUA: GALEGO

associaçom  
galega  
da língua

AGAL

A AGAL protestou a campaña da «Xunta de Galicia» *Fálalle galego*, por considerar que nom existe umha auténtica vontade normalizadora por parte das autoridades autonómicas, ao tempo que se persegue aqueles que tendo umha prática lingüística coerente, nom seguem critérios deturpadores e oficialistas, como é o caso da Associação Galega da Língua. A AGAL, consoante com o anterior, desenvolveu umha campaña de recolhida de assinaturas contra a política da «Xunta» cujo texto di:

Os abaixo assinantes, alunos e professores dos diferentes niveis do ensino, queremos denunciar:

1.—A falta absoluta de umha política de normalização lingüística por parte das instâncias oficiais em Galiza, sinaladamente a «Xunta», que irresponsavelmente inverte 35.000.000 de ptas. numha campaña que se pretende em favor da nossa língua encanto continua a utilizar como primeiro e segundo idioma o espanhol em escritos, documentos, publicidade, relaçons administrativas, etc. reservando para o galego a categoria de veículo de terceira classe.

2.—A tentativa de impor no ensino e em toda a sociedade galega umha normativa ortográfica e morfológica com a cal se pretende reducir a nossa língua a um simples dialecto e o procedimento e meios (Decreto, presença de inspectores-policia nos centros de ensino, ameaças, marginalização profissional, etc.) utilizados para liquidar as vozes legitimamente discrepantes.

E declaramos nom estar dispostos a aceitar outro idioma que nom seja o da nossa naçom nem a utilizar a normativa que se pretende impor tanto nas nossas relaçons com as instituições como na nossa actividade no ensino.

NOME E APELIDOS	ASSINATURA	D.N.I.	CENTRO E LOCALIDADE
-----------------	------------	--------	---------------------

--	--	--	--

## HIZKUNTZA MINORIZATUEN SOZIOLOGI BILTZARREA

Getxo, 1-5 de Outubro de 1984

Em Getxo, no Polidesportivo «Fadura», do 1 ao 5 de Outubro, celebrou-se o *Congresso de Sociologia das Línguas Minorizadas* com participação maioritária de bascos, abundante de cataláns e reduzida de galegos. Organizava-o a *Soziologoen Euskal Elkarte*a (Associação Basca de Sociólogos) e patrocinavam-no Organismos do Governo de Vitória (Departamento de Prospecção Sociológica, Departamento de Cultura e Instituto Basco da Administração Pública) e entidades privadas (Caixas de Aforros). Encerrou-no o próprio «Lehendakari», daquela Garaikoetxea, com um discurso exclusivamente em euskara.

A ideia de fazer um Congresso Internacional nacera na primeira reunião, em Pamplona (*Iruinean*), do colectivo ou movimento *Iruinean Sortua* (Surgido em Iruinea) aos impulsos de Lluís V. Aracil, Sánchez Carrión, Ruiz Olabuénaga e outros.

Em sessão de manhã e tarde, fôrom ponentes o citado Lluís V. Aracil, membro da AGAL, professor de Sociolingüística na Universidade de Barcelona, cos temas «Minorização e extinção: Tendências, etapas e mecanismos do processo de substituição lingüística» e «Idiomas e sociedades do Sudoeste de Europa: História e Lenda»; Robert Jaulin, etnólogo, discutível e discutido; Juan Covarrubias, professor de Sociolingüística na Universidade de Seton Hall, New Jersey (USA), sobre «Status das línguas minorizadas» e «A glotopolítica e o euskara»; José M.<sup>a</sup> Sánchez Carrión, Sociolingüista, sob o título «Fundamentos para umha teoria da territorialidade lingüística»; e William Mackey, da Universidade de Laval (Quebec), cos temas «Planificação lingüística e utilização social das línguas» e «A planificação da utilização pública e social da língua minorizada».

Nas *mesas redondas*, que ocupárom a maioria das actividades do Congresso, participárom entre outros, procedentes de Galiza, o Prof. Pérez Vilariño, na intitulada «Atitudes lingüísticas»; Xavier Vilhar Trilho, membro da AGAL, professor de Teoria do Estado na Universidade de Compostela, sobre «Questons de legislação» com umhas «Notas sobre caracterização sociolingüística do galego e princípios configuradores do vigente modelo legislativo regulador do seu uso público»; e António Gil Hernández, membro da AGAL, professor de Lingüística Geral no C.U. de A Corunha, sobre «Normatização», do ponto de vista sociolingüístico, isto é, enquanto que a normativa da «Xunta» serve à desnormalização dos usos de galego. Também falou, fora de programa e devido à confusão dos organizadores, o Prof. Alonso Montero em vez de J. M. Montero Santalha. «Yo soy independentista lingüístico, pero no político» foi uns dos assertos do Vice-Presidente, daquela, do Conselho da Cultura Galega. Apresentou, mas nom leu, comunicação Henrique Rabunhal Corgo, membro da AGAL e de *Iruinean Sortua*, sobre «Política lingüística e ecologia».

Permito-me salientar do Congresso, além do temário, desigual e válido, e da organização satisfatória, uns pontos de interesse para a Galiza: 1.º) Sobre a formalização e usos do galego *pudemos discutir (em Getxo!)* reintegracionistas e oficialistas (que os houvo). 2.º) Os oficialistas insistiram em conhecer que francês se institucionalizara em Quebec. Repetidas vezes respondeu-se-lhes que fora o francês da França e nom o anglicizado nas falas quebequenses. 3.º) Os bascos e mormente os cataláns entendêrom melhor o conflito lingüístico galego, também na face da normativa gráfica, e mostrárom-se militantes.

## I ENCONTRO DE ESCRITORES LUSO-GALAICOS MELGAÇO - MONÇÃO (25-27 Janeiro, 1985)

Com grande e activa participação dos membros da AGAL, celebrou-se em Monção - Melgaço o I Encontro de Escritores Luso-Galaicos, cujas conclusões transcrevemos.

### C O N C L U S Õ E S

Os participantes no I Encontro de Escritores Luso-Galaicos propõem o seguinte:

Tendo em conta que a Galiza e Portugal são dois povos que constituem uma só étnia, língua e cultura, mas que até ao presente têm vivido muito afastadas é conveniente acrescentar as comunicações e sobretudo no aspecto cultural e lingüístico.

Por isso, propomos, recolhendo as sugestões das sessões de áreas periféricas e territorialismo:

1.º—Que se incrementem as comunicações por estrada, comboio, avião (Santiago-Porto-Lisboa) eliminando totalmente os trâmites burocráticos na passagem das fronteiras. Também propomos que, sem ficar submetidos ao ingresso na C.E.E., sejam suprimidas as fronteiras.

2.º—Nomeadamente no âmbito das estradas que além da ponte projectada em Valença-Tui, se construa uma ponte (entre outras mais) que comunique as localidades do Peso com Arbo por existir já uma infra-estrutura inicial.

3.º—Damos os nossos parabéns aos concelhos de Monção e Melgaço pela iniciativa de este Encontro e pedimos aos concelhos galego-português que incrementem dia a dia esta classe de intercâmbios.

4.º—Consideramos, aliás, que no intercâmbio cultural e científico (livros, jornais, revistas, etc.) deve desaparecer todo tipo de taxas e trâmites burocráticos para fomentar o desenvolvimento da cultura galaico-portuguesa.

5.º—Consideramos muito importante a implementação de toda classe de iniciativas culturais que visem a aproximação dos povos que constituímos a comunidade luso-galaico-brasileira-africana de expressão portuguesa, tais como a criação de editoras conjuntas, revistas, jornais; cadeiras nas universidades

galaico-luso-brasileiras onde se ensinem outras variantes (realizações) do mesmo sistema lingüístico.

6.º—Tendo presente que o decreto de normalizar a lei de normalização do governo galego atentam muito gravemente contra a unidade estrutural profunda da língua galego-portuguesa, tanto na sua dimensão diacrónica quanto sincrónica, fazemos a sugestão de que se demande desse governo a anulação desses diplomas, por compreender que constituem uma muito grave agressão ao sistema, já que uma agressão ao galego é uma agressão ao português.

7.º—Exigimos toda a classe de garantias para a liberdade de expressão, criação, intercâmbios cultural e científico em língua galega o que hoje impede essa legislação cuja derrogação pedimos.

8.º—Consideramos essencial a criação imediata de cadeiras de galego-português nas Universidades espanholas.

9.º—Consideramos muito importante os escritores galaico-portugueses que se eliminem quaisquer classes de discriminações sobre a língua galego-portuguesa não só na Galiza, mas também no estado Espanhol.

10.º—Achamos muito importante que a estes encontros —além de ser convidados escritores e intelectuais galegos, portugueses e brasileiros— o sejam também escritores das nações africanas de expressão portuguesa.

11.º—Fazemos votos pela continuidade de iniciativas como a presente que visam a aproximação de povos que se encontram tão perto e tão longe e que permite o intercâmbio cultural e científico e o conhecimento das diferentes realidades por entendermos assim que este é o melhor contributo que podemos oferecer não só à nossa comunidade cultural, mas também a toda a Humanidade.

*Monção, 27 de Janeiro de 1985*

## A «Associação Galega da Língua» declara incompetente o Serviço de Normalização Lingüística de Galiza

A «Associação Galega da Língua» (AGAL), associação cultural que está a trabalhar para que na Galiza se consiga o uso normal do galego, perante os graves atentados que se estão a cometer, nomeadamente e nesta altura, por parte do «Serviço de Normalização», dependente da Junta de Galiza, manifesta ante a opinião pública galega:

1.—A mais evidente ignorância e incompetência nos encarregados e responsáveis do «Serviço da Normalização Lingüística», ao propor como topónimos correctos para a língua galega, os vocábulos «Pobla», «Pobra», etc. em lugar da única forma legítima, correcta e científica «*Póvoa*».

2.—As gravíssimas confusões que se estão a provocar ao facilitar como possíveis variantes, formas que estão fora das peculiaridades da língua galega, aspecto que inclusive rejeitam os sectores mais populares, por entenderem que nom som próprias do galego.

3.—Que se explique, perante a opinião pública, que organismo ou instituição está por detrás do Serviço de Normalização Lingüística da Junta de Galiza e que objectivos persegue com estes graves atentados contra o idioma da Galiza.

4.—Que sejam cessados e sancionados os responsáveis do citado «Serviço», pois os danos que produzem, provocam ou podem provocar terríveis conseqüências na correcta recuperação da toponímia da nossa Nação.

5.—A AGAL, finalmente, ao igual que estão a fazer outras associações culturais, trabalhará no processo de re-galeguização dos nossos topónimos e por isso fai um apelo a todos os galegos para que nom permitam que a mais importante senha de identidade do povo galego, seja atacada sem escrúpulos por organismos oficiais que nom possuem nem a mais elementar formação em língua galega nem a mínima intenção de normalizar o idioma galego.

## Para a AGAL a concessão das Medalhas Castelao é umha manobra política perante as próximas eleições autonómicas

A «Associação Galega da Língua» ante a concessão das «Medalhas Castelao» por parte do Governo galego de «Alianza Popular», manifesta perante a opinião pública:

1.—A AGAL considera este facto como um claro acto eleitoralista ante as próximas eleições autonómicas, pois «Alianza Popular» sabe que o *galeguismo* é um produto que se vende e por isso continua com a *cirimónia* de confundir sistematicamente os galegos, aproveitando para isto o nome e figura do *mais ilustre dos galegos* que defendia, justamente, concepções políticas e culturais que fôrom reprimidas e *som reprimidas hoje* também polo Governo galego de «Alianza Popular».

2.—A AGAL quer deixar bem claro que o galeguismo que pretende vender «Alianza Popular» é, simplesmente, um produto para situar-se, curiosamente, em Madrid.

3.—A AGAL entende que hai um evidente sistema de reparto «a oito» de umhas medalhas, aspecto que poderá ser normal e habitual para as próximas concessões.

4.—A AGAL entende que no momento presente nom se pode sustentar a *ficção* com Castelao (Fundação, Concessão de Medalhas, etc.): quem segue umha política de achegamento ao centralismo, já nom pode apoiar-se em Castelao e quem nom é reintegracionista tampouco pode nem deve apoiar-se em Castelao.

5.—A AGAL nom entra nos merecimentos pessoais, científicos e mesmo patrióticos das nove pessoas premiadas.

---

**RECENSONS**



## POESIA E PROSA DE JOSÉ MARIA BREA

Por M. DUMBRIA

Damos por certo que esta «Carme García» responsável da edición de *Poesía e prosa* de José Maria Brea (1), é a mesma —a mesma, só que um pouco outra— que colaborou, co nome de «María do Carmen García Rodríguez», na edición das *Cantigas de amor, de escaño e de louvor* de Afonso X o Sábio. A mesma, só que um pouco outra —como diría D. José Ortega y Gasset—, pois o nome —como vemos— apresenta variantes, e outras diferenzas podem registrar-se nos respectivos critérios editoriais.

Aplaudimos o feito de que a referida senhora se decidisse a consagrar o tempo necessário para a recuperación de um poeta local —outro rianjeiro— tanto mais canto que o próprio Concello de Rianjo —*Concello de Rianxo* na ortografía governamental e municipal— subvenciona a edición; mui pulcra e bem disposta, ainda que adoeça de certos falhos de artesanía tipográfica. O lombo despedido do livro —que excede as cento trinta páginas de papel de muito corpo— pedia o nome do autor e o título da recadádiva (2). As rúbricas dos poemas, cando as hai, nom deveriam compor-se no mesmo tipo de letra que os versos, tanto mais canto que os títulos das prosas vam compostos em letra distinta.

Além da «Introducción» da editora e os textos de Brea, o livro inclui «sen ningunha modificación» (3) o prólogo que o difunto poeta comarcal Faustino Rei Romero, «o descubridor de Brea e a súa obra» (4) tivera preparado para umha antologia *non nata* do poeta de Inhobre, assi como uns versos que a este dedicara co mesmo ensejo outro vate local.

Os textos de Brea som numerosos, diríamos que exaustivos, o que nos parece mui

bem. A finalidade do livro nom pode ser enriquecer a poesía galega com novas aportaçõs de valor substantivo. Brea morreu demasiado cedo para ser algo mais que um poeta em agraz. Pouco importa que Manuel António nom atingisse mais idade. Cada quem amadurece segundo a precocidade virtual dos seus gens. Brea nom chegou a madurar, e nesse sentido nom podemos considerá-lo «como un dos grandes poetas do seu momento» (5). Funda-se esta afirmação da editora na consideração dos poemas de Brea que seguem a escola de Amado Carvalho e a de Manuel António. Mas o mesmo feito de ser nesses casos a poesía de Brea umha poesía epigonal impede que lhe convalidemos o título que generosamente lhe outorga a sua paisana. Como discípulo do pontevedrés, é certamente o mais fiel e exacto dos seus seguidores. Isso mesmo limita as suas possibilidades de expressom persoal. Canto às suas conexõs com Manuel António, está claro que Brea só assimila —a julgar polas mostras— certos motivos e certo tipo de images do autor de *De catro a catro*; mas nom pudo ou nom quixo libertar-se decididamente do sonsonete da rima, e menos dar o salto da metáfora descritiva de umha realidade à elaboração visionária de estampas criacionistas. Brea talvez seria quem, num futuro que nom lhe foi dado, de atingir um caminho próprio. Mas, na verdade, só aprendeu a seguir com perfeita familiaridade os caminhos animados da comédia da natureza do hilozoísmo amadocarvalhês, e encetou as singraduras polo mar manuelantoniano, mas sem soltar as amarras, sem levar sequer as âncoras, afastando-se mal do peirao e abstendo-se de sair a mar aberto para tropeçar incriveis Flori-

(1) Xosé María Brea Segade, *Poesía e prosa*, Edición ó coidado de Carme García. Subvenciona o Ilmo. Concello de Rianxo. Santiago, 1984.

(2) Em troca, repete-se inexplicavelmente o pé de imprensa na mesma página, 2, sem mais variante que distribuíse, primeiro, em três linhas e, imediatamente depois, em duas.

(3) *Ob. cit.*, p. 11.

(4) *Ibidem*.

(5) *Ob. cit.*, p. 10.

das. Foi, pois, Brea um poeta malogrado, bem dotado sem dúvida, e el mesmo, se publicou tam pouco, devia ter consciéncia de que nom topara ainda o seu caminho.

No entanto, está mui bem que a editora se tomasse a moléstia de reunir todos os versos e as prosas que de Brea se conservam, mesmo os borradores e as cartas. Só que o interesse do livro é um interesse erudito, para professores de Literatura Galega, e, com certeza, para os rianjeiros em geral. Nós, os estudiosos, recuperamos um poeta, e podemos completar um algo o capítulo do hilozoísmo na poesia galega. Eles, os rianjeses, rendem um lógico tributo a umha distinguida personalidade local, o que prova espírito de responsabilidade municipal, ajeitado sentido de cultura e boa política de promoçom literária.

Os textos, como declara a editora, e assi o cremos, están reproduzidos com absoluta fidelidade. Como era de esperar, a senhora Garcia, filóloga profissional, nom se soma ao moderno escândalo «das amas e das tecedeiras», que consiste em dar-nos ediçoms dos nossos clássicos nos que estes aparecem expressando-se com sujeiçom ao Decreto Filgueira de normativizaçom (6), espantoso poder de retroactividade legal que nom se enerva polo decesso do autor da obra editada, obrigado ainda *post mortem* a obedecer as leis da ortodoxia lingüística. Sem embargo,

na publicaçom que comentamos, a ortografia é revisada «segundo a normativa oficial deste momento» (7). Aqui parece apontar-se já um certo pruído pedagógico. Ediçoms com ortografia moderna de autores desaparecidos, nom nos merecem objecçom algumha, sempre que a ortografia nom falseie a fonética. Mas a editora incorre num maior excesso de zelo dando a pé de página, para aquelas palavras susceptíveis de comentário, «a forma que hoxe se considera normativa» (8), fórmula em que, evidentemente, o pronome *se* nos remete de novo ao mencionado Decreto. Assi, o livro adquire um ar docente que o afasta do modelo científico. Parece-nos bem que se aclarem termos obscuros, mas que se diga ao leitor o que deveria escrever Brea se nom morresse antes de que o senhor Filgueira referendasse o acordo Instituto da Língua Galega-Real Academia Galega, ou —o que é o mesmo— o que deve escrever o leitor se se apresenta o caso, antolha-se-nos umha concepçom escolar do livro que está fora de cacho se aquel nom se destina ao ensino dos castivos, a menos que se oriente para a desintoxicaçom de reintegracionistas.

Nom constituem a menor atracçom do volume, os lizgairos esboços debuxísticos do próprio autor, mui acertadamente incorporados à ediçom dos seus textos.

(6) Hai umha tradiçom jurídica romana, perpetuada até os nossos dias, que designa um texto legal aponhendo-lhe o nome do seu promotor ou o seu roborante: *lex Aebutia*, *lex Julia*, *ley Moyano*, *ley Azafia*, *ley Villar Palasi*. Nom hai razom para prescindirmos desta cómoda nomenclatura no que di respeito ao nosso pais galego.

(7) *Ob. cit.*, p. 10.

(8) *Ob. cit.*, p. 11.

# LIBROS E AUTORES GALEGOS, I e II

Por Aracéli HERRERO

Nom cremos que haja nengum mediano conhecedor da literatura galega contemporánea que nom tenha lido ou mesmo estudado a *História da literatura* do professor Carvalho Calero, cita obrigada em todo trabalho sobre literatura galega. O livro explica, ilumina e abre novos camiños, é como a árbore da que podem ir agromando ponlas, aínda que às vezes se lle intente fazer espúreos enxertos por aqueles que, esperpenticamente, pensam que para sobressair num estudo convém adoptar unha postura iconoclasta que o que fai é denotar infantilismo.

Propomo-nos hoje comentar os dous volumes de *Libros e autores galegos*, do professor Carvalho, mais esta nossa disquisiçom inicial nom nos parece inoportuna num momento em que menudeam trabalhos, e mesmo volumes, que omitem desonestamente citar a *História da literatura galega contemporánea* cando nom só acham nela inspiraçom ou dados, senom riquíssima fonte para exercer o plágio.

Poderám engadir-se novos dados à matéria ali recolhida, uns suporiam meras anotaçoms, outros, desenvolvimentos, outros, complementos no tempo, bem cara atrás ou cara adiante. Todo isto precisamente, e por mau do mesmo autor, é o que, em linhas mui gerais, supõem os volumes que hoje comentamos. Viriam ser, pois, como satélites que gravitassem arredor do manual de literatura galega, a literatura galega por antonomásia.

O seu autor di-nos no limiar do volume II (perfeitamente extensível ao I): «en certo xeito cabe contemplar como un complemento da *História da literatura galega contemporánea*. Endebén, este libro non é en modo algun a continuación daquela obra». E así é, a *História* é un manual; estes volumes som recopilaçoms de trabalhos; a organizaçom e a estruturaçom da matéria é diferente.

Da polifacética actividade do professor Carvalho, o seu carácter de crítico literário foi desde sempre o que mais nos sorprende. Só um grande amor à Cultura Galega pode justificar tal esforço. Mas no trasfondo estaba Galiza, e como nos di num dos trabalhos destes libros, «cando se ama, todo lle lembra a un o seu amor. Lin unha novela policiaca e escribin un artigo sobre literatura galega» (p. 394).

Por isso, ao tomar estes dous volumes nas maos nom podemos menos que recordar aquel verso do seu autor: «Podedes-me borrar do libro de ouro», começo de um poema no que se recolhe a sua mais sentida e contida queixa contra o silêncio hostil que já daquela, cando se compuxo, começavam a intentar cernir sobre el.

Estes dous volumes de *Libros e autores galegos* que todo professor de galego conhece, cremos que deveriam ser os preferidos do autor. Sabemos que tem que sentir unha grande satisfacçom ao contemplar nom já o seu trabalho, que como el di está em contínua revisom, senom a perfeita feitura, a cuidada impressom e a esmerada composiçom. Vaia, así, a nossa noraboa à Entidade e à Fundaçom que fixérom possível que se editassem.

Falávamos de «todo professor de galego», mais a verdade é que este nom é essencialmente o público destinatário dos trabalhos que se incorporam no livro. Os artigos, publicados através da longa vida do autor, em mui diversos meios, gozam de altura científica característica de Carvalho, mas tamém do seu propósito de chegar as gentes à nossa literatura e nom precisamente falando nécio ao vulgo, como dicia Lope. Nom é preciso ser especialista, os trabalhos som como unha charla amena com o leitor numha longa viaxe cara a adentrar-nos na literatura galega. Tenhem tal amenidade que poderia levar-nos

a defini-los como livros de leitura mais que de consulta. A verdade é que delatam o carácter de literato, narrador e escritor, que subjaze baixo o assepticismo do seu-tamém lavor científico.

A leitura destes livros supom umha verdadeira e variada delicia, umha delicia que deixa no leitor o gosto pola verdadeira literatura e o interesse polos autores que se abordam, e incita e anima ao seu conhecimento.

Mas este nom é só o propósito do autor, a crítica literaria é precisa e necessária para sacar a frote umha literatura galega digna. E assi nos di: «E difícil que prospere a poesia onde non existe a crítica. E indispensábel promovela antre nós. Os poetas han renunciar á baixa satisfacción de dormir sobre xenerosos loureiros. Son os primeiros interesados en que a sua obra se analice cun criterio xusto. Ceibe de compadros de polavila e táticas convencións de mutua propaganda. Menos adxectivos ditirámicos e umha valoración máis ouxetiva das realizacións é o que require o prestixio das nosas letras». (t. II, p. 383). Mas este assepticismo nom supom desbotar os géneros menores da nosa literatura (a lingua galega deve ser potenciada. Pode ver-se no tomo II, onde defende o cultivo da literatua policiaca e de quiosque, com exemplos tam peculiares como a moça obreira que deseja ler umha novela rosa. Porque a literatura popular é tamém necessária e precisa; hai um leitor com formaçom literaria que preferirá ler Mourullo, outros terám outras preferências. O que nom deve o escritor é someter-se ao público, «alleará a sua personalidade de artista, avincallándose a un amo por motivos económicos, psicolóxicos ou patolóxicos» (p. 399).

Carvalho propom a integridade do escritor, «umha poesia universal e eterna en que o noso espírito diga a canción de sempre coa sua voz de hoxe» (p. 383), «un poema pode ser bo ou mau independentemente de que o seu contido ético sexa xusto ou inxusto... O absurdo é crer que abonda com escoller eses temas para facer un bo poema e que o volume do berro ideolóxico suple a altura do ton poético» (P. 332). O leitor com formaçom literaria nom deve sentir-se envergonhado do seu «total ou parcial esteticismo que semella insolidaridade cos que padecen a inxusticia. Marx soía citar a Goethe, mais antre nós hai quem cre que esa conducta era impropria de Marx» (p. 403).

Assi, pois, Carvalho nom é só o crítico, que como el di deve explicar, nom valorar (p. 349), é tamém o grande afeiçoado á literatura que, sem pretensons de árbitro ou dirigente da vida cultural do país, senom consciente da, nalgum tempo e ainda um pouco hoje, depauperada e desnortada situaçom, contribui a que trascenda das eivas que a tolhem, do

provincianismo estéril, do prejuízo sociolóxico que confunde arte e política social, do prejuízo tecnolóxico que confunde arte com técnica artística, etc., para que a literatura galega acade un posto ao par das literaturas universais, sem exclusions de temas ou formas, com autenticidade. E bem é consciente dos perigos que esterilizam o lavor do escritor cando aconselha aos moços, ao prologar os seus livros, que a modéstia, o trabalho e a autocritica sejam os seus mentores, desejando-lhes que, longe deles estejam a arrogancia, a preguiça e a soberba, que tantas dor-nas fixérom naufragar (p. 346).

Polo que até agora vimos e expomos vé-se que se bem estes volumes fôrom contemplados como complemento da *Historia da Literatura*, frente a ela som livros nos que se filtra a personalidade do autor, aquel era o trabalho de um crítico, nestes conflui o crítico com o professor e com o home que revela mais claramente quais som as suas preoccupaçons, quais som as linhas maestras que delimitam a sua obra e a sua vida entregada a Galiza. Hai nestes livros mais lavor divulgatório, motivado pola génese deles. E como os trabalhos pertencem a distintas épocas, a teor dos tempos e das dificuldades passadas están mais ou menos claramente expostos os seus propósitos de acadar para as letras galegas expansom, elevaçom e prestígio, que á sua vez conlevem a promoçom da nosa lingua.

A variedade dos temas tratados dificulta chegarmos a conclusons globalizadoras, mas todos os trabalhos tenhem a profundidade, a amenidade e, ainda que assombre o que imos dizer, a graça e ironia que caracterizam a personalidade do professor, que nom costuma desfazer-se em cumprimentos se bem tem a delicadeza de criticar, fiel aos seus principios, sem ferir, por severos que sejam os seus juízos.

Alguns dos trabalhos som para nós velhos conhecidos. Mercè á generosidade do autor, já desde o bacharelato em Fingoi fum fazendo-me com eles. Lim algum, arqueei outros, alhea a que ia encontrar na literatura galega grandes satisfaçons.

Cremos que foi um acerto a recopilaçom e publicaçom destes trabalhos em dous volumes. Saírom do prelo respectivamente os anos 1979 e 1982. O professor Carvalho contou para a preparaçom dos volumes, como di no limiar, com a colaboraçom de dona Lydia Fontoira Suris, ajudante de Classes Prácticas no Departamento de Filologia Galega da Universidade de Santiago.

O volume I leva por subtítulo «Dos trovadores a Valle Inclán». Assi pois, a orde é cronolóica. Ainda que, como di o autor, a época de composiçom foi variada: uns som fruto de mocidade e outros de senectude. O período

cronológico literário que comprende é moi amplo, mas cumpre ter en conta o hiato que supoñem os chamados séculos de silencio: non hai desproporçom.

Canto à literatura medieval, suficientemente traballada e coñecida, aporta Carvalho aquelas observacións e matizacións que complementam e precisam o labor de outros eminentes estudiosos. De todas as formas som de grande interese as aportacións ao estudo e discussum das orixens do lirismo galego-português, e a matización ao considerado silencio da literatura galega e portuguesa posterior à separaçom.

De menor importancia, se bem nom carentes de interese, som as noticias de autores desconhecidos da nosa literatura renacentista.

Singular no volume é a aparición de estudos sobre autores de orixe galega com obra en castelhana. Dizemos singular já que a delimitaçom de literatura galega para Carvalho, como tem indicado freqüentemente, obedece a critérios lingüísticos, mas convém ter em conta que o título de *Libros e autores galegos* indica já que o centro de interese é a galegidade. Concretamente, no caso de Valle Inclán, vemos nom só o acerto do estudo e o reflexo das linhas metodológicas da crítica caleriana: Carvalho nom se deixa levar por patrioteirismos desafortunados. Indudavelmente os estudos sobre Valle Inclán que se incluem no volume supoñem para a crítica deste literato umha fundamental e interessante aportaçom.

Canto aos autores do nosso Rexurdimento exclui-se Rosalia já que a cantidade de trabalhos sobre a poetisa, à marge do contido na *História da Literatura*, que fam de Carvalho o máximo coñecedor, aconselhárom a sua publicação num volume monográfico: *Estudos rosalianos*.

O volume II, subtítulado *Século XX*, abrangem un período menor de tempo e forma um bloco mais compacto.

Se o volume I supunha umha ajuda, um enramado para unir e encher as lagoas da nosa literatura, umha aportaçom de distintas peças de um puzzle incompleto, neste volume, dado que precisamente o autor é o mais destacado coñecedor de literatura contemporânea, o que se recolhe supom iá fundamentalmente complemento da sua grande *História da Literatura*.

O volume apresenta um carácter mais homogéneo, mais articulado: divide-se em blocos. Como o professor tem dito, os censos generacionais som sempre discutíveis, mas rentáveis para umha ordenaçom.

De novo, vemos as linhas maestras da crítica de Carvalho: os autores som contemplados no seu contexto, dentro do panorama da

cultura galega e, em casos concretos, na sua vinculaçom à literatura universal.

Reconhece-se a formaçom do autor, home do Seminário de Estudos Galegos e seguidor do espírito de Nós. Manifesta-se-nos de novo como home de bastíssimas leituras. E canto à cultura galega, revela-se-nos o home que viviu para e por Galiza; um dos melhores coñecedores da realidade que lhe cadrou viver. Vê-se perfeitamente que nem a crítica amical, nem a identidade ideológica nem o afâm de protagonismo tenhem cabida nestas páginas. O seu espírito asséptico e relativista, nunca dogmático («no tabuleiro de xadrez, hai tantos casetos brancos como negros... o branco e o negro misturam-se no gris», di na página 376) fai que os estudos gozem de umha honestidade e seriedade que, por fim, parece hoje prender já na crítica galega, que tivo nel um precursor e tem hoje o modelo, modelo silenciado, mas seguido. Imperdonável é a omissom da sua persoa e pluma em homenages e publicaçom monográficas, omissom que nom conduzem mais que a pobres estudos e a intransigentes opinions. «Ao que naceu onte, o seu nacimiento parece o primeiro instante da creaçom. De aí eses xuvenis purismos, esas inxénuas excomunions, eses pueris anatemas» (p. 342).

Um dos blocos mais destacáveis no volume é o adicado a Cunqueiro. O critério seguido para o estudo deste autor, como para Risco, é contemplar e abordar a sua obra globalmente, sem excludons da sua obra castelhana.

Situados como hoje estamos numha leitura destes livros, nom podemos menos de salientar tamém o bloco de posistas da posguerra. Abrange 12 artigos, é o mais amplo e sem dúvida é o período que hoje na literatura galega adoece de umha crítica de menor seriedade. A falta de perspectiva, e de tempo que no seu decorrer vaia, como diria Carvalho, separando a farinha do farelo, e arrumando aqueles blufs criados artificialmente por camarilhas e intereses editoriais, fai que estes trabalhos sejam de inestimável valor.

Muitos destes artigos, como outros do autor, gozam de títulos sugestivos e atraentes (esta é umha das características do autor: o cuidado na sua escolha) e desde logo, operativos canto a que o propósito era despertar a curiosidade e achegar o público à sua leitura.

Carvalho é um infatigável traballador e destacado literato, se a isto unimos a sua capacidade crítica e o seu espírito ético, temos o resultado de um labor que merecidamente analisa o doutor García Sabell no prólogo ao volume I:

«Ao meu ver, e polo que se refire aos datos obxetivos, as notas distintivas dos trabalhos do profesor Carballo Calero poden apreixarse neste sucinto feixe: fiabilidade das pescudas

documentais. Selección intelixente desas mesmas pescudas para que sirvan ao lector en función do entendemento personal e histórico do autor que sexa. Trabazón deses datos co conxunto dos vectores culturais nos que o autor estudado andivo inserto. Matización finísima das semellanzas e das diferenzas de cada individualidade coas individualidades parellas do seu tempo. Tacto e sensibilidade estéticas sumamente afinadas para sopesar o que no autor estudado queda como valioso e o que resultou, ou vai resultar, perecedeiro. Ausencia de sectarismo e de superficialidade, dúas cousas que decote camiñan xuntas. Estilo expositivo cinguido, claro e elegante.

E non esquezamos, para completar o aquí dito, que todas esas notas manan dun home,

Ricardo Carballo Calero, cúa personalidade está integrada pola honestidade a ultranza, a buida intelixencia disectora, as sabencias máximas e a entrega incondicionada á verdade obxetiva. En resúmen: a entrega á máis estricta ética cultural».

A verdadeira definición destes libros, se bem aplicado ao volume II, estensível ao I, deu-no-la o seu autor numha carta particular, da que já nalgumha ocasiom falámos. Nela dizia: «*De Libros e autores galegos, tomo II*, chegárom-me as probas de página. Som 400 ¡Oh, Senhor! Som 400 carta de amor à Senhora Dona Literatura Galega, que se mostra davondo esquiua. Mais, como dizia Machado: «Nadie escoge su amor».

## PUBLICIDADE

# AGÁLIA

*Nacemos na primavera  
crendo no noso futuro*

## SÉTIMA SOIDADE\*

Por M. MATO

*Sétima soidade* é o livro que mereceu o «Prémio Esquio» o ano 83. A sua autora, Pilar Pallarés, já publicara outro poemário, *Entre lusco e fusco*, o ano 80. Irregular e vário no seu contido, este primeiro livro oferecia duas linhas caracterizadoras: a exaltação dorida ou acusadora perante umha pátria impotente, em poemas como o dedicado aos patriotas e labregos que loitáram contra a ocupação das Encrobas, e o tom angustiado face à vida, ao amor e à morte. Os poemas de amor de *Entre lusco e fusco* preludiavam esta *Sétima soidade* no sentimento desesperado do Amor e na ausência do Amado, temas que a autora vai tratar com profundidade e madurez neste livro.

*Sétima soidade* é, pois, um livro de temática amorosa escrito desde o fundo radical do Ser, desde os recantos e as suas origens mais secretas. Um livro escrito com a exigência formal de umha poeta com o seu ofício ganhado, mas escrito também com a originalidade de umha personalíssima concepção do amor e da vida, nos que a soidade e a destruição pressentida deixam umha pegada aterecida.

Hai nos poemas umha geografia agónica que apreija umha impossibilidade radical na atmosfera de destruição que a poeta manifesta com resignada melancolia. Assim no poema «Cando veña a rapina»:

*Cando veña a rapina  
a buscar-me,  
cando veña a rapina  
e me leve para sempre,  
nen oco deixarei  
que fale de que un día  
estiven,...*

Resignação e calada despedida ao que foi um próprio, doce e desamparada a um tempo

*estarei quizás un pouco só,  
moi triste contra a tarde,  
despedindo os camiños,  
os días que xan non correrán no calendario,  
esta códia fervente de grilos e raíces  
na que sofrin bastante,  
na que afinquei o amor até a ferida.*

na certeza de ser logo mais nada

*pasei un pouco polas cousas  
pasaron atrozmente sobre min,  
pendular choqueiriño tremecido,  
oscilando,  
vibrante monicreque cara ao nada.*

E soidade percorre poema a poema essa personalíssima geografia, em progressom para o irremediável.

*Estar só de ti  
é estar a sós comigo frente ao mundo...*

*Estar só de ti  
é estar chea de dúbidas,  
espantos,  
paseios polo inferno dunha espera infinita...*

Essa soidade é mais enorme, fai-se mais possuidora e radical ante a consciência de que o mundo exterior é nada ou um penoso silêncio. O poema *Entre ti e min* é definitivo. A sua/nossa luita, os berros, os cócteis molotov, a torre de Belvis, Bonaval, as horas, som tristes ausências, só. O encabeçamento, fragmento de um poema de Méndez Ferrim, é

premonitório: «Porque antre os dous hai un río/ de tristísimo outono». Precisamente as outras citaçons, no primeiro poema, som tamém tremendamente significativas; som o prelúdio: sofrimento do amor na impossibilidade ou na auséncia.

A última parte do libro *Derrota das derrotas*, solaga-nos na chegada do definitivo silencio. Assim o poema *Retomo o fío do tempo*:

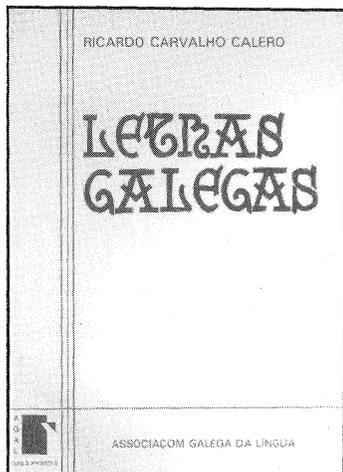
*Retomo o fío do tempo e alongo a miña voz  
unha vez máis aínda retardando a chegada  
do definitivo silencio dese día que ha vir  
encher de sal e tevra o espazo do meu peito...*

Mas mentres hai dor, hai esperanza. Por isso, a última esperanza é o nom sofrer:

*... e te deixe marchar sen dor, sen raiva apenas  
cun pladoso cariño de irmá ou compañeira  
só cun pouco de mágoa de ver como te perdes...  
... pero xa  
xa non terá importancia  
porque ao fin terei vencido o meu amor por ti.*

Devemos agradecer um poemário amoroso de grande qualidade. Nom foi o amor um tema nem excessiva, nem profundamente tratado na poesía galega. Por isso, o alto grau de qualidade ao que chegarom alguns poetas novos, embora desde atitudes vitais mui diferentes em esta galáxia, é mui importante na história da nossa cultura, escrita dia a dia com esforço de ánimo.

(\*) Pilar Pallarés: *Sétima soidade*, Colección Esquio de Poesía. Edit. por Sociedad de Cultura Vall-Inclán, Ferrol, 1984.



Um livro fundamental de um clássico da investigación lingüístico-literária do nosso país.

# PAIXOM E MORTE DUM CONDENADO\*

Por César-Carlos MORÁM FRAGA

O primeiro poemário de Henrique Rabuhnhal apresenta umha complexa unidade e umha fundamental estruturação.

O autor, activo militante do grupo poético da «Quente Ilha», assume o contexto sociocultural onde se insere, vive e lateja o cidadão comprometido na Galiza de hoje. Nom é por acaso que o livro esteja estruturado de jeito que, coas mínimas ideias nucleares, trada o propósito de abrangê-lo todo, mercê às diversas leituras possíveis.

Precede-o um pequeno «Proémio» do professor Carvalho Calero, quem, coa sua habitual literaturidade, desenha as unidades significativas de maior relevo.

Tal ideia ou concepção estrutural mostra-se em três eixos ou níveis: na composição geral do texto (que possui umha linha argumental), na feição dos poemas (paralelismos, antíteses, progressions...) e no emprego de umha terminologia científico-filológica.

O primeiro nível, acorde coas funções da language, apresenta *poemas narrativos* (estético-referenciais) que —verdadeiros elos da cadeia argumental— aparecem em tempo presente: «aquele final/ outravolta começado/ as tenebras fam-se/ omnipresentes e inteligíveis» (p. 16) ou no imperfeito do indicativo: «o tempo era umha nuve desacougante/ despedindo-me solene/ entre lumes de aborrecimento/ entre bágoas de frio ferro» (p. 22); *poemas com incidência num destinatário* (estético-conativos), materializado este numha sorte de leit-motiv: o vocativo «nena», «em que o género —lemos no citado «Proémio»— é umha sublimação do sexo» (p. 3); e *poemas reflexivos* (estético-emotivos), onde o trágico intimismo dominante se individualiza até o mais fundo auto-questionamento: «quem saberá que fum pomba encarcerada?» (p. 34).

A anáfora e o paralelismo na forma externa do poema tenhem por engadido a progressom: «escrevo e penso/ penso e ódio/ ódio e amo» (p. 11), com toda a sua carga intensifi-

cadora no plano semántico, sem que podamos silenciar o uso do parêntese, mesmo de chaves gráficas:

«o sol morria }  
aquele dia } fatigado {chorando calado  
} {de angústias} (p. 10)

ou a disposição caligramática:

«um soto de milho enternecido  
o veraro caía

e  
m  
  
p  
i  
c  
a  
d  
o

ficavam amortlhados ronseis de  
sepulcros frios...» (p. 12)

Do ponto de vista lingüístico, o léxico dinamiza-se com ousadas derivações que criam advérbios novos: «sempremente» (p. 7), cultismo novos: «...pola noite omnia» (p. 14). A terminologia científico-lingüística atinge valores especiais na semántica do texto: «Fricativizo-me velozmente» (p. 36), «som um ponto e aparte» (p. 7), «mimo as feridas dos meus pés/bilabiais/oclusivos/e xordos» (p. 54). Metalinguage que se intensifica no verso: «significado ducrot-todoroviano» (p. 13).

Os binómios *vida/morte*, *amor/lódio*, *quente (vida)/fria* (morte, noite), circunscrevem o núcleo semántico do poemário, a *noite*: umha noite simbólica que nom é a «longa noite de pedra» de Celso Emilio nem a «noite obscura da alma» de San Juan de la Cruz. É todo ao mesmo tempo: é a noite *omnia*, umha *noite-morte* que fala «amodinho sem espertar os mortos» (p. 15), mais nom desprovista de con-

tido, nom baleira (a ambigüidade impom múltiples leituras), senom portadora de luzes ou mensaxes reconhecíveis.

Porem, a *noite-morte* é também *noite-vida*, pano de fundo ou *tempo do amor*: «...nom quer acostar-se a noite/ nena/ sem ver-nos já apertados (...) que medo nena que medo! já dorme velha a noite! e eu sucumbo gólgota/ morto manhá já e onte» (pp. 19-20).

O campo semántico da *noite* —«morte», «frio», «escuridade», «negrura», «trevas», «brétemas», «medo», «pedras», «neve» (por «fria», nom por «branca») — mistura-se co do *amor-esperanza* que a morte assassina: «vida», «nena», «humanidade», «felicidade», «comuna de amor», «folerpas» (por «brancas», nom por «frias»), «Primavera», «brancura». A intersecçom de ambas agoma numha crisaçom sangüinolenta, onde líquidos eflúvios de agresividade física transgridem conotaçoms de estética romántica:

*«nuves de seda ensanguentada  
calam berrando  
no frio leito»* (p. 28)

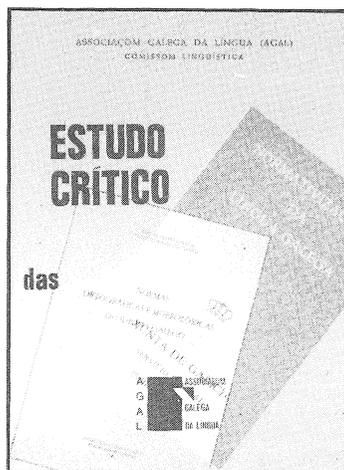
O sujeito da obra, um «eu» pluridimensional que por vezes a si próprio se canta —«cançom e vento/ para o home escravo/ para a vida eterna/ cançom e vento» (p. 67)—, dirige-se em segunda persoa a um objecto ou confidente, desdobrado em «mulher» e «Terra» (destinatários do «amor»), onde se inscrevem os subtemas «pátria» e «Língua». Como pode ver-se, a funçom referencial da language manifesta-se no sentido de o autor assumir o contexto sócio-cultural, ideia que apontávamos ao começo. Além disso, a *dimensom espacial*

da «terra» —co duplo valor categorial que lle confere a conjuñom do universal e o concreto— atinge um maior realismo ao se enlincar na roda do «tempo». Desta arte, a *dimensom temporal* dinamiza o espaco cénico do condensado num constante fluir imaginativo. Mais nom é casual que o pensamento avance do futuro ao pasado (manhá → hoje → onte), pois a trágica situaçom presente do «eu» colectivo nom ignora as suas causas históricas: «o sangue dum povo/ fusilado/ polo batallom do tempo/ e as armas do império» (p. 47). Assi se comprende o desacougo do home vinculado à terra que precisa a perspectiva do pasado para umha projecçom de futuro. O desacougo é gradual: «queria sentir-me terra» (p. 32), «gemera tensa a terra» (p. 33), «as horas eram terroristas» (p. 35).

Todo vai confluír, ao cabo, na situaçom alienada do sujeito colectivo que, estilizado agora numha forma poética, agarda desacougado a campá derradeira que o condena «fria desde o alto das pedras» (p. 68). No decurso da espera nocturna, pode —com Baudelaire— escrever «aos camaradas do inferno», abrasando-se «no medo da neve/ branca neve fria/ fria neve tola/ tola neve assassina» (p. 53); pode exclamar —com Machado e Aleixandre—: «fagamos caminho en nós/ içemos em fecunda espiral/ a espadas e lábios» (p. 63); ou pode —com Elliot, Ezra Pound, Luís V. Aracil e os seus companheiros da «Quente Ilha»— denunciar o medo a estar da parte dos vencidos:

*«nós escolhemos a morte  
pra vivê-la cada día  
ai do que a vida escolha!»* (p. 69)

(1) Eds. do Castro, Sada - A Corunha, 1984.



um libro no que se estudam os principios que ham de dirigir a escrita correcta do noso idioma.

## MANUEL MARIA: NA HORA JUSTA DA OLHADA CARA A DENTRO\*

Por Henrique RABUNHAL

Manuel Maria gosta de ser home nas específicas pedras que no espaço entretecem os tempos particulares. Assim é que trás abraçar a carne do existencialismo, do paisagismo, do social-realismo, quando estes dísticos faziam sulcos na produção literária nestas partes de Europa, agora, coa publicação d'A *luz ressuscitada* e, anteriormente, coa aparição dos *Versos do lume e o vago-lume*, o poeta de Outeiro de Rei sintoniza cos ventos de intimidade que comovem a eclódica chalana poética galega. A sua aporção, neste contexto áureo, verifica-se desde o seu estádio singular de poeta madurecido. A sua escrita nasce tal árvore ou rosa desde a sua fidelidade, como bom chairego, à ferverença de aldeia. Fiel também a esta hora suma-se à já histórica e tradicional luita pola re-comunicação galego-portuguesa. Evitaremos aqui, obviamente, fazer umha revisom da sua vastíssima vida, inaugurada em 1930, e da sua vastíssima obra, que inclue umha trintena de títulos.

Golpeado pola humildade e fundido num hábitat ecolgal, portador dumha sabrosa e intensa voz, trasluz ao viver um grande segmento de história da nossa nação. Baixo essa aparente meridianidade, acocha um amplo conhecimento do fluir literário e político da pátria que canta e ama. Além desses feridores olhos deita-se a mente dum autêntico erudito. O seu bimêmbrico nome casa com aqueles que conformam essa fonte nobre, firme e inesgotável na que bebem as novas gerações galegas.

Antes de mais convém anotar a conexão existente entre os dous livros que comentamos. Se bem há diferenças, pequeneiras, é perceptível a vigência dum mesmo corpus de preocupações quer de forma, quer de conteúdo. Predomina, em ambos poemários, um (radical) intimismo, resultado da incorporação, ao carro da literaturidade, das vivências

mais próprias, dos objectos mais próximos, dos familiares, é um dizer, mais insubornáveis. As vezes revive-se e reconhece-se parte do caminho vital andado, «Esta é a hora justa/da olhada cara adentro». Mas nom todo é retrospecção. N'A *luz ressuscitada* o presente (Olho, contemplo, esculpo, espio) serve para introduzir a espada do verbo «no lugar mais fondo/intimo e secreto de nós mesmos». Esta imersom no próprio eu, com grandes doses de auto-exibição, desenvolve um discurso lírico ao que tenham sido convidados todos quantos objectos e eventos som, em certa medida, configuradores desse próprio sujeito lírico. O poeta é sombra e rio, semente e noite e mais Outono. A que objectos nos referimos? A tipologia, bastante complicada, comprende diversos ingredientes. A saber:

a) Animais: o poeta antologa, com carinho e delicadeza, aqueles animais que lhe som intrinsicamente familiares. Estamos ante um verdadeiro bestário com antecedentes, segundo própria confesom do autor, em livros como *Escolania de merlos*. As vezes os animais apenas salpicam os poemas (como acontece co gorrion, a andurinha, a cotovia, a laverca ou o cuco nos *Versos do lume...*); outras, o poema nasce como louvança ou explicação do animal (como acontece co cervo, a doninha, o boi, o cam, o gato, o lobo, o raposo, a toupa, a pomba, o corvo ou a gaivota n'A *luz*).

b) Objectos naturais: o poeta exhibe-se nos comunicado cum corpus de elementos próprios do hábitat rural. Neste plano inscreve-se o concurso da flor, a árvore, o loureiro ou a rosa, mas também umha determinada concepção e comprensom da noite, a luz, o mar, a brêtema, a chuva, como elementos portadores de significação integrados numha osmose à que o home se adscrive e nom, claro é, hierarquicamente.

c) Objectos culturais: Galiza apresenta-se como um macro-signo aglutinador de elementos que cobram sentido pola sua interrelaçom e pola sua pertença à essa estrutura totalizante. Nom há dúvida: Manuel Maria escreve poesia nacional. A gaita, a cunca, a casa, o polvo, a mesma feira, os defuntinhos, o próprio Minho (inspirador dum dos poemas mais sentidos e acabados dos *Versos*) remitem indefectivelmente a essa estrutura totalizante.

d) Vilas e lugares: os poemas están povoados de vilas e de lugares específicos que o poeta louva ou recorda com grande fondura e sensibilidade. O repertório congrega a Sam Alberte de Parga, Santa Baia de Bóveda, Sam Martinho Pinário de Santiago de Compostela (n'A *luz*), e a Santa Isabel de Outeiro de Rei, Sam Andrés de Teixido, Santiago de Compostela, Nossa Senhora de Astureses, Fisterra, etc. (nos *Versos*).

Como nom podia ser menos, a apologia deste mundo, golpeado pola carne e as presenças, implica o rejeitamento do «outro mundo» antagónico. No metropolitano (nos *Versos*) e nas motos (n'A *luz*) centra o poeta toda a sua cárrega de protesta, censura e desprezo, contra um mundo «que intenta converter ao home/ em toupa, em verme ou em minhoca». Manuel Maria, já e por sempre como fruto de aldeia, advoga por um home capaz de escuitar a voz do vento, capaz de entender a linguagem dumha flor e capaz, como nom, de perceber o estremecido latejo da palavra.

Tampouco o amor podia faltar. Saborease em diversas partes dos poemários umha nova reafirmaçom da força do amor, individual e sentida nas autênticas homenages que o chairego concede à sua companheira Saleta.

O tom intimista do poemário, a inclusom de tam queridos elementos, nom é quem de evitar referências ao passado, presente e futuro da luta colectiva que Galiza desenvolve para recobrar a dignidade usurpada. O poeta de Outeiro de Rei condena energeticamente o auto-suicídio colectivo, bem evidente dadas, por exemplo, as condiçons de uso do galego, mas sente-se na responsabilidade de recordar que «ainda queda a esperança e a ilusom/ de que chegue o cuco traendo a primavera». Esta sentença contrasta com certo assobio de amargura, visível naquel verso no que afirma: «som um forasteiro na cidade em que vivo». O espaço do que dispomos agota-se. Ai quedam dous livros que exhibem um mundo autónomo, ricaz e madurecido. Dous livros escritos, quiçá, sem excessivas pretensons, sem notáveis complicaçons, sem culturalismos nem desviacionismos. Dous livros escritos, se calhar, pola impossibilidade de calar, coa singeleza e a grandeza do grande falador (como se auto-define o Manuel), aparecidos num galego de futuro e de esperança, nos que lateja, límpida e omnia, umha voz que longe de estar viciada polos anos, reclama o aplauso do mundo da criaçom e as borboletas que todos, aconhacados ou nuventos, fornecemos.

*Pastoriça (A Corunha), em dezembro de 1984*

(\*) MANUEL MARIA: *A luz resuscitada*, AGAL, A Coruña, 1984. Inclue umha carta-prefácio do professor António Gil Hernández.

(\*) MANUEL MARIA: *Versos do lume e o vaga-lume*, Galiza Editora, Ourense, 1982.

(\*) Ademais das indicaçons bio-bibliográficas contidas n'A *luz resuscitada* podem ter-se em conta os seguintes trabalhos:

FERNÁNDEZ DEL RIEGO, F.: *Historia da literatura*, Galaxia, Vigo, 1984. pp. 203-204.

GONZÁLEZ GARCÉS, M.: *Poesía gallega de posguerra (1935-1975)*, Ediciones del Castro, A Corunha, 1976. Sobretudo veja-se o vol. II. pp. 189-216.

JUSTO GIL, M.: *La literatura en lengua gallega*, Cincel, Madrid, 1981. pp. 88-98.

LOSADA, B.: «La literatura» em AA. VV., *Los gallegos*, Istmo, Madrid, 1976. p. 315.

MÉNDEZ FERRÍN, J. L.: *De Pondal a Novoneyra*, Edicións Xerais, Vigo, 1984. Especialmente pp. 275-279. Neste livro pode ver-se um extenso repertório bibliográfico sobre Manuel Maria.

RABUNHAL CORGO, H. M.: «Manuel Maria e o discurso da responsabilidade» em LA BARANDILLA, n.º 13, A Corunha, 1983, pp. 22-23.

# O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS\*

Por *Elvira SOUTO*

O 29 de Dezembro de 1935, após dezasseis anos de ausência, desembarca em Lisboa Ricardo Reis, médico.

Que vem buscando este home grisalho, seco de carnes, empenhado em assistir como sábio indiferente ao humano espectáculo, a este cantinho do mundo, fim do mar, principio de terra, onde ninguém está à sua espera?

Estivesse el na força da idade, chegasse numha manhã de nevoeiro, nom faltaria quem o recebesse como desejado. Mas o dia já se extingue quando Ricardo Reis desde o vapor da Mala Real Inglesa, baixo umha chuva torrencial que apaga os contornos da cidade, escoltado apenas por alguns —poucos— passageiros da terceira classe, emigrantes mal sucedidos em torna-viagem.

Contribuikom para um diagnóstico da doença de Portugal, chamou o autor o seu romance, painel da vida portuguesa da década de trinta, definiu-no Oscar Lopes. Investigaçom rigorosa, profunda, desmitificadora de umha sociedade estagnada, desentendida de si própria, limitada a participar na história como simples espectadora enquanto graves convulsions sociais sacodem o mundo (ascenso dos fascismo europeus, invasom da Etiópia, triunfo da Frente Popular e preparaçom do golpe militar no estado vizinho,...).

País-espelho, caixa de ressonância a que o fragor de umha história vivida longe —e por outros— chega apenas como eco distante, tabuleiro antigo sobre o que os jogadores aparentemente impassíveis continuam a mover as peças do seu xadrez. Corpo social em paz, harmonia de classes oficialmente decretada e paternalmente regida por um «homem enérgico e simples, cuja clarividência e sensatez deram ao seu país a prosperidade e um sentimento de altivez nacional» (p. 195), miséria inexistente na teoria do sistema caritativamente resolvida por bodos periodicos, doenças e deformidades curados com elixi-

res maravilhosos e bem doseados milagres da virgem de Fátima. Alegria organizada por um calendário de festividades anuais com que este povo é permitido mascarar em datas fixas a indigência e sordidez do seu quotidiano. Mas corpo já internamente corroido por um desespero profundo que nom deixará de crescer como as águas dos rios de todas as aldeias. Quem vai evitar que essas águas subam turvas como as deste sombrio Tejo dos anos 30? Quem que a cheia nom alague novamente as searas?

Por este Portugal —«navio duas vezes fantasma» (p. 12), em que a realidade e a sua aparência se desencontrárom ao ponto de aquela só aparecer como intrusa (veja-se a este respeito —entre outros— o episódio do simulacro de bombardeio), ao ponto de se tornar a suspeita o único comportamento socialmente eficaz e se instalar em todo um povo esse sentimento de funda solidade que crece da «distância entre a seiva profunda e a casca, entre a folha e a raiz» (p. 226); por este Portugal cindido, fragmentado, vai passear Ricardo Reis um olhar que Fernando Pessoa sonhara distante e imperturbável.

Mas Fernando Pessoa já nom é. E nom sendo o sonhador, será possível o sonho? De médico, autor de odes horacianas, a «pobre homem solitário» (p. 241), «tarântula ferida» (p. 244), hóspede de um hotel medíocre, inquieto de umha casa mobiliada para outros, substituto provisório de um colega de outra especialidade. De monárquico sem monarquia a suspeito de instigar revoluçons sociais. De esteta, «íntimo de todas as Deusas do Olimpo» (p. 118), a amante de criada de hotel (Lídia, povo —também— cindido entre os ideais do irmao revolucionário e a cama do hóspede doutor). De solteiro vocacional a pretendente à mão de umha «menina de boas famílias», prematuramente chamada a murchar (Marcenda). De médico restaurador de saúde em corpos doentes a doente em procura de amparo e cuidados.

É verdade que ainda reaparece umha ou outra vez (seis ao todo) o fingidor, mas, incapaz já de fingimento, nom pode restituir a seriedade e a firmeza à vida deste médico doente, agora «suspensa», expectante, problemática» (p. 87), deste home-espelho impossibilitado de «levar as maos a cara e reconhecer-se» (p. 88), regressado a umha pátria que sendo sua sente estrangeira, também ela perdida, desorientada, sem sonhador que revista o seu «rostro e retrato de umha nova substância» (p. 88). Destituída de seguranças e grandezas anteriores, transitando de potência imperial a pequeno canto da Europa, só capaz de expressar-se em «modestas locuções», voz de pequeno país, «tímida até em sua própria casa» (p. 176). Terra alimentada pola esperança de um retorno, em gira incansável à volta de um passado cantado polo poeta da raça, hoje D'Artagnan-espadachim petrificado servindo «de poleiro aos pombos» (p. 289), «onde todos os caminhos portugueses vão dar» (p. 180), esperança que só conserva «miraculosamente incólume, a estátua de el-rei Sebastião» (p. 338).

Numha escrita de que foi banida em grande medida a sumptuosidade que caracteriza outras obras do autor (com relevo para o *Memorial do Convento*), mas que conserva muitos dos seus rasgos (recurso freqüente ao jogo da intertextualidade hetero e homo-autoral, actuando como intertexto privilegiado neste caso a obra de Fernando Pessoa e particularmente a do seu heterónimo Ricardo Reis, ironia aguda e demitificadora, presença constante de ditérios e sentenças populares, linearidade temporal e omnipresença editorial cuja artificialidade é contestada sistematicamente pola voz do autor implícito —ou textual— e complexificada por um sábio uso da deixis, manifesto empenhamento em restituir a palavras e frases topificadas a sua virgindade, tirá-las do seu estado dicionarístico, em expressom da professora M. Lúcia Lepecki, etc.), José Saramago re-visita neste romance um período da história portuguesa recente, na procura incitante que define a sua obra das raízes desta comunidade

assentada na franja ocidental da península, numha tentativa séria e comprometida de re-definição e re-formulação do ser nacional português, deitando «sobre a nudez forte de (umha) fantasia, o manto diáfano de (outra) verdade».

Nem será preciso assinalar o interesse que o conhecimento de umha obra destas características tem para o leitor galego atento às sérias ameaças que abalam hoje a nossa identidade colectiva.

E ainda deveremos apontar como aspecto importante a introdução de personagens galegas no relato, nom que a sua presença seja desconhecida noutras obras portuguesas (é lugar comum que o elemento galego aparece com certa freqüência na literatura de além-Minho), mas porque o papel que neste romance lhes é atribuído patenteia a crecente sensibilidade com que um sector da intelectualidade do vizinho país olha para a nossa Terra. Baste lembrar aqui a comum designação de «galaico-portugueses» com que se indentifica os criados das casas de comida lisboetas, ou a atitude que na ficção mantem os refugiados espanhóis, prófugos da «maré vermelha» que invade o Estado Espanhol trás a vitória da Frente Popular, a respeito dos criados galegos do Hotel Bragança («no mesmo tom em que dizem los rojos diriam los gallegos, tirando o ódio e pondo o desprezo» —p. 157—), refugiados aristocratas, duques de Alba e Medinacelli, afinal também eles apenas fingidos/fingidores.

Convém talvez, contodo, nom ignorar as dificuldades que a leitura deste texto pode apresentar pola riqueza e complexidade que se esconde trás umha escrita enganosamente acessível, em permanente confronto e diálogo com culturas, tradições e obras da mais diversa origem, transgressora de convenções e barreiras, que nos induz a reflexionar em profundidade, e nom sem amargura, sobre as nossas responsabilidades colectivas e as inconcôncias que urdírom a história destes nossos povos «onde o mar se acabou, e a terra fica à espera».

(\*) José Saramago, *O ano da morte de Ricardo Reis*, Lisboa, Edt. Caminho, 1984.

## CORREIO

*Nota da Redacção:* A Redacção da Revista reserva-se o direito de publicação das cartas que cheguem a nós, assim como a possibilidade de publicar um resumo das mesmas segundo a disponibilidade de espaço. Em todo o caso estas cartas *se forem enviadas em outra normativa*, aparecerão publicadas com a normativa de carácter reintegracionista, a nom ser, claro é, que nos cheguem escritas em qualquer outra das normativas do nosso sistema lingüístico.

As opinions contidas nesta secção pertencem exclusivamente aos seus autores.

### Nom nos moverám

Vou falar com um pouco de atrevimento pola minha parte dos que como eu defendemos e apoiamos o reintegracionismo galego-português e que está representado numha boa parte pola AGAL, alma desta revista que esperamos tenha continuidade. Ao escrever isto nom queremos dizer outra cousa que a de: Nom nos moverám.

Nom nos moverán, porque consideramos que o que nós defendemos, umha ortografia viável para o galego, é a única opção lingüística dentro da nossa língua com base científica.

Nom nos moverám tamém da realidade evidente de que a única possibilidade para falarmos entre os galegos é o galego e nom o castelhanu.

Nom nos moverám na procura de um ensino, para nenos em galego, porque é a única forma de ter verdadeiros galegos, quer dizer, galegos que pensem em galego, nom noutra língua, na língua dos inchados e dos mequetrefes que pensam que por falar castelhanu já som melhores. Pois nom, nós defendemos umha Galiza verdadeiramente galega onde nom quede nem umha pessoa que fale castelhanu em vez de galego ou nom está de acordo com um bilingüismo real, quer dizer, que aceite o galego como língua normal de comunicação dentro de Galiza.

Nom nos moverám porque sabemos que à terra a que pertencemos devemos-lhe algo de coraçom. Devemos-lhe algo que perdeu hai muitos ano, a ciência certa demasiados, a sua própria língua, a língua que era o veículo normal de comunicação dos seus filhos. A eles lhes devemos o recuperar a sua língua, a nossa língua, que é o meio indispensável para recuperar a nossa identidade como naçom que algum día chegará a ser livre. Só daquela se poderá dizer que temos paga-da a dívida com os nossos antepassados.

Nom nos moverám porque Galiza precisa homes, e nós como galegos pensamos já hai tempo que o reintegracionismo pode ser e chegará ser, e nom de forma autoritária, a ortografia normal do galego.

Nom nos moverám porque a semente está botada sobre a terra e só precisa que alguém nos bote água, que dizer, nos ajude, só entom poderemos medrar. Nós, ainda com pouca voz temos nas nossas maos o futuro da nossa língua.

Nom nos moverám, porque fomos, somos e seremos reintegracionistas e nom «lusistas».

M. ESCUDERO (*Ferrol*)

## Comunicado da Associação Galega da Língua

A «Associação Galega da Língua» (AGAL) reunida em assembleia, constituída polo grupo local de Ourense e província, manifesta:

1.—Perante as noticias recolhidas em diversos jornais galegos sobre a criação de cátedras nas Universidades portuguesas, a AGAL quer manifestar ante a opinión pública que as cátedras que se criarem fôrom as de «*Literatura Galega*» e nom a de «*Filologia Galega*», pois nom se pode criar o que já existe, porquanto galego e português som normas de umha *mesma lingua histórica*.

2.—*A criação das cátedras de Literatura galega é o resultado da aplicação das recomendações recolhidas nas Conclusões do «I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza», que com tanto êxito se celebrou na cidade de Ourense do 20 a 24 de Setembro e assi apareceu recolhido em jornais portugueses como «Diário de Notícias».*

3.—*A Assembleia da AGAL denuncia que numha manifestação em defesa da «LIBERTAD DE ENSEÑANZA» figure o cidadão Xerardo Fernández Albor, pois mal pode declarar-se defensor da liberdade umha pessoa que como Presidente do Governo galego impom por Decreto umha «normativização» para o único idioma e que logo, através dos organismos oficiais correspondentes, se dedica a discriminar e marginalar os reintegracionistas, praticando assi umha autêntica «caça de bruxas».*

4.—*A Assembleia da AGAL considera um grave atentado contra a nossa língua que a Directora Geral de Política Lingüística declare que o galego hai que aprendê-lo por «vocación», mas que logo obrigue através dos diversos mecanismos oficiais a aprender e usar umha determinada «normativa». Nom se pode falar de vocação para um feito tam importante como um idioma e logo nom permitir a liberdade para o uso de umha norma que se caracteriza por ser científica e, sobretudo, galega.*

5.—Perante a proposta de Concurso de traslado de Professores de E.G.B. a AGAL está em contra da exigência de um curso de iniciação à língua galega, pois um cursinho nom garante o domínio da língua. Entende a AGAL que este é um elemento mais no processo de «castelhanização» do idioma galego e umha medida de força para seguir impondo por mecanismos mui diversos umhas normas que fôrom e som amplamente constestadas por sectores mui diversos do povo galego. O mesmo se pode denunciar dos numerosísimos cursos que se celebram pola geografia galega, que supõem só um enorme *despilfarro de dinheiro* e que nom ajudam em absoluto no estudo científico da língua galega, por nom dizer que constituem umha «licencia oficial» para contribuir ao funeral do galego.

Ourense, 23 de Novembro 1984

# AGÁLIA

Revista da Associação Galega da Língua

Assinatura por um ano (quatro números): Península Ibérica ..... 2.000 Ptas.  
Resto do Mundo ..... 2.500 Ptas.

NOME.....

MORADA.....

LOCALIDADE ..... PAÍS.....

DATA ..... / ..... / ..... ASSINATURA

Queiram considerar-me assinante da revista AGÁLIA a partir do número ..... inclusive, efectuando o pagamento por meio de:

- Transferência bancária à conta corrente n.º 942/3 da Caixa de Aforros Provincial de Ourense (Suc. de Calvo Sotelo), especificando claramente nome, apelidos e endereço do novo assinante.
- Talom bancário nominal adjunto a nome da AGÁLIA.
- Giro postal ou giro urgente n.º .....



A ASSOCIAÇOM  
G  
A GALEGA  
L DA LÍNGUA

## FOLHA DE INSCRIÇOM (Cubra-se com letra clara)

Nome e apelidos .....

D.N.I. .... Profissom .....

Endereço (Rua, Praça) .....

Vila, Cidade ..... País ..... Tfno. (.....) .....

Data de nascimento ..... / ..... / ..... Quota Anual/Trimestral/Mensal

Modo de pago: Ingresso directo na c/c núm. 06566121 (Caixa Postal de Ourense).  
Cando se pague por ano (2.400 ptas./1.200 ptas. ou 300 ptas.) pode domiciliar-se. A tal efeito roga-se enviar: núm. de c/c, Banco, Sucursal e localidade.

Quotas: **Normal:** 200 ptas./mês; 600/trimestre; 2.400 ano.  
**Estudante:** 100 ptas./mês; 300/trimestre; 1.200/ano.  
**Menores:** 25 ptas./mês; 75/trimestre; 300/ano.  
**Parados:** nada, mentres dure a situaçom de paro.

# AGÁLIA

Revista da Associação Galega da Língua

Administração: Apdo. 453 - Ourense

Redacção: Apdo. 560 - A Corunha

GALIZA

# AGAL

Apdo. 453

OURENSE

GALIZA

## Publicações da Associação Galega da Língua

- *Colecção «Universália»*

*Dialéctica do Desenvolvimento. Naçom, Língua, Classes Sociais*, (López-Suevos Fernández, Ramom), 1983.

*Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego* (Comissom Lingüística da Associação Galega da Língua), 1983.

*Letras Galegas* (Ricardo Carvalho Calero), 1984.

- *Colecção «Clássicos»*

*Trebón*, Edición, Estudo e Versom ao Galego Actual de Ramom Reimunde (Cotarelo Valhedor, Armando), 1984.

Em breve:

- *Colecção «Universália»*

*Prontuário ortográfico galego* (Comissom Lingüística da Associação Galega da Língua).

*Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-portuguesa na Galiza* (AGAL).

- *Colecção «Clássicos»*

Rosalía de Castro, *Folhas Novas*, Edición e notas de Elvira Souto; estudo literário de F. Salinas Portugal.

